

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXIII



SETEMBRO-OUTUBRO 1970

5



Mais KW para o Espírito Santo



Uma presença familiar

Três gerações de brasileiros
vivem com a marca Nestlé.
A ela se habituaram,
como nos habituamos a tudo
o que significa presença,
convívio, lar.
Dois milhões e 500 mil crianças,
todos os anos, despertam

para ela. E dela se nutrirão,
e com ela irão crescer.
E continuarão a vê-la com olhos de
reconhecer, de amar, de sentir-se
em casa. Há símbolos
que permanecem.

PRODUTOS **NESTLÉ**



ÍNDICE

Poluição	2
Reminiscências-Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura — Luiz Marques Poliano	5
Só os Cegos não vêm... — Serzedello Machado	6
Luiz Simões Lopes na Legião de Honra	7
Instantâneos de Gente da Roça — D. Caminha — Ilustração de Luiz Sá	9
O Exército e a Agricultura	10
A Foto Internacional	11
A Reação das Plantas à Luz — Dr. H. A. Borthwick	12
Desassistência ao trabalhador dá motivos a justa reclamação de conhecido Avicultor Carioca	15
Enxertos de Citrus	16
Uma fábrica para acabar com a saúva	17
O 7 de setembro na "Wencesláo Bello"	17
Cultura da Cenoura — Eng. Agro. Almiro Gonçalves de Castro	18
Mais KW para o Espírito Santo	19
Benemerência Agrícola	21
Conferência de Cientistas Agrícolas — Londres — III	23
Escola de Horticultura "Wencesláu Belo"	28
Climas da Bahia e Minas — Adalberto Serra	29
Desafio à Pecuária Brasileira — LMP	33
Resumo Histórico da Agricultura Brasileira — Eng. Agr. Luiz Gonçalves Vieira	34
Publicista Brasileiro Distinguido no Exterior	40
Notícias e Informações	41
Legislação Agrícola	45
"A Lavoura" — Há 70 anos	52

Nossa Capa:

Guindastes, máquinas diversas e homens trabalham 21 horas por dia, na acelerada construção de MASCARENHAS, a hidrelétrica capixaba. (Vide reportagem na página 19).

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXIII

setembro — outubro
1970

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Engenheiro-Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Engenheiro-Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
Engenheiro-Agrônomo

COLABORADORES

— ADALBERTO SERRA
— ADY RAUL DA SILVA
— ENNIO LUIZ LEITAO
— FÁBIO LUZ FILHO
— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
— JULIO CESAR COVELLO
— OTTO FRENSEL
— MARIA DO CARMO DO AMARAL PINTO

Chefe da Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

POLUIÇÃO

É hoje problema de âmbito internacional. Governos, instituições científicas, legisladores, estudiosos dos problemas humanos e sociais manifestam preocupação, indicam providências.

Mas o problema cresce à medida que aumentam as populações, que o mundo se industrializa, que o conforto e as necessidades da vida encaminham o homem para a utilização desordenada e cada vez mais intensa dos bens naturais, que o planeta lhe põe ao alcance da mão e da inteligência.

Os dois setores mais atingidos são a água e o ar, exatamente os elementos capitais, sem os quais não existe a vida.

Quanto ao primeiro elemento, nos rios, nos lagos, nas baías e enseadas, cresce a poluição, atingindo até os mares exteriores, os oceanos, que já estão sendo alcançados pelo monstro que, se não fôr detido o quanto antes, ensejará em breve à humanidade a diminuição e mesmo a falta do indispensável elemento no mundo inteiro.

No ar, pelas fábricas, pelos automóveis, os elementos químicos são lançados e gases mortíferos contidos em detritos impalpáveis, chegam ao homem, que os respira cada vez em maior escala e dia chegará em que, ao lado da falta de água potável, a carência de ar puro trará à vida humana conseqüências inimagináveis.

A imprensa vem divulgando o assunto sob os mais variados aspectos: seja informando o que se passa neste ou naquele país, seja mostrando quais as providências que os governos vêm adotando para dirimir o mal.

No Japão, com as suas 75.000 chaminés de fábricas, grande número de pessoas, calculadas em 11.000, intoxicadas por misterioso "veneno de fumaça foto-química", há pouco guardaram-se em casa, a conselho das autoridades sanitárias. O fenômeno já havia sido registrado em Los Angeles e em Nova Iorque, temendo-se lá o perigo de uma intoxicação em massa.

O ar contaminado foi medido na capital do país do Sol Nascente, com os seus onze milhões e meio de habitantes, respirando, além do mais, os gases expelidos pelos quase dois milhões de automóveis que lá circulam.

Aqui no nosso Estado, a Guanabara, verificou-se que São Cristóvão é o bairro de atmosfera mais poluída da Cidade e São Paulo é a metrópole sulamericana que se apresenta como recordista do Continente!

Mas não é somente o gás tóxico expelido pelos automóveis e pelas fábricas, pelos aviões a jato, com as sua poderosas descargas de querosene, ao levantarem vôo e por outros tipos de motores de combustão interna, que o ar se polue. Até os inseticidas, cujo emprêgo nas cidades e na agricultura é mais exigido cada dia que passa, para o combate aos insetos daninhos, contribuem para a poluição.

Nos mares, o maior responsável pela poluição é o petróleo, melhor dito pelos petroleiros, que lavam os seus tanques despejando quantidades incríveis de resíduos não só no interior das baías, mas no próprio oceano!

A praias cariocas são constantemente interditadas face ao lençol de óleo que os petroleiros impunemente lançam às águas da baía, sem embargo das multas ou protestos da imprensa. Não é apenas o prejuízo do banho de mar, mas a extinção inapelável da fauna e da flora marinhas nas águas e nas praias, dando fim às ostras, mexilhões e aos micro-organismos vegetais e animais, que entram no equilíbrio biológico do mar.

Também as salinas contribuem para a poluição marinha. Daí, proibir a SUDEPE, em recente Portaria, o lançamento de detritos poluidores — principalmente da “bôrra” cinzenta oriunda das salinas nas lagoas litorâneas, e a construção de marnéis ou de quaisquer obras que alterem o regime das águas nessas lagoas, sem prévia autorização.

A poluição, entretanto, não se verifica somente como consequência da vida humana em ascendente progresso, mas é acrescida perigosamente pelo homem em certos casos, como se viu recentemente, com a imersão de enormes quantidades de gás letal nas Costas da Flórida, estocado durante a última guerra, e não utilizado na ocasião.

Muitas toneladas desse gás foram jogadas no fundo do mar, apesar dos protestos do povo americano, especialmente de parte da população mais próxima à operação.

“Para evitar qualquer nova deterioração na biosfera, e remediar êrros já cometidos, é imprescindível agir imediatamente”. concluiu um grupo de cientistas, sociólogos, industriais e representantes do Governo Americano reunidos em Williamstown, na Flórida.

Há pouco foi assinado em São Paulo um convênio entre a União, o Estado, e diversos municípios, segundo o qual o Banco Nacional de Habitação e o Governo do Estado “se comprometeram a financiar a implantação, ampliação e melhoria do sistema de esgotos sanitários e seu adequado destino final”, em 25 cidades do interior, permitindo o controle da poluição das bacias dos rios Piracicaba, Paraíba e Baixada Santista, abrangendo uma população de quase dois milhões de habitantes.

No Brasil, parece-nos ser esta a primeira providência concreta no sentido de atacar o mal.

Até aqui, no mundo e no Brasil, o homem tem depredado o seu *habitat*, em alguns lugares com alguma preocupação pelo futuro. Mas, na maior parte da terra, a devastação tem sido impiedosa, quase total.

Mas a verdade é que já se pensa e age com seriedade sobre o assunto.

Se a tecnologia tem sido a maior causa da devastação do ar e da água na terra, esperemos que também dela nos venha o remédio; que da inteligência do homem receba a humanidade a contrapartida em soluções, de que afinal, depende a sua própria sobrevivência!

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente
1.º Vice-Presidente
2.º Vice-Presidente
3.º Vice-Presidente
4.º Vice-Presidente
1.º Secretário
2.º Secretário
3.º Secretário
4.º Secretário
1.º Tesoureiro
2.º Tesoureiro
Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES
— FLÁVIO DA COSTA BRITTO
— KURT REPSOLD
— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
— JOAO BATISTA LUSARDO
— FREDERICO MURTINHO BRAGA
— LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA
— RAFAEL XAVIER
— OTTO FRENSEL
— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
ENNIO LUIZ LEITÃO
JALMIREZ GUIMARÃES GOMES

JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JÚLIO CÉSAR COVELLO
LUIZ HERMANY FILHO
MÁRIO DE OLIVEIRA
OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARÃO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLÃO BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEÃO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TRAJANO DE MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFÁCIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SA FORTES
- 31 — TEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITÃO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTES

- Rafael da Silva Xavier
— Alberto Ravache
— Geraldo Goulart da Silveira
— Kurt Repsold
— Luiz Marques Poliano
— Arménio da Rocha Miranda
— Ennio Luiz Leitão
— Frederico Murtinho Braga
—
— Heitor Grillo
— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
— Edgard Teixeira Leite
— Luiz Simões Lopes
— Jayme Bernardes Cotrim
— Luiz Hermann Filho
— Luiz Guimarães Júnior
— Iris Meinberg
— Júlio César Covello
— Oswaldo Balarin
— José Augusto Bezerra de Medeiros
—
— Fábio Luz Filho
— Mário Penteado de Faria e Silva
—
—
— Honório Monteiro Filho
— Rômulo Cavina
— Otto Frensel
— Oswaldo Lazzarini Peckolt
— José Sampaio Fernandes
— Sylvio Frões Abreu
—
— João Carlos Bello Lisboa
— Milton Freitas de Souza
— Flávio da Costa Britto
— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA ANIMAÇÃO DA AGRICULTURA

(Representação do R. G. do Sul III)

As fotos que ilustram este terceiro e último artigo da série dedicada à representação gaúcha da entidade rural brasileira de Paris, são de três sócios "Correspondentes" (representantes) da S.B.A.A.: Dr. J. P. Nunes Vieira, de Pelotas; Eng.º J. J. da Silva Freire, do Rio de Janeiro; e Godofredo Castro, de Manaus.

Além desses representantes, anotam-se: Acre Cap. Pedro Augusto Chaves; Alagoas, Comendador Francisco de Amorim Leão (Jaraguá) e Sindicato Agrícola de Alagoas (Maceió); Bahia, Dr. J. Reis Magalhães, Dr. Alberto de Oliveira Teixeira (ambos de Salvador), Cel. Pompílio Fernandes de Souza (Amargosa) e Dr. J. F. de Araújo Pinho Júnior (Santo Amaro); Amazonas, Godofredo Castro; Ceará, Major Américo da Silva Pôrto (Quixeramobim); Goiás, Dr. J. X. Guimarães Natal e Jerônimo Coimbra; Mato Grosso, Eng.º Agr.º José Morbeck (Araguaia); Augusto Igenfritz, (Campo Grande). Dr. Amarílio A. de Almeida, (Rosário). Dr. Silvino L. d'Arruda, (Pôrto Esperança); Minas Gerais, Eng.º Agr.º Benjamin Hunnicutt, (Lages); Paraíba, Eng.º Agr.º Nuno Guedes Pereira Primo, (Bananeira); Paraná, David A. da Silva Carneiro,



Eng. J. J. da Silva Freire
Correspte. no R. de Janeiro

O ano social de 1913-14 foi de grande atividade para a S.B.A.A., que logo, a seguir, certamente devido à 1ª Grande Guerra, como que entrou em colapso.

Com efeito, naquele triênio, numerosos animais de pequeno e grande porte foram adquiridos e enviados ao Brasil: caprinos, leporinos, galináceos, palmípedes, ovinos, suínos, eqüinos, além de grande quantidade de sementes e plantas: café robusta, videiras (diversas variedades), coníferas, sementes e árvores e até de palmeiras.

Até aquele ano, as "Publicações da S.B.A.A. foram as seguintes: Guia do Criador de Carneiros, trad. do inglês, Lisboa, 1889, 3.000 ex.; A questão caprina, Joseph Crépin, Paris, 1906, 10.000 ex.; Cultura dos Campos, J.F. de Assis Brasil Paris, 1898, 1905 e 1910, com um total editado de 37.308 ex.; As Frutas, Lisboa, 1908 3.000 ex.; Estudo sobre a preparação do Solo para a Cultura nas Regiões secas, Lucien le Coite, Eng.º Agrícola, 1911, 3.000 ex. No prelo, se achavam então Estudo sobre a Piroplasmose Bovina (Tristeza) por Louis Misson Eng.º Agrícola, Paris, 1913, 3.000 ex.

A representação em Pelotas, antes, dos srs. Nunes Vieira e Bruno Gonçalves Chaves (1900) foi exercida pelo Eng.º Guilherme Minssen.

(Curitiba) e A. C. Cavalcanti de Carvalho, (Castro); Pernambuco, Eng.º Agr.º Raimundo Fernandes e Silva (Recife); Rio Grande do Norte, Agr.º João Carlos de Souza Ferreira, (São José do Mipibú); Rio Grande do Sul, além do Dr. Nunes Vieira, já citado (Pelotas), em Cachoeira, o Eng.º Agr.º Hugo Vieira da Cunha, em Uruguaiana, Manoel Paulino Ribeiro; na cidade do Rio Grande, Alberto Favret e Gustavo Cramer; em Santa Catarina o Eng.º Agr.º Charles Vincent (Lages), em São Paulo, Arthur Barreto d'Aguiar (Capital) e Roque Melillo, (Campinas); em Sergipe, Agr.º Octávio Accioli Sobral (Iaparutuba).

É de notar-se que a S.B.A.A. também tinha representantes (correspondentes) no estrangeiro: Manoel Gomes Veiga, na Argentina; Cel. Oscar da Porciúncula, no Uruguai; em Portugal Srs. José Nogueira Pinto (Lisboa) e José Augusto Monteiro, (Pôrto).

Na relação que organizamos, alguns correspondentes ou são Engenheiros Agrônomos ou simplesmente Agrônomos (1916) e, em relatórios mais antigos (1912-1913) a referência é feita a Engenheiros Agrícolas, como os sócios João Augusto Minssen, Hugo Vieira da Cunha, Lucien le Coite, Alfredo de Mestral, Plínio Moreira,



Dr. J. C. Nunes Vieira
Correspte. em Pelotas



Godofredo Castro
Correspte. em Manaus

SÓ OS CEGOS NÃO VÊM...

Serzedello Machado

O preferencial e escandaloso amparo à indústria vem provocando em nosso país perigoso desequilíbrio. As pressões crescem. Mas ninguém vê o fenômeno. Enquanto isso a agricultura permanece abandonada. E só ela dentro de áreas conhecidas, será capaz de equilibrar o que anda destorcido. A prova dessa disparidade está acontecendo no NORDESTE, onde o flagelo da seca transforma criaturas nobres em autênticos saqueadores. Não roubam dinheiro, mas alimentos. E tudo isso acontece no Brasil, onde as terras entram pelo horizonte sem fim, num tremendo desafio à capacidade pública.

Superamos a Argentina na produção de aço de energia, cimento, veículos, motores construção naval, papel de imprensa, minério de ferro e em outros produtos manufaturados. Entretanto, apesar dessas vantagens o país vizinho, com 24 milhões de habitantes, produz um PIB "per capita" de cerca de 900 dólares, graças ao petróleo bruto e a indústria alimentícia em geral. É a CEPAL que mais nos apavora, depois de conhecermos o que nos revela o admirável senador José Ermírio de Moraes. Os dados que manipulamos mostram a desigualdade na distribuição de renda, entre ricos e pobres. E salienta que, em 1960, 80 por cento da população brasileira ganhava menos do que a a renda "per capita" do país. E a FAO mais nos assusta ao demonstrar que a produção mundial de alimentos está em 15% da população e, dentro de 20 anos 90% dos alimentos da terra estará em mãos de 10% de seres humanos. E, dramaticamente, acrescenta, 60%

do globo terrestre consome abaixo de 2.200 calorias, o que significa um verdadeiro regime de fome.

Tudo isso, assim exposto, com a frieza chocante dos números, deveria preocupar os que governam. São elementos reais, extraídos de órgãos oficiais. Pedem exame meditação e julgamento. Não adianta andarmos pedindo dinheiro se não o sabemos aplicar bem, em benefício da coletividade. As mesmas estatísticas já denunciaram que um terço da população do mundo ganha quatro quintos de renda global. Isto prova que não há critério na distribuição dos financiamentos. E assim, em breve, o excesso de gente não mais terá condições de sobrevivência.

Fala-se muito em ocupação da Amazônia. Tudo, porém, não saiu da fase bem latina das divagações acadêmicas. O certo é que os 20% da água doce da terra, com 4 000 000 de km² percententes ao nosso país, continua inaproveitado. A nossa Reforma Agrária permanece ainda em estudos, que se eternizam no óbvio.

A mecanização agrícola não avança. E os projetos agropecuários são preteridos pelos industriais.

O BID já situou o problema, explicando-o em relatórios que aconselhavam um ritmo mais rápido de trabalho, capaz de aumentar a disponibilidade dos produtos agrícolas, como também para melhorar os baixos níveis de renda da população que depende dessa atividade.

Mas nada inquieta os que pensam que, sem alimentos exista nação em paz. Já temos alertado os responsáveis para essa verdade, que é histórica.

Anatole France costumava dizer que "a fome é o amor são os dois eixos do mundo. A humanidade gira toda sobre o amor e a fome".

Infelizmente tudo anda mudado: o amor já desapareceu da terra e a fome começa a surgir, em côres medonhas, até mesmo por este Brasil generoso e cristão. As matas são derrubadas e ficam os desertos, devorando homens. Até quando, Senhor?

ÁREA SÊCA PRODUZ COM IRRIGAÇÃO

O Ministério da Agricultura vai aplicar Cr\$ 230 mil cruzeiros na compra de sementes de cereais produzidas no Vale do Rio Sambito, no município de Valença, Piauí, antes estéril em consequência da seca e onde está sendo desenvolvido desde abril último, projeto-piloto de irrigação, com a utilização de 19 motobombas.

A estimativa de produção do Vale é de 300 toneladas de arroz e 100 toneladas de feijão, no valor de Cr\$ 350 mil cruzeiros. O projeto do Vale do Sambito beneficiará 310 famílias, num total de 2.200 pessoas, estabelecidas em área de 400 hectares, antes improdutivo em consequência das estiagens prolongadas.

LUIZ SIMÕES LOPES

na LEGIÃO DE HONRA



No curso de cerimônia íntima, a 2 de outubro, o Embaixador da França, Sr. DE LABOULAYE condecorou o Presidente da Fundação Getúlio Vargas, Dr. LUIZ SIMÕES LOPES, com as insígnias de Oficial da Legião de Honra. É o homenageado, também, Presidente da entidade mantenedora desta Revista.

Dirigindo-se às personalidades presentes, entre as quais destacavam-se os ex-ministros Magalhães Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Vasco Leitão da Amigos e familiares do recipiendário, o Embaixador da França ressaltou que o Professor SIMÕES LOPES havia contribuído intensamente para a edificação da administração brasileira moderna e a criação da direção administrativa dos serviços públicos, ao presidir, desde 1944, a Fundação Getúlio Vargas, conjunto sem par na América Latina.

Acentuou, ainda, o Sr. DE LABOULAYE que no quadro de suas atividades de homem político e alta personalidade da República, o Professor SIMÕES LOPES demonstrou sempre o mais profundo e sincero interesse pela cultura francesa e pela França, trabalhando ativamente na organização de missões de cooperação técnica junto a diversos estabelecimentos que compõem a Fundação e o desenvolvimento dos contratos e intercâmbios entre os dois Países.

Ao agradecer as palavras do Sr. Embaixador da França, o Sr. SIMÕES LOPES observou que "entre as homenagens de que fôra alvo no curso de sua vida pública e privada, nenhuma lhe era tão significativa e tão cara a seu coração, como aquela em que recebia das mãos do Embaixador da França as insígnias de Oficial da Legião de Honra".

Por fim, o Sr. SIMÕES LOPES formulou, também, o desejo de "uma compreensão mais perfeita entre os dois povos em todos os domínios", e de uma colaboração cada vez mais estreita entre o Brasil e a França, particularmente no plano cultural".

A LEGIÃO DE HONRA (*)

Criada em 1802 por Napoleão. É a mais alta distinção concedida pela França por ser-

(*) (Condensado do "Memorial de La Légion D'Honneur", 1954)

viços meritórios a ela prestados sem consideração pela posição social ou a nacionalidade dos agraciados.

O Presidente da República é o Grão-Mestre da Ordem e um Grande Chanceler, que é o presidente do Conselho, supervisiona seus serviços administrativos.

Após um jantar em sua residência, na Malmaison em fevereiro de 1802, para o qual o Imperador havia convidado diversos amigos, inclusive um general e um matemático célebre, exprimiu ele o desejo de agraciar a homens seja por seus feitos militares bem como por outros serviços meritórios prestados ao Estado. Não quis restaurar a Cruz de São Luiz, criada em 1693 e abolida em 1792 durante a Revolução, explicando que ele buscava uma condecoração que fôsse concedida tanto ao mais humilde, ao mais ignorante soldado como aos homens mais famosos.

A idéia foi recebida friamente, uma vez que muitos esperavam o reestabelecimento das distinções de classe eliminadas pelos revolucionários de 1789. Napoleão lançou suas idéias no papel e apresentou o plano ao Conselho de Estado no início de maio de 1802. Apesar de considerável oposição, Napoleão permaneceu inflexível e recusou aceitar a recomendação que a condecoração ficasse restrita aos militares. Apesar de um debate acalorado, o Conselho finalmente adotou o plano por pequena maioria (14 a 10), e foi subsequentemente aprovado na Assembléia Legislativa.

Napoleão concedeu a Legião de Honra pela primeira vez a 15 de julho de 1804 numa cerimônia militar e religiosa. Entre os primeiros a serem agraciados contavam-se dezoito marechais cinco cardeais e vários eruditos, cientistas, escritores e compositores. Até o ano de 1812, 1.400 civis haviam sido condecorados.

A organização da Legião tem permanecido desde 1852. O Chefe de Estado, o Presidente da República, recebe o grau da Grã-Cruz ao tomar posse e torna-se automaticamente o Grão-Mestre da Ordem, mas quando seu mandato expira, o Presidente conserva a Grã-Cruz.

O Grão-Mestre escolhe e nomeia o Grande Chanceler é presidente do Conselho da Ordem e dirige os serviços administrativos sediados no Palácio da República recebe o colar do Grão-Mestre da Ordem das mãos do Grande Chanceler. Vinte e quatro homens, todos, com exceção de dois, oficiais graduados das forças armadas, serviram como Grande Chanceleres desde 1815. O Conde Lacépède, o primeiro, e o Marechal Gérard, em 1836 e 1842, foram os únicos a receberem esta honra duas vezes.

O atual Grande Chanceler é o General George Catroux, um dos soldados mais ilustres da França, que foi nomeado em 1954.

Os Membros da Legião são nomeados em caráter vitalício. Em tempo de paz, vinte anos de excepcionais serviços civis ou militares são necessários para admissão à Ordem. Os candidatos são nomeados pelos vários ministros que apresentam seus nomes ao Grande Chanceler. Este por sua vez leva os nomes ao Presidente da República.

A Legião de Honra possui cinco graus: Cavaleiros, Oficiais, Comandantes, Grande Oficiais e Grã-Cruzes. Os Grandes Oficiais e as Grã-Cruzes são chamados de Dignatários da Ordem. Os membros tornam-se candidatos à promoção após um certo número de anos em cada grau, mas estes requisitos, também, podem ser postos de lado em casos excepcionais.

O legionário possui alguns privilégios. As meninas de sua família podem ser educadas em escolas subvencionadas pela Legião de Honra, e sua esposa e filhos podem auferir as vantagens dos serviços sociais fornecidos pela Ordem. (A associação de auxílio mútuo da Legião, criada em 1921, fornece auxílio, dirige um centro de colocação, e mantém várias colônias de férias, um serviço médico-cirúrgico, um comitê legal, um fundo de aposentadoria, um asilo para pessoas idosas perto de Paris e um sanatório de repouso no sul da França).

Cento e dez mulheres possuíam a Legião de Honra em 1914; em 1939, 3.000 mulheres haviam sido condecoradas. A famosa aviadora, Maryse Bastié, foi a primeira mulher a ser promovida ao grau de Comandante em reconhecimento de seus feitos militares. As primeiras mulheres a serem feitas Grandes Oficiais foram a viúva do Marechal Lyautey, que foi agraciada pouco antes de sua morte em janeiro de 1953, e alguns dias mais tarde, Colette, a célebre novelista.

Os estrangeiros podem ser propostos para membros da Legião de Honra pelo Ministro das Relações Exteriores. Podem receber qualquer dos graus, e ser promovidos sem levar em conta o tempo que hajam pertencido à Ordem. Um dos condecorados estrangeiros foi o nosso patricio Alberto de Santos Dumont, engenheiro pioneiro da aviação.

A antiga mansão de Salm no Quai d'Orsay em Paris, tem alojado os escritórios centrais e o Museu da Legião de Honra desde 1804. Construído pouco antes da Revolução Francesa, o edifício foi incendiado pela Comuna em 1871 e reconstruído com um fundo angariado entre os legionários. A mansão tem hoje em dia quase o mesmo aspecto que possuía em 1879, com a exceção das alas acrescentadas em 1925 para alojar o Museu criado pelo General Dubail, Grande Chanceler de 1918 a 1934.

O Museu possui uma coleção completa das Ordens dos regimes anteriores e suas diversas insígnias, juntamente com quadros, gravuras e lembranças históricas importantes. Uma sala é dedicada às relações franco-americanas, e a rotunda, recentemente renovada, é dedicada à Ordem da Liberação, criada em 1944.

A insígnia mudou muito pouco desde 1804. O perfil de Napoleão na frente e a águia no reverso foram substituídas durante a restauração por Henrique IV e três flôres de lis, símbolos da dinastia Bourbon. Duas bandeiras tricolores substituíram posteriormente as insígnias reais. Desde 1870 que o perfil de Marianne, a figura simbólica da República, aparece na frente da medalha e a bandeira tricolor no reverso. A inscrição na frente diz *République française* e no reverso *Honneur et Patrie*. A medalha tem a forma de uma estrela de cinco pontas duplas, e é feita de esmalte branco. Ela é circundada por uma guirlanda verde de folhas de carvalho e louro e é encimada por uma guirlanda semelhante porém menor. A estrela e a fita de moiré vermelho da qual a medalha pende nunca foram mudadas.

Instantâneos de gente da roça

INSTANTÂNEOS MAS

INSTANTÂNEOS MESMO!

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

“Seu Totonho, não é melhor o senhor se mandar? Não que eu o esteja despedindo. O tempo está fechando. Veja para suas bandas que negrume de nuvens! Daqui a Alegria há bem umas quatro léguas para o senhor andar.”

“Eu não; a mula.”

O matuto contava: “Eu ia, debaixo de chuva, um pouco atrasado pro casamento do Carmelo, montado na Mascaraada, aquela mula trotona que barganhei cum Nequinha, quando topei com o pontilhão da Boa Esperança e entrei de rijo. O tabuado rangeu, A bichinha deu, logo, um escorregão. Balançou pr’a lá pr’a cá. Pulei rápido e ela, batendo no mainel que se partiu, virava no rio sem nem ter tempo de dizer: Ai Jesus!”

“Na campanha eleitoral do doutor Antero que elegemos deputado há quatro anos esperando que êle fizesse qualquer coisa pela terra, palmilhei, não poupando as pernas que Deus me deu, estas dez léguas de chão em derredor subi e desci muito morro, vareei muito brejo, cansado, sova-do, goela sêca de tanto con-



versar eleitor. Não adiantou. Tudo — esforço perdido. Promessa do homem cumprida, nenhuma!

Na descrença; comprei desta vez uma égua, das boas, p’ra trabalhar bem ligeiro. Mas, contra...

Aquilino, espontaneamente, dirigindo-se ao patrão, ao devolver-lhe a mula que a Fazenda lhe cedera para uso pessoal:

“P’ra ninguém me pedir a bicha emprestada, fiz a pobre ganhar fama de doida. Vai que toda vez que eu tirava o lenço do bolso lhe

cravava forte as esporas, obrigando-a a um bruto galão. Qualquer um que pedia p’ra amontar nem chegava a segurar o cabresto. Era só eu meter a mão do bolso, e, já, a danada começava a pinotear. Faço o aviso porque lhe quero bem. Si amontar nela, não tire o lenço do bolso. A coitada salta, jogando qualquer desavisado no chão”.

“Carlindo, porque não usa espora nas duas botas?”

“Ué; para apressar o passo, basta cutucar a roseta uma banda do animal que a outra vai junto”.

O EXÉRCITO E A AGRICULTURA

Cursos Especiais para Sargentos



Sargentos do Exército, indiciados pelo comando da Escola de Veterinária, entregam-se a práticas agrícolas.

Como vem acontecendo há alguns anos, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" vem ministrando ensino prático a elementos indicados pela Escola de Veterinária do Exército, destinados sobretudo as regiões fronteiriças do país.

Este ano já foram ministrados dois cursos desta categoria: Curso Especial Prático de Horticultura, destinado a uma turma de 10 sargentos, acompanhados pelo Capitão Benedito Dutra Pimenta, no período de 5 de agosto a 14 de setembro, com um total de 73 horas de aula, aos seguintes militares:

2.º Sargento — Angelo Natal Dezordi — Uruguaiana — RS; 2.º Sargento — Arthur Senhorinho Flôres

— Curitiba — PR; 2.º Sargento — Wilson Dummer — Santa Cruz — RS; 3.º Sargento — Aldo Emanuel de Moraes — Jaguarão — RS; 3.º Sargento — Antenor Hermínio Pereira — São Paulo; 3.º Sargento Daniel Ferreira da Costa — GB; 3.º Sargento — Homero Soraes da Silva — Cassia — MG; 3.º Sargento Helmuth Anhalt — Santiago — RS; 3.º Sargento — Joel Coimbra Fernandes — Livramento — RS; 3.º Sargento — Lúcio Alberto de Lima Albuquerque — Manaus — AM.

Outro curso de Horticultura e Fruticultura, realizado nos dias 10 e 11 de setembro, com 16 horas de aula, foi destinado a 11 cabos e três soldados, que teve

como acompanhante o Capitão Ivan Vaz de Campos. São eles:

Cabo — Severino Lubeaszeuski; Cabo — Josias Ferreira Barbosa; Cabo — Dalvino Passarin; Cabo — Válder Araújo da Silva; Cabo — Domingos Floreni Lamberty; Cabo — Ivanir do Nascimento Peixoto; Cabo — Nataniel Pereira dos Santos; Cabo — Hugo Pastor de Albuquerque; Cabo — Antônio Régis Balen; Cabo — Paulo Nézio Arruda Saldanha; Cabo — Teodomiro Mendes de Aragão; Soldado — Antônio João Ribeiro; Soldado — Belchior Ferreira Cardoso; Soldado — Bismarck Fernandes da Silva.

No clichê, os sargentos em atividades de ensino prático, sob a orientação do Prof. Agrícola Castello Borges.

A FOTO INTERNACIONAL



Uma nova máquina experimental como nos mostra a foto, portátil e acionada por meio de um pequeno motor, é um mondador, ou seja um aparelho que retira as ervas daninhas das plantações. Projetado pelos agrônomos do Instituto Internacional de Pesquisa sobre o Arroz, das Filipinas, o novo aparelho contém cinco faixas de corte e pode ser facilmente operado, cobrindo em pouco tempo uma extensa área plantada. A sua utilização em campos de arroz tem apresentado resultados amplamente satisfatórios. (Foto IPS, especial para A LAVOURA.)

A REAÇÃO DAS PLANTAS À LUZ

Dr. H. A. Borthwick

Fisiólogo Chefe de Plantas — Ministério da Agricultura
Beltsville, Maryland

As folhas são os órgãos principalmente ligados à direção e coordenação do crescimento das plantas.

É ela que determina a sua floração e frutificação, e no caso de muitos arbustos e árvores, quando alongam os seus ramos e formam novas folhas, ou quando param de crescer e produzem brotos fora de estação (no inverno).

A DURAÇÃO DO DIA É IMPORTANTE

O desenvolvimento da maioria de nossas lavouras principais está diretamente sincronizado com o controle da "duração do dia", que é o que dita muitas das operações levadas a cabo pelos agricultores.

Por exemplo, o trigo da primavera deve ser plantado muito cedo nos estados ao norte para se aproveitar dos dias curtos. Tão logo chegam os dias longos do fim da primavera, as plantas começam a florescer e alongar seus côlmos amadurecendo rapidamente. Dessa forma, o trigo da primavera não pode se aproveitar da última parte da estação de crescimento devido à sua reação congênita à duração do dia.

Essa espécie de trigo é sensível à duração dos períodos de luz e também à qualidade da mesma. A figura 1 mostra duas plantas sujeitas a iguais períodos de luz, mas uma delas (esquerda) recebeu luz fluorescente durante uma par-

te do período de luz natural enquanto a outra (direita) recebeu luz proveniente de filamentos incandescentes. Essa última espécie de luz (incandescente) é superior à outra (fluorescente) para provocar a floração.

AS LAVOURAS DE AÇÚCAR SÃO AFETADAS

A beterraba também exige certa duração do dia e isso orienta algumas de suas práticas de cultura. Não é aconselhável que ela desenvolva seus caules e floresça nos campos ou que solte as sementes. Isso acontece com os dias longos depois das plantas terem atravessado um período de baixa temperatura. Os cul-



Figura 1 Cada um desses pés de trigo cresceu em fotoperíodos de 16 horas consistindo de 8 horas de luz natural e 8 de artificial. Nas da esquerda usou-se luz fluorescente e nas da direita a de filamento incandescente.

Figura 2 Plantas de beterraba crescidas com 8 horas de luz natural mostram a reação a crescentes fotoperíodos de 10, 14 16 e 20 horas.

tivadores da beterraba devem, portanto, plantar o mais cedo possível para conseguir mais proveitosas colheitas ao mesmo tempo muito cedo pois recebendo muita temperatura baixa nos longos dias de fins de primavera as sementes aparecerão prematuramente.

A produção de flores para sementes é, naturalmente, essencial para o desenvolvimento de novas variedades, mas isso é geralmente feito nas estufas durante o inverno. Os dias mais curtos dessa estação, que impedem a floração, podem ser aumentados com luz de filamentos incandescentes. A figura 2 mostra como o aumento de duração da luz aumenta também o crescimento dos caules e a floração das beterrabas.

Também a cana de açúcar exige específicas durações de luz do dia. Nas áreas tropicais e subtropicais onde ela se desenvolve as mudanças sazonais de duração do dia não são grandes embora sejam definidas.

A floração da cana resulta do encurtamento dos dias que ocorre num período de cerca de duas semanas em meados de setembro no hemisfério setentrional ou meados de março no meridional. Se o período de luz for prolongado com luz artificial durante esse período, a floração fica prejudicada para todo o ano. A figura 3 mostra o efeito de retardamento da luz na floração da cana de açúcar.

Não é economicamente possível impedir a floração da cana por meio da luz artificial. Existe um curto período no ciclo da vida da cana de açúcar em que o processo da floração pode ser evitado desde que não se proporcione água à planta ou então por meio de pulverização química nessa época.

A floração antes da colheita não é aconselhável pois isso impede a formação de novas folhas, o que reduz a capacidade da planta para a produção do açúcar.

AS LAVOURAS DE SOJA SÃO MUITO SENSÍVEIS

Também a soja é muito sensível à duração do dia. A classificação das variedades de soja produzidas nos Estados Unidos separadas em grupos para melhores adaptações conforme as regiões geográficas. As variedades de qualquer dos grupos são muito cultivadas numa zona longa no sentido leste oeste mas estreita no sentido norte sul, especialmente na região central do país.

A razão para isso é que a duração do dia para uma só variedade é tão específica que só pode ser encontrada numa área de aproximadamente 120 a 200 km. de largura, embora uma variedade adaptada e essa zona possa se desenvolver razoavelmente bem fora de tais limites sem no entanto produzir o mesmo que nas áreas específicas.

REAÇÃO DESCOBERTA A 50 ANOS ATRÁS

A lavoura da soja foi uma das primeiras duas em que se observou a rea-

ção à duração do dia. A descoberta do fenômeno, que mais tarde veio a ser chamado de foto-periodismo, foi feita em 1918 por W. W. Garner e H. A. Allard, cientistas de plantas do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos. O seu trabalho foi com Biloxi e outras variedades de soja e com o fumo Mammoth de Maryland.

No campo, a planta da soja atravessa diversas fases de seu desenvolvimento numa seqüência ordenada em estações específicas. As datas de floração de algumas variedades só diferem de um dia ou dois de ano para ano, mesmo que tenham sido plantadas com espaço de alguns dias. Uma tal precisão no tempo deveria depender de alguma coisa no ambiente da planta que não estava sujeita a variação. Os dois cientistas descobriram que isso se ligava de certa forma às mudanças sazonais em horas de luz do dia e escuridão.

Descobriram, por exemplo, que a soja Biloxi e o fumo Mammoth de Maryland poderiam ter a sua floração bastante antecipada por



Figura 2 Campo de cana-de-açúcar em flor no Havai, exceto ao longo da estrada onde a luz dos refletores nos postos de linhas de transmissão impediu a floração.

meio da diminuição artificial da luz do dia e o prolongamento da escuridão.

Essa descoberta foi experimentada em uma grande variedade de plantas diferentes e esse controle possível ficou assim comprovado. Algumas plantas como o tomate e uma espécie de fava não reagiam quase nada.

PLANTAS DE DIAS LONGOS E PLANTAS DE DIAS CURTOS

As plantas como a soja que preferem dias longos para crescimento, enquanto os dias curtos provocam a floração, são chamadas de plantas de 'dias curtos'. Outros cereais e lavouras que começam a florescer com o aumento dos dias são chamados plantas de 'dias longos.'

Como é que a soja usa a progressão sazonal e a recessão da duração do dia para determinar quanto florescer? A planta, aparentemente, não pode florescer a não ser que se beneficie de períodos diários de escuridão que excedem um determinado valor.

As variedades adaptadas ao sul exigem mais longos períodos de escuridão do que do sul quando plantadas no norte esperam até que as noites sejam bastante longas no verão para permitir a floração, mas já então o inverno está próximo demais e a geada as mata. As variedades no sul acham as noites relativamente longas favoráveis à floração logo que as sementes germinem. Assim, florescem e amadurecem a semente em poucas semanas com plantas muito pequenas e de pouco rendimento.

A FOLHA É SENSÍVEL A DURAÇÃO DO DIA

Desde que uma única folha de um pé de soja seja completamente escurecida durante 16 horas por dia, a planta florescerá mesmo que todas as outras folhas recebam curtos períodos de escuridão ou mesmo luz contínua. Se uma folha de uma variedade do norte cultiva-

riedade do norte for enxertada numa planta do sul, está última florescerá nos dias mais longos (noites mais curtas) a que a outra variedade está adaptada.

Esses resultados mostram que a floração da soja depende de reações que ocorrem nas folhas e que as variedades se diferenciam conforme for a natureza da intensidade dessas reações. Uma vez que as flores da soja se formam distantes das folhas, deve existir alguma mensagem para a promoção da floração, que vá da folha para o lugar da flor. Muitos investigadores consideram essa mensagem como um hormônio para a floração, chamado florígem, mas a substância ainda não foi isolada ou identificada.

A LUZ CONTROLA A FLORAÇÃO

O progresso para a compreensão do fenômeno da duração do dia foi conseguido com a investigação da maneira de agir da luz que por intermédio das folhas controlam a floração. A soja Biloxi, por exemplo, floresceu prontamente em dias de oito horas e noites de dezesseis, mas já não floresceu quando o período de escuridão foi interrompido por um só minuto de luz. Foi descoberto que um pigmento da folha da planta chamado fitocromo, absorve a energia dessa luz e é responsável pela reação da planta. Esse pigmento é quimicamente muito diferente da clorofila e a reação de que participa também é muito diferente da fotossíntese.

Uma investigação mais profunda do que o fitocromo é e faz, concorreu para melhorar os conhecimentos da floração, crescimento e desenvolvimento das plantas em relação ao seu ambiente.

UM INSTRUMENTO PARA OS QUE CULTIVAM A PLANTA

Para facilitar a criação de novas variedades usa-se a reação fotoperiódica das plantas. Ajustando-se a duração do dia para a soja, as variedades precoces e as tar-

dias podem ser induzidas a florescer ao mesmo tempo para permitir a cruzar. Isso também acontece em outras lavouras, especialmente as que somente as sementes ou frutos são aproveitados.

As lavouras de açúcar apresentam problemas especiais porque, em geral, a floração da cana e da beterraba não são aconselháveis para a produção de altos teores de açúcar e sim apenas para possibilitar cruzamentos que produzam melhores variedades.

A cana é especialmente difícil de controlar. Somente os períodos de luz natural em poucos dias de meados de setembro no hemisfério norte são favoráveis à formação de flores. Devido a essa sensibilidade a pequenas diferenças na duração do dia, é difícil provocar a floração por meios artificiais que procuram imitar as sequências naturais. Isso se torna especialmente importante para algumas variedades que são necessárias para linhagens matrizes em programas de criação.

RESUMO

Os cultivadores se beneficiam de várias maneiras com os conhecimentos adquiridos acerca das necessidades de várias lavouras no que diz respeito ao fotoperíodo ou duração do dia. Para o trabalho de campo não é geralmente econômico modificar o fotoperíodo no lugar das lavouras, mas o lavrador pode adaptar suas lavouras plantando na melhor ocasião possível, selecionando a melhor variedade e usando outras práticas como a fertilização para garantir um máximo de produção dentro dos limites de operações às exigências das

O lavrador modifica a herança genética das plantas para ajustá-las melhor a um determinado ambiente. Quando consegue uma variedade precoce ou tardia que seja boa, ele modifica as exigências ambientais da planta, especialmente as do fotoperíodo.

Ainda é muito incompleto o nosso conhecimento das reações detalhadas da maio-

Desassistência ao trabalhador dá motivos a justa reclamação de conhecido Avicultor Carioca

O Sr. Paulino Blanco de Dios, um dos mais categorizados avicultores cariocas proprietário da Granja dos Unidos, em Jacarepaguá, enviou-nos a seguinte e muito expressiva carta: Prezado Senhor Diretor do "Rio Avícola":

Ao tomarmos conhecimento, através da imprensa, do decreto assinado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, extinguindo o INDA, IBRA e GERA, e criando simultaneamente o INCRA (Inst. Nac. de Colonização e Reforma Agrária), sentimos renoscer a esperança de ver realizados, desta vez, os anseios com os quais sonham, há tantos anos, o trabalhador rural brasileiro e os seus dependentes.

Sr. Diretor. Há mais de 18 anos, desde que aqui cheguei nesta terra maravilhosa, que me dedico ao setor agrário, sendo possivelmente, sem falsa modéstia, um dos pioneiros da avicultura no Estado da Guanabara. Hoje, graças não só ao meu esforço pessoal, mas principalmente à abnegação e ao elevado espírito de luta de tantos brasileiros humildes, que comigo trabalharam, conse-

ria das plantas de lavouras e das ervas daninhas sempre presentes. É certo que as investigações adicionais levarão a um melhor entendimento da relação dessas plantas com seus ambientes fotoperiódicos e isso muito concorrerá para métodos mais econômicos e eficientes de sua produção.

Reproduzido de *Plant Food Review*

National Plant Food Institute-Washington DC.
(Tradução de Luiz Corção)

guimos, com esse esforço conjugado instalar duas granjas avícolas de relativo porte, as quais contam em suas instalações com possibilidade de manter um plantel rotativo e permanente de 2000 000 aves para corte, produção essa destinada exclusivamente ao consumo da população do Estado da Guanabara.

Mantemos em nossas Granjas um número aproximado de 34 operários, dos quais dependem seus familiares e para os quais recolhemos a contribuição ao Fundo Rural, no valor aproximado de Cr\$ 1.799,00 por mês, desde a criação do Estatuto do Trabalhador Rural

Confessamo-nos pesados, em vivermos todo esse tempo contribuindo, sem ao menos ver qualquer possibilidade de assistência ao nosso trabalhador, o qual, juntamente com seus familiares, vive até hoje à margem de todo e qualquer direito,

que, em sã consciência, jamais deveria faltar a qualquer trabalhador brasileiro.

Hoje, ao renascer novas esperanças e ao sentirmos a segurança com que caminha o destino desta gloriosa Pátria, gostaríamos de pedir a V. Sa. a publicação desta carta ao mesmo tempo solicitar do ilustre Diretor que, através do seu jornal, e da reconhecida capacidade de seu talento, possa nos ajudar, interferindo junto às nossas autoridades, para que dentro em breve possamos ver o nosso trabalhador rural usufruindo dos mesmos direitos dados a outros brasileiros, igualmente dignos e trabalhadores.

Ficamos-lhe particularmente agradecidos, ao mesmo tempo em que esperamos dentro em breve ver realizado esse nosso grande anseio.

Atenciosamente,
(a Paulino Blanco de Dios
— Granja dos Unidos".

XXV ANIVERSÁRIO DA ONU

A Comissão Brasileira do XXV Aniversário das Nações Unidas deliberou criar, no Rio de Janeiro, o Comitê Especial sobre a FAO, que se encarregou de estudar e fazer sugestões, no Brasil, sobre as atividades desse organismo especializado da Organização das Nações Unidas, como parte das comemorações do 25.º aniversário.

Resolveu ainda a Comissão, eleger para Presidente o Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, entidade mantenedora desta revista e convidou para integrá-lo os Srs. Edgard Teixeira Leite, Luiz Marques Poliano, Tomaz Pompeu Acioly Borges, representante da FAO, um representante do Ministério da Agricultura, além de outras pessoas que o próprio Comitê indicou.

Entre as atribuições do Comitê, incluiu-se a organização de uma solenidade pública, que foi realizada no Salão de Conferências do Palácio do Itamaraty, a respeito das atividades da FAO.

ENXERTOS DE CITRUS



curso instituído pelo Departamento de Agricultura do Estado com um canteiro de 1.000 enxertos sôbre "cavalos" de trifoliata.

Êste ano, a inscrição foi feita e, no devido tempo, visitados e inspecionados pelas autoridades da atual Secretaria de Agricultura do Estado. Aguardamos o julgamento.

Um "partido" de cêrca de 4.000 enxertos de citrus foi criado na Escola de Horticultura Wencesláo Bello", no local onde, até quatro anos passados, existia a Horta da Escola.

O trabalho veio desde a coleta de semente, ao transplante, poda e mais procedimentos culturais.

A Escola, há tempos, foi vencedora no Con-



UMA FÁBRICA PARA ACABAR COM A SAÚVA

A Allied Chemical Corporation, uma das maiores indústrias americanas de produtos químicos, comunicou oficialmente a decisão de instalar, em nosso país, uma fábrica para processamento do formicida AC MIREX 450, devido à grande aceitação deste produto, que vem sendo distribuído com exclusividade pela Philips Duphar S. A. Produtos Químicos e Biológicos. Para tanto, a Allied Chemical do Brasil já adquiriu, em Araraquara (SP), as instalações, em área de 15.000 m², onde será colocada a maquinaria nacional, de modo a permitir o pleno funcionamento da fábrica, dentro de 3 ou 4 meses. A matéria-prima e a mão-de-obra também serão nacionais. O AC MIREX 450, empregado em larga escala na América do Norte, é o resultado de intensa pesquisa e estudo, no sentido de obter um produto que desse o melhor resultado no combate a um dos insetos mais daninhos existentes no solo: a saúva. A instalação dessa fábrica em nosso país vem facilitar o combate definitivo ao grande mal que assola nossa agricultura. Atualmente, o AC MIREX 450 vem sendo distribuído pela Philips Duphar nos estados de São Paulo, parte do Paraná, Minas e Goiás, mas os planos são de cobertura de todo o território nacional, colaborando com o governo brasileiro no desenvolvimento da agricultura e erradicação da saúva. Além disso, o produto será exportado, em futuro próximo, para os países membros da ALALC, conforme os planos da Allied.



O 7 DE SETEMBRO NA "WENCESLÃO BELLO"

Associando-se às Comemorações do dia da Independência, a direção da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" fez reunir os alunos do internato e, sob a direção do Prof. de Educação Cívica, houve o hasteamento da Bandeira, ao som do Hino Nacional. A foto que ilustra esta nota fixa o ato cívico, que, aliás se repete a cada 7 de Setembro no tradicional educandário.

CULTURA DA CENOURA

(DAUCUS CAROTA L.)

Planta originária da Europa e Ásia, constitui uma das principais hortaliças de raiz. Na Guanabara poucos são os lavradores que se dedicam ao seu cultivo, em face das dificuldades com o clima e as doenças, bem como a qualidade da cenoura que vem dos Estados de São Paulo e Estado do Rio de Janeiro, região da Serra.

Variedades — a cenoura diferencia-se pelo ciclo, forma, comprimento e coloração da raiz.

Quanto ao comprimento, podem ser classificadas em curtas, até 12 cm; meio compridas, de 12 a 18 cm e compridas, com mais de 18 cm. A cor predominante é o alaranjado, embora existam variedades brancas e amarelas, cenouras forrageiras.

Das variedades mais indicadas destacam-se as do tipo de Nantes e Chantenay, que são meio compridas; a primeira cilíndrica e a segunda cônica.

Recentemente, importada do Japão, chegou-nos uma cenoura de verão forma cônica e grande, com o nome de KURODA e que vem sendo cultivada por lavradores japoneses ou de descendência japonesa.

Clima — A semente de cenoura germina em temperatura de 10 a 30 graus centígrados, sendo que o tempo de germinação está na dependência dessa temperatura. A 40 graus C a semente de cenoura não germina.

Sabe-se que a temperatura exerce também, influência sobre as raízes e que elas se desenvolvem melhor e apresentam melhor coloração, quando a temperatura média mensal é de 16 a 21 graus C.

Eng.º Agr.º
Almiro Gonçalves
de Castro

Época de semente — A melhor época entre nós para o semente, da cenoura, vai de abril a setembro.

Solo — A cenoura necessita de solos soltos, de boa fertilidade e profundos, tolerando ligeira acidez, pH deve estar entre 3,5 a 6,8.

O solo precisa ser bem trabalhado, isto é, bem destorroado de modo que o terreno fique pulverizado.

A plântula da cenoura é fraca e não consegue romper torrões de solo, bem como não suporta condições adversas de ventos e chuvas fortes.

Adubação — Em terras de média fertilidade e com boas propriedades físicas, aconselha-se a seguinte adubação por m²:

Estêrco de curral curtido ..	4 kg
Superfosfato simples	60 gramas
Cloreto de potássio	20 "

Esses adubos devem ser colocados de 10 a 15 dias no solo, antes do semente. Vinte e cinco dias após o semente, por ocasião do primeiro desbaste, procede-se a uma adubação de cobertura com Salitre do Chile ou sulfato de amônio, usando-se 20 g por m² em cobertura, cuidando-se para que o Salitre não caia sobre as plantas. Essa adubação nitrogenada deverá ser repetida 20 dias após, no segundo desbaste.

Semente — Uma grama de sementes de cenoura tem em média mil (1000) sementes, devendo uma boa semente ter um poder germinativo de 80%.

Para o plantio de 1 ha, 10 kg de sementes com poder germinativo de 80%, são suficientes.

A sementeira é efetuada diretamente no local definitivo, a lanco ou em sulcos, espaçados de 20 cm um do outro, cobrindo-se as sementes com uma camada de terra de 0,5 cm.

A sementeira em sulcos apresenta muitas vantagens sobre o semente a lanco, entre as quais destacam-se: facilidade de limpeza das ervas daninhas, facilidade de escarificações, facilidade de irrigação, bem como auxilia a germinação.

Tratos culturais — O uso de herbicidas seletivos na cultura da cenoura é indicado pela facilidade que proporciona ao lavrador, podendo ser usado tanto no plantio a lanco como em sulcos, sendo que no último caso o consumo do herbicida é bem menor só sendo utilizado nas linhas de plantas.

É necessário proceder-se a dois desbastes, o primeiro de 15 a 20 dias após o semente e o segundo 15 a 20 dias após o primeiro, de modo que as plantas fiquem distanciadas de 2 a 5 cm uma da outra nas fileiras.

As regas são necessárias ao bom desenvolvimento da cultura e devem ser feitas de acordo com a necessidade.

Colheita — As plantas estarão em condições de colheita, quando as folhas inferiores começarem a amarelecer ou a secar, de um modo geral 80 dias após o

MAIS KW PARA O ESPIRITO SANTO

Especial para "A LAVOURA"

No local onde o Rio Dóce vira de rumo para o Leste a fim de ir perder-se no Atlântico, está sendo construída uma importante Usina Hidrelétrica que irá mudar radicalmente o panorama da energia elétrica para todo o Espírito Santo.

Com efeito, desde a fusão das antigas Companhias Escelsa e Central Brasileira de Força Elétrica, fato ocorrido em 1968, e após a organização da nova Escelsa, (Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.), subsidiária da ELETROBRÁS, pensou-se em conseguir uma forma de suprimento de energia capaz de acompanhar o ritmo vertiginoso de progresso do Espírito Santo, atender a seu parque industrial e as necessidades da população.

Assim, feitos os estudos necessários, passou-se a fase

plântio (cenouros precoces, tipo Nantes).

O rendimento médio de uma cultura conduzida com técnicas é de 20 a 30 toneladas por ha.

A colheita quase sempre é feita manualmente, no entretanto pode ser usado arado bico de pato.

A cenoura dos nossos lavradores, quase sempre é vendida em amarrados de 6 a 8 plantas, com raiz e rama.

Nas grandes plantações, são cortadas as folhas, sendo as raízes lavadas e colocadas em caixas ou sacos de anagem.

(BOLETIM TÉCNICO n.º 1 SECRETARIA DE ECONOMIA — DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA)

de execução em 19 de dezembro de 1968. Dentro de três anos a Hidrelétrica de Mascarenhas estará pronta pois, para tal, prosseguem em ritmo acelerado os trabalhos de construção, sendo esta a primeira obra hidrelétrica a ser executada no Rio Dóce.

É o seu Presidente, o engenheiro Carlos Alberto Pádua Amarante, quem diz: "Uma vez concluída, concorrerá para o desenvolvimento capixaba." E frisa que isso representa o dôbro da potência instalada no estado.

Lá, em Mascarenhas, o antigo pescador Laurindo Modesto da Silva, o único morador da região, há uns vinte anos, e hoje funcionário da Escelsa, indica o ponto onde havia sua casa e hoje assinala o canteiro de obras daquela ciclópica construção.

A barragem que está sendo feita divide-se em três partes. A da margem esquerda, com comprimento de 90 metros e altura de 3 a 23 metros. A Central com o comprimento de 105 metros de altura média de 30 metros. A direita, finalmente, com comprimento de 83 metros e altura de 15 a 30 metros. O vertedouro previsto para dar passagem a uma enchente de até 14.500 m³ por segundo, com o nível de água alcançando, a montante, a elevação excepcional de 62 metros, é constituído de soleira de concreto com altura de 10 a 14 metros. Está prevista a crista na elevação de 44,00 (cota) possuindo 8 pilares de apoio com 3,85 metros de largura por 36,77 metros de comprimento total.

Quatro geradores de 38.500 Kws cada, vão ser instalados, sendo 3 na primeira etapa. No momento o rio já foi desviado e a concretagem do vertedouro processa-se em ritmo acelerado. Até o final do ano deverão ser removidas as ensecadeiras. Duas turmas de operários trabalham, a primeira de 7 às 18 e a segunda de 19 às 6 horas da manhã. Quando há concretagem ininterrupta há trabalho de 24 horas por dia, cada turma fazendo horas extras.

A primeira etapa da hidrelétrica estará concluída em 1973, sendo prevista a instalação do primeiro gerador para janeiro daquele ano, o segundo para março e o terceiro para maio. Com isso, já entrarão em carga 126 mil Kws, para consumo do Espírito Santo. O preço total da obra é de 105 milhões de cruzeiros e 10 milhões de dólares, de convênio feito com a USAID, dentro do espírito da Aliança para o Progresso, e recebidos pela ESCELSA através da Eletrobrás.

Os vãos entre os pilares de sustentação serão fechados por comportas de setor de 13.80 mts. de largura por 16.80 de altura, acionadas por motores individuais o que traz a garantia de funcionamento a qualquer hora e em condições excepcionais. Duas sub-estações externas, uma de 138 Kws e outra para 13.8 e 11,4 Kws, serão construídas, sendo a maior à margem direita do rio, aproximadamente a 100 metros da Jusante da Casa de For-

ca. Ocupará uma área de cerca de 70 por 75 metros. As unidades geradoras, constituídas cada uma por turbina Kaplan de eixo vertical, terão caixas espirais em concreto, ligadas às tomadas por um conduto. A quarta unidade é de previsão e sua tomada de água será fechada provisoriamente por "stoplogs" de concreto armado.

Ao mostrar toda a obra, o engenheiro residente afirmou: "Durante todo esse tempo de construções houve pouquíssimos acidentes pessoais ligeiros e, felizmente, nenhum caso fatal".

Com o novo fluxo de energia elétrica, emanado de Mascarenhas, a primeira cidade a ser beneficiada será Colatina, o segundo grande centro industrial do Estado, seguindo-se uma série de municípios, inclusive Cachoeiro do Itapemirim, Viana e mesmo a própria capital capixaba. Todo o centro, nordeste e sul do Espírito Santo receberão luz e força de Mascarenhas e, finalmente, estará feita a interligação com o Sistema Centro-Sul de energia elétrica do Brasil, seguindo assim o planejamento geral da Eletrobrás.

Assim, dentro de mais dois anos, o Espírito Santo contará com essa nova porção de energia elétrica, força para a indústria, luz para o bem-estar de sua população, marcha para o progresso.

A LAVOURA

73 ANOS

A mais antiga revista
agrícola em circulação
no Brasil

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para Novembro e Dezembro

OLERÍCOLAS

NOVEMBRO — Último mês para o semeio de beringela, jiló e pimentão, semeando-se ainda couve troncha.

DEZEMBRO — Prosseguem as semeaduras de bortalha, mostarda e salsa.

FRUTÍCOLAS

NOVEMBRO — Inicia-se a colheita do abacaxi, de jaca e manga. Colhem-se ainda, cajú, laranjas, limão e sapotí.

DEZEMBRO — Inicia-se a colheita da jaca, jambo, maracujá e uva. Colhem-se abacaxi, banana, cajú, laranjas, limão, manga e sapotí.

Observações: Os calendários olerícola e frutícola foram baseados em notas do Eng.º Agrônomo Eduardo Hugo Frota.



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem "Pe-ruano").
- Nogueira Pecan — (A noz americana).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Fisas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetos GRÁTIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —
Est. de São Paulo

BENEMERÊNCIA AGRÍCOLA

Mais um Prêmio Honorífico na Agricultura

Atendendo a pedido do Senador Flávio da Costa Britto, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura o Sr. Luiz Marques Poliano organizou a indicação ao Conselho dessa entidade, o Regulamento e o projeto da insígnia da "Benemerência Agrícola".

O trabalho, que publicamos a seguir — mereceu aprovação do Conselho de Representantes, na sua reunião de **30 de junho de 1969**:

Considerando que a Confederação Nacional da Agricultura é o órgão de cúpula do sistema sindical da classe rural brasileira;

Considerando que a "Medalha do Mérito Agrícola", criada e vigente em virtude da Resolução da Conferência Rural de Fortaleza e regulamentada pelo decreto federal n.º 48.577, de 22 de julho de 1969, galardoada cada ano apenas cinco personalidades destacadas em setores ligados à vida rural;

Considerando que o Conselho da Medalha do Mérito Agrícola, numa de suas últimas reuniões, reconhecendo a necessidade da ampliação do campo de agradecimento àqueles que, sobretudo nos setores oficiais, se tornem credores do aprêço e gratidão da classe rural, sugeriu que a Diretoria da Confederação Nacional da Agricultura estudasse a situação e lhe desse solução adequada;

Considerando finalmente, que o Mérito Agrícola não é, a rigor, concedido pela Confederação Nacional da Agricultura, mas por um colegiado composto de destacadas e respeitáveis entidades, cabendo àquela, apenas, a coordenação da outorga do galardão.

O Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Agricultura, acolhendo proposta da Diretoria,

RESOLVE:

Criar o prêmio honorífico denominado **BENEMERÊNCIA AGRÍCOLA**, a ser conferido a brasileiros que, no exercício de cargos públicos, pela sua ação, destacada e meritória, em benefício da lavoura e da criação, se tornem merecedores do agradecimento da classe rural, tudo de acordo com o Regulamento abaixo.

Regulamento da Benemerência Agrícola

Art. 1.º — A "Benemerência Agrícola" pode ser concedida a personalidades dos governos federal, estaduais e municipais, após aprova-

ção do Conselho de Representantes, mediante proposta:

a) — da Diretoria da Confederação;

b) — de pelo menos três federações, reunidas;

c) — do Conselho de Representantes;

d) — do Conselho da Medalha do Mérito Agrícola, em resolução unânime.

Parágrafo Único — As propostas deverão ser feitas por escrito e devidamente justificadas, acompanhadas obrigatoriamente do currículo do proposto.



Art. 2.º — A condecoração será conferida:

a) — Chefes de Governo;

b) — A Ministros e Governadores de Estado e a autoridades de categoria equivalente;

c) — a Congressistas;

d) — a Secretários de Estado;

e) — a Membros dos legislativos estaduais e municipais;

f) — a altos funcionários federais, estaduais e municipais, inclusive de órgãos autárquicos e de economia mista.

Parágrafo Único — A concessão alcançará o homem público, mesmo que se encontre fora do exercício do cargo em que tornou merecedor do prêmio.

Art. 3.º — A medalha de que trata este Regulamento compreenderá três classes:

1.ª) insignia de ouro, pendente de colar de fita de sêda, a ser concedida exclusivamente a Chefes de Governo;

2.ª) insignia de prata, com aro de ouro, também pendente de colar, para os titulares a que se referem as letras b, c e d;

3.ª) insignia de prata e colar, para os demais.

Art. 4.º — A insignia da "Benemerência Agrícola" se constitui numa medalha redonda com o módulo de trinta milímetros, tendo no anverso o título heráldico da CNA, ou seja a fôlha estendida da "manihot utilíssima", circundada pelas palavras "Benemerência Agrícola"; no reverso, em orla, o título da entidade e, no campo, o nome gravado do agraciado, seguido do ano da concessão, tudo conforme padrões juntos.

§ 1.º — A fita de sêda será de púrpura, com duas estreitas listras laterais de branco.

§ 2.º — Ao ser concedida, a medalha será acompanhada de um diploma, em pergaminho, assinado pelos Presidentes do Conselho de Representantes e da Diretoria da Confederação.

§ 3.º — A concessão, cada ano, recairá em apenas uma das personalidades constantes do Art. 2.º, letras b e f.

§ 4.º — Tanto aos organismos capacitados às indicações (como nas sessões do Conselho de Representantes e da Diretoria, nenhuma publicidade poderá ser feita quanto a nomes, mas apenas divulgados os que, ao final, forem agraciados.

Art. 5.º — Para a concessão da Medalha não haverá necessidade de convocação especial do Conselho de Representantes, mas indispensável se torna que, na convocação, o assunto seja expressamente mencionado como parte da ordem do dia.

Parágrafo Único — O mesmo sistema será observado nas convocações da Diretoria.

Art. 6.º — A entrega do prêmio será realizada em sessão solene, em dia e hora a serem fixados pela Diretoria, de preferência a 10 de



maio de cada ano, dia consagrado a Santo Izidro, Padroeiro da Agricultura.

Art. 7.º — A Diretoria designará, dentre seus Chefes de serviço, funcionário que se encarregará do expediente e arquivo de todo o material referente ao assunto.

Numa coletividade...

Existem sempre três tipos característicos.

Ativo — trabalha, produz e nada o atrapalha

Neutro — não trabalha, não produz mas não atrapalha

Negativo — finge que trabalha, não produz e sempre atrapalha.

(Pensamento birmanês).

CONFERÊNCIA DE CIENTISTAS AGRÍCOLAS — LONDRES

III — A AMÉRICA LATINA E A DEMANDA DE CARNE NO MUNDO

A Revista Farmers Weekly, da Inglaterra, publicou em 14/11/1969, três das palestras realizadas em Londres, em março de 1969, por técnicos agrícolas, na Primeira Conferência em Memória de Sir John Hammond, cientista que muito contribuiu, durante a sua longa vida, para o progresso da veterinária e zootecnia, como professor da Universidade de Cambridge.

O tema da primeira palestra foi sobre "A Fome à Porteira da Fazenda", pronunciada pelo Dr. C. P. Meakan, do Banco Mundial.

Os Drs. Reg. Preton, nutricionista da Universidade de Aberdeen e Malcolm Willis, genericista do Milk Market Board, na Inglaterra, vivamente interessados na solução do problema de alimentos no mundo, apresentaram as suas próprias contribuições a esse tema, em duas palestras publicadas na mesma revista, das quais esta é a terceira da série.

Os dois últimos cientistas acima referidos, se transferiram da Grã-Bretanha para Cuba, como dirigentes do Instituto de Pesquisas Agrícolas em Havana, com o intuito, ao que parece, de coletar dados para estudos sobre a criação de gado nos trópicos, a que se referem nessas palestras.

CRIAÇÃO e GENÉTICA

Na América Latina nenhum outro tópico de palestra ou estudo sobre produção, consegue despertar maior interesse que os referentes à criação de animais e, naturalmente, sua genética.

Em verdade, isso demonstra um senso tendencioso e falho de prioridades sobre valores econômicos.

Embora a genética seja a mais importante disciplina para o melhoramento da avicultura e, provavelmente, para a suinocultura, duvida-se que ela possa se orgulhar de posição idêntica na criação de bovinos de corte, e, certamente, não a tem quando se trata de bovinos nos trópicos.

GENÉTICA E NUTRIÇÃO

A Argentina e o Uruguai são os únicos países da América Latina com produtividade de 51 kg. de carne de bovino, por unidade ano, comparável à que se obtém na América do Norte, com 89 kg., também, por unidade de cabeça ao ano.

Nesses três países são criados bovinos originados das mesmas raças de carne da Grã-Bretanha, mas são alimentados e manejados diferentemente.

Na América do Norte o regime alimentar é intensivo com pastagens tratadas e há concentrados em abundância, sendo o manejo rígido, do nascer ao abate.

Na América do Sul, nesses países platinos, a nutrição depende muito mais exclusivamente das suas ricas pastagens naturais de gramíneas e leguminosas, com manejos secularmente adotados ajustados às possibilidades naturais do meio criatório.

Essa diferença na produtividade por unidade, não se atribui a deficiências básicas da genética mais quase exclusivamente à nutrição menos eficiente e à falta de manejo adequado.

Nos demais países da América Latina assinala-se uma produtividade média de 20 kg de carne de bovino por unidade ano, atribuída não tanto à falta de genes para a produção de carne, mas unicamente à nutrição pobre e à falta de manejo eficien-

te, como se evidenciou em uma publicação recente da FAO, em Pesquisa realizada na América Central.

Os dados da FAO mostram que a produtividade pelo ganho de peso em base por hectare, foi apenas de 27 kg de peso vivo por unidade ano. A percentagem da parição foi de 62% e a da mortalidade de crias mais jovens, foi de 22%.

Mesmo sem considerar fatores genéticos, essas produtividades perderiam ser bem melhores, simplesmente pelas vantagens de uma melhor nutrição e manejo mais pensado.

A ênfase que se dá ao fator nutrição, é primordial. Não há razão para a importação de melhor material genético para o gado existente ou mesmo fomentar a sua melhoria, se não houver suficiência no setor nutritivo, com o qual se possa alcançar o potencial em perspectiva.

A alta de nutrição adequada mascara a análise de vários fatores da produtividade animal, em qualquer parte em que forem eles criados.

CRUZAMENTO E NUTRIÇÃO

Trabalhos por nós conduzidos no Instituto de Havana, têm demonstrado haver pouco que escolher entre o zebu comum daqui e os seus cruzamentos com as raças genéticamente superiores, quando os seus produtos forem mantidos em nível baixo de nutrição.

Entretanto, se forem melhoradas as condições nutritivas e oferecido um nível ótimo de alimentação a esses animais, as diferenças obtidas para melhor, foram de cerca de 30% a favor dos animais cruzados.

PROCRIAÇÃO E NUTRIÇÃO

Este encarecimento de importância da melhor nutrição se refere principalmente aos animais em engorda e não às vacas, que são apenas reprodutoras da sua espécie. Mesmo assim, a melhoria do estado nutritivo das fêmeas, pode refletir em uma pequena elevação da razão reprodutiva e no aumento da fertilidade, mas os efeitos são marginais.

ABATE E NUTRIÇÃO

Os animais para produção de carne nos trópicos na sua maioria, não atingem a idade para o abate antes dos quatro ou cinco anos, quando, então, não são utilizáveis para os mercados de carne de qualidade desejada pelo consumidor. A melhor nutrição poderia reduzir o período de engorda a mais da metade do tempo usual, com considerável vantagem.

RAÇAS A MELHORAR

São várias as raças de gado bovino na América Latina, com potencial para produção de carne, a ser desabrochado pela melhor nutrição.

Na América Central ainda há muito gado Crioulo, descendente do gado original europeu importado pelos primeiros conquistadores.

No Uruguai e na Argentina, como no sul do Brasil predominam nas áreas mais adiantadas, as raças importadas da Grã-Bretanha, a

Shorthorn, a Hereford e a Aberdeen Angus.

Os zebus, com os seus vários tipos, predominam em toda a América Latina.

Acredita-se, geralmente, que algum sangue zebu é essencial para a sobrevivência do gado nos trópicos. É entretanto um grande erro superestimar a sobrevivência em detrimento da produtividade.

A capacidade de sobreviver é importante, entretanto os animais bovinos foram domesticados basicamente para produzirem alimento para a população humana. O Zebu parece ser melhor adaptado fisiologicamente para os climas quentes e úmidos, mas a produtividade não é simplesmente uma questão de ritmos de respiração e temperatura retal.

Na Califórnia tem sido provado que o Zebu não está melhor adaptado para os trópicos devido a uma capacidade inata para dissipar o calor, mas sim porque ele produz menos calorías por ser menos produtivo em termos de carne ou leite. Se fôsse possível produzir vacas zebus com a mesma produtividade das vacas Holandesas as indianas experimentariam as mesmas dificuldades que sofrem as vacas européias com o calor e a umidade.

Na África e na Austrália, principalmente, acredita-se que o Zebu tem maior resistência ao carrapato e às moléstias por ele originadas. As nossas experiências em Cuba, sugerem ser isso puramente um característico adquirido. Ainda mais, sabemos que só o gado indígena às áreas onde é endêmica a febre da costa, pode sobreviver à moléstia, mas isto não é atribuído à sua origem como Zebu, porque tipos semelhantes importados de outras zonas da África, não possuem resistência desse gado indígena.

De qualquer maneira; esses são casos esporádicos. As doenças não são as causas primordiais, da baixa produtividade da maioria do gado tropical.

MELHORAMENTOS

A razão de se ter discuti-

do aqui a situação da genética na criação de bovinos nos trópicos, é que os nossos trabalhos em Cuba indicam ser possível levantar os baixos níveis de produtividade de peso vivo, típicos das áreas tropicais, pela nutrição adequada. Esse objetivo poderá ser atingido rapidamente.

O melhoramento genético em níveis mais elevados, para serem atingidos, exigem um trabalho evolutivo de genética a longo termo. Essa meta de trabalho no melhoramento, deve ser iniciada desde logo, para que o potencial genético e o nutritivo, sejam apreciáveis na mesma ocasião.

Somente quando o gado é alimentado intensivamente com dietas de alta energia, é que vão surgindo as limitações de muitas das raças existentes para a produção de carne em padrões mais adequados, de maior e mais alta produtividade.

Os resultados verificados em nossas estações experimentais de performances, sugerem que mesmo quando mantidos em ótimos níveis de nutrição, o potencial genético dos Brahamas, possivelmente o melhor dos tipos de zebus criados no Texas e Califórnia, é do nível de ganho de peso vivo de 1 kg. por dia, por cabeça.

Contrastando com esses dados, o gado Charolez em idênticas condições de alimentação e manejo, alcançou a média de 1,28 kg., por dia, com muitos indivíduos, principalmente touros, ganhando um peso diário de mais 1,5 kg. por cabeça.

A seleção da raça Charoleza em Cuba, resultou em tais melhoramentos que a presente geração alcança a média de 1,36 kg., por indivíduo. Tal nível de produtividade média, não seria alcançado com a seleção de Brahamas, nem mesmo no próximo século, tomando em conta a melhor parte de um serviço para tal fim.

O problema com os Brahamas não é só a performance de seu crescimento, mas, também, a sua capacidade reprodutiva, que é baixa.

O quadro apresentado no final destas páginas, mostra as percentagens da colheita de bezerros ao nascer, no

desmame aos noventa dias, e o total possível de crias esperadas, no seu máximo, das cinco raças estudadas durante quatro anos, no já referido Instituto de Cuba.

A minguada fertilidade da raça Santa Getrudes, que ali se assinala, está na mesma linha de observações feitas nos Estados Unidos, demonstrados ser este o maior defeito da raça, não obstante ter sido ela produzida especialmente para atender às condições tropicais.

A raça Brahma se apresentou 10% inferior à Charoleza, o que também, se confirma pelos dados registrados nos Estados Unidos, quanto à produção de bezeros em comparação com as raças britânicas mantidas nas regiões subtropicais.

As vacas Brahmas parecem registrar, também, sérias deficiências como mães. Em diferentes experimentos realizados no Sul dos Estados Unidos e em Cuba, essa raça assinalou a maior percentagem de mortes de crias em comparação a todas as outras raças estudadas, apesar de ser muitas das suas contemporâneas de origem do *Bos taurus*.

RAÇAS NOS TRÓPICOS

Existe, assim, suficiente evidência indicando que as idéias tradicionais de tipo de raças preconizadas para os trópicos precisam ser revistas.

Tem sido filosofia dominante na América Latina, já por considerável tempo, sobre o melhoramento de gado de carne nela importação de raças britânicas. Essas idéias ainda são predominantes, embora trabalhos Americanos tenham demonstrado que essas raças são, em verdade, inferiores, em termos de produção de carne alimentícia, as raças tradicionais para a produção de leite, como por exemplo, a Holandesa.

Não há como negar que a raça Hereford e a Angus, são produtoras de carne de qualidade, principalmente quanto ao seu sabor, mas isto só é conseguido pelo rápido acúmulo de gorduras.

No tempo atual em que o mundo está com deficiência de proteínas, particularmente as de origem animal, todos os esforços devem ser

convergidos para a produção de carne magra comestível, substituindo aquelas com excesso de gorduras.

ESPECULANDO

O nosso objetivo em Cuba tem sido especular com o gado zebu nativo daquela ilha para a melhoria dos seus índices de crescimento, maior eficiência alimentar a produção de carne magra pelo cruzamento com outras raças. E nesse propósito temos a assinalar o seguinte:

1 — Os cruzamentos que mais se destacaram para essas finalidades, foram os que fizemos com as raças Holandezas, Schwyz e Charoleza.

2 — A raça Charoleza, em particular, nos tem dado carcaças com mais carne, como também, com maior proporção de carne nos cortes mais valorizados para o consumo.

3 — Acreditamos que essas qualidades estão relacionadas com o modo de evolução da raça, como animal de tração, que resultou, provavelmente, na produção de músculos em áreas diferentes daquelas desenvolvidas no gado da Grã-Bretanha.

É possível que outras raças que tenham tido sendas semelhantes na sua evolução, apresentem também atributos idênticos. Como contribuição à observação dos autores desta palestra, lembramos aqui a oportunidade de se observar essa possibilidade nas raças zebus aperfeiçoadas no Brasil, como a Guzerá, a Nelore e a Gir, as quais por séculos seguidos foram na Índia, apenas animais de tração.

4 — A consequência dessas observações, é que os países tropicais que têm necessidade de sangue novo para o melhoramento do seu gado, devem convergir suas atenções para as raças Charoleza, da França, Piedmontesa, da Itália e Simental da Suíça e Europa Central, e ao mesmo tempo, fazer melhor uso das raças de leite de tipo maior, como a Holandesa e a Schwytz.

5 — A adaptabilidade do gado europeu aos trópicos

envolve problemas difíceis mas que não são invencíveis. A raça Charoleza está sendo criada há mais de trinta anos em Cuba, com resultados proeminentes. Em outros países da América do Sul, esta raça vai se tornando mais evidente, como, também, a Limousina.

6 — Há, entretanto, sempre o perigo de se tornarem super valorizadas pela atribuição de excessivos valores à sua genética.

O conceito de raça vai desaparecendo com a maior aplicação da genética agrícola às populações de animais, como se verificou na indústria da criação de aves. A criação de suínos para a indústria nas nações onde ela é mais desenvolvida, está seguindo o mesmo padrão, e dia virá em que os suínos na Europa e da América do Norte, serão conhecidos por números, representando uma mistura poliglota de várias raças. Apesar dessas tendências na criação de outras espécies, o produtor tradicional de gado de corte, ainda adere aos velhos conceitos.

7 — A hibridização ou cruzamento, foi uma vantagem primeiramente demonstrada com o milho. A prática desse método na criação animal, tem se tornado o padrão mais aceito para a criação industrial da galinha e do porco.

Tem sido demonstrado haver específicas vantagens econômicas na criação de animais cruzados para a produção da carne de bovinos. Há porém, dois aspectos a se considerar nesse método de criação.

a) — O primeiro é melhorar determinados característicos em raças numericamente grandes, pelo uso de touros de outras raças que apresentem excelência dos pontos que possam corrigir os defeitos da outra raça mais numerosa.

b) — O segundo aspecto é tirar vantagem da heterósia.

8 — A heterósia como vantagem, depende da linha de melhoramentos a se considerar, como por exemplo:

a) — Não há heterósia nos

característicos da qualidade da carcaça.

b) — Os animais cruzados refletem a média dos característicos de seus países.

c) — Há 6% de heterósia na maioria dos característicos de crescimentos.

d) — Há 11% de ganho na melhoria da fertilidade.

9 — Reconhece-se que o cruzamento terá o seu maior efeito no índice de reprodutividade, e daí, sobre toda a produtividade.

10 — Sabe-se, entretanto, que o valor máximo da heterósia não se verifica com o feto cruzado, quando o produto é de uma fêmea também cruzada.

Isto já é uma prática comercial na criação de porcos. Trabalhos experimentais na América do Norte com raças de gado da Grã-Bretanha, sugerem que a heterósia pode ser mantida pela incorporação genética de três raças pelo menos.

Os nossos próprios trabalhos em Cuba, confirmam o fato de que o cruzamento de três raças é superior ao cruzamento de duas delas apenas.

As nossas verificações com ratos nos encorajam a acreditar que essa melhoria pela heterósia, ainda poderá ser mantida pela incorporação de genes de uma quarta raça de bovinos.

11 — A produção comercial de carne de bife, pelo que se relata acima, sob o aspecto genético, deverá ser baseada em rebanhos de população cruzada, na qual a heterósia é mantida pelo uso em rotação, de touros de diferentes raças.

12 — A prática de tal sistema, reclama a preservação de raças puras ou linhagens puras, para a produção de machos para serem usados nos rebanhos cruzados.

13 — É plausível imaginar um *pool* ou *bôlo* de genes para as operações criatórias, no qual os méritos dos touros ou vacas ou da sua prole, serão preservados para transmissão de determinadas qualidades aos rebanhos de população cruzada, e o maior número de cabeças.

Essa técnica tem sido bem sucedida na criação de porcos para a indústria e está sendo agora por nós testada

com o gado de corte. O método naturalmente, reclama a adoção da prática da inseminação artificial.

14 — Qualquer que seja o programa de cruzamento adotado, torna-se essencial que os touros sejam selecionados individualmente.

Isto significa uma seleção não pelo tipo de raça, objetivo esse que se tornou tradicional nas feiras de touros em Perth, na Escócia e Palermo, na Argentina. A seleção na base do tipo, tem demonstrado nada contribuir para a melhoria da performance animal, em termos econômicos.

Os touros devem ser selecionados na base dos seus próprios valores, pelos seus índices de crescimento e, especialmente, pelos seus índices de eficiência na conversão de alimentos em peso vivo, uma vez que este último característico é o fator máximo na operação de engorda.

15 — A ênfase em qualquer programa de seleção, deve ser dada aos melhoramentos mais por unidade de tempo e muito menor por unidade de geração. Por esta razão os sistemas de testes de produtividade devem se basear em dietas de alta energia alimentar, sem se levar em conta o meio ambiente em que será criada a prole dos touros selecionados.

16 — Reconhece-se que a seleção baseada somente em índice da razão de crescimento e na razão de conversão de alimentos, bem como no uso de raças como a Charoleza, a Schwytz e a Holandesa, principalmente, propiciará a deteriorização da qualidade da carcaça. Isto não deve constituir motivos de objeções, porque, em verdade, é sabido que a população básica da América do Sul é de sangue zebu, cuja carne tem qualidades inferiores, como comida, particularmente devido à sua dureza e isso mais acentuadamente do que com qualquer outra raça com que tenha sido o zebu comparado.

17 — Mas, de qualquer maneira, a redução da idade no abate, motivada pela melhor nutrição, e o uso de touros superiores nos cruzamentos,

redundarão em considerável melhoria da comestibilidade da carne dos animais cruzados.

18 — O gado Crioulo de Cuba, é ideal para o cruzamento. Temos verificado que essa raça tem uma elevada razão produtiva de carne em proporção aos seus ossos, e que os seus cruzamentos com touro Charolês, produz uma carcaça caracterizada por alta produção de carne de primeira qualidade, e, no seu total, rende uma proporção muito baixa de ossos. Como contribuição a esta nota sobre o valor potencial das raças européias trazidas pelos conquistadores, lembramos que no Brasil já não existe senão resquícios desse gado originado de Portugal e Espanha, sendo que o maior reduto com que contávamos, era o da raça Caracu, preservada por dezenas de anos pelo Estado de São Paulo, mas recentemente disperso por determinação da sua Secretaria de Agricultura.

19 — O fato de não se registrar heterósia nas linhas de produção de carcaça, pode ser de vantagem comercial porque dessa maneira será possível delinear sistemas de cruzamentos para a produção de tipos de carcaça destinadas a mercados específicos.

O que se deseja, essencialmente, é a produção de carcaças com diferentes graus de gorduras. Isto, porém, não se deve conseguir com o sacrifício de qualidades como ritmo de crescimento e índice de conversão de alimentos.

Essas são as desvantagens de se obter melhor qualidade de carne pelo cruzamento com algumas raças tais como a Aberdeen Angus e a Shorthorn.

20 — Muitas das raças da América Latina variam grandemente no conteúdo de gordura nas suas carcaças. Entretanto, mantiveram os seus potenciais para crescimento e eficiência na conversão de alimentos, em contraste com as raças Britânicas.

21 — A América Latina tem capacidade para produzir carcaças com variáveis quantidades de gordura, sem prejudicar a sua eficiência no conjunto das operações

de engorda, como se depreende das afirmativas enumeradas.

A América Latina poderá, assim, suprir a uma larga variedade de mercados do mundo.

“O que nos tem faltado são para empréstimos.” projetos exequíveis.”

II) — O nutricionista Dr. Reg. Preston, na palestra “América Latina e a demanda de carnes no Mundo”,

QUADRO I

PERFORMANCES DA REPRODUÇÃO DE CINCO RAÇAS EM CUBA
MÉDIA DE 4 ANOS

Provável nascimentos de bezerras	Charoleza	Crioula	Zebu comercial	Brahma	Sta. Gertrudes
Quantidades máximas	114	181	577	114	101
Porcentagem ao nascer	80,7	71,3	67,5	71,9	64,4
Porcentagem ao desmamar — 90 dias —	77,2	64,1	62,4	62,5	58,4

A revista Farmers Weekly publica duas fotografias ilustrando a palestra acima apresentada:

1) — É a vista de um campo do Instituto de Pesquisas Agrícolas, em Havana, apresentando um elevado número de vacas cruzadas, do rebanho de produção de carne, contendo sangue de três raças, a Holandesa, a Charoleza e Santa Gertrudes.

II) — A segunda é a de um touro Limousine usado para servir a essas vacas, em rotação de cruzamento.

COMENTÁRIOS SOBRE A PALESTRA

1) — Na palestra intitulada “A Fome à Porteira da Fazenda” o Dr. C. P. Meakan, economista do Banco Mundial, afirma: “— No Brasil, na Zona Centro Oeste, aguardam o uso efetivo de suas possibilidades, milhões de hectares.

O julgamento do potencial da produção não é aí avaliado meramente em bases ecológica do seu solo contorno e clima, mas nas performances de alguns poucos desbravadores que se firmaram nessas zonas”.

“Embora o Capital não seja uma força ilimitada, no Banco Mundial nunca estivemos com falta de fundos

afirma que “Se a América do Sul alcançasse a mesma média de produtividade que é corrente nos Estados Unidos para o gado, carneiros, e à mesma média de produtividade atribuída aos suínos na Grã-Bretanha, poderia produzir 144 kg de carne em carcaça por pessoa, e por ano. Isto proporcionaria um suprimento mais adequado de carne para todo o subcontinente e ainda sobraria mais da metade da produção para a exportação”.

III) — O geneticista Dr. Malcolm Willis, na palestra “— Metas na Criação de bovinos na América Latina”, indica que a baixa produtividade média na produção de carne de bovinos, não se atribue tanto à falta de genes para a produção de carne, mas quase que unicamente à uma nutrição deficiente. A ênfase ao fator de nutrição dos animais é primordial. A América Latina poderá suprir a uma larga variedade de mercados”.

IV — Temos, assim, indicadas as bases para se traçar um programa de expansão da produção de carnes na América do Sul, no qual o Brasil poderia assumir a esperada posição de grande produtor de alimentos para a humanidade, ainda neste século, e no segundo milênio, afastando os sombrios vaticínios de uma explosão racial prejudicando todo o Mundo.

SEMINÁRIO DE IRRIGAÇÃO

O II Seminário de Irrigação, a realizar-se de 3 a 9 de novembro, em Porto Alegre, reunirá as maiores autoridades brasileiras no assunto, mais técnicos espanhóis portugueses, mexicanos e israelenses e observadores da ONU, FAO e BID.

A informação é do ministro do Interior explicando que do encontro se esperam resultados altamente benéficos à agropecuária relativos ao aumento da produção e da produtividade, combate às secas, absorção de mão-de-obra, melhor redistribuição de renda e fixação do homem à terra.



Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultas

À venda

RUA DO MATOSO,
— RIO

Para o interior ensaiamos pelo reembolso postal

ESCOLA DE HORTICULTURA

“WENCESLÃO BELLO”

Cursos Rápidos Agrícolas

Mais uma série dos tradicionais Cursos Rápidos, foi realizada na Escola de Horticultura “Wenceslão Bello”, no período de 14 de junho a 30 de agosto último, aos sábados e domingos, com um total de 13 cursos e 283 matrículas, versando sobre os seguintes assuntos:

Cursos ministrados aos sábados

Solos e Adubação
Combate às Doenças e Pragas dos Citrus
Contabilidade Agrícola
Multiplicação Vegetal e Restauração de Pomar
Hortaliças Foliáceas e de Fruto
Reflorestamento
Combate às Ervas Daninhas
Cooperativismo Rural
Apicultura

Cursos ministrados aos domingos

Solos e Adubação
Combate às Doenças e Pragas dos Citrus



Reflorestamento
Combate às Ervas Daninhas.

O corpo docente esteve assim constituído.

Eng. Agr. Jalmirez Guimarães Gomes

Eng. Agr. Hélio Raposo

Contabilista — Pedro Goulart da Silveira Filho

Prof. Agrícola Castello Borges

Prof. Renato Carneiro Campos

Técnico Rural — João Nunes Castello.

CLIMAS DA BAHIA E MINAS

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA)

ADALBERTO SERRA

SALINAS — 16° 21' S — 42° 04' W — 915 ms. — Clima Awg'.

Não temos observações da temperatura média. As máximas são elevadas, sob normal do ano 29°,9, e oscilam 5,4, entre 32,2 — Outubro e 26,8 — Julho. Há uma segunda ondulação de mínimo — Novembro — 30°,1 — e máximo Fevereiro — 31°,3, com amplitude portanto 1°,2.

Os valores permanecem mais elevados, acima de 30°, no período Setembro a Abril, com tardes realmente quentes em Setembro — Outubro e Fevereiro. Ficam abaixo de 29° desde Maio até Julho, mas apenas o início do inverno — Junho e Julho — será mais suportável, sob 27°,4 e 26°,8.

São incompletos os dados da mínima, mas podemos afirmar que oscila em média 7,5 entre 20,1 — outubro e 12,6 — Julho.

O período Outubro a Abril tem madrugadas tépidas acima de 19°, e o do inverno as mais frescas, abaixo de 14°.

Falhos igualmente os índices da amplitude diária, conservada entre 10° e 12° na fase Outubro a Abril, e acima de 14° de Julho a Setembro, com extremos 10,3 — Novembro e 15°,6 — Agosto.

Temos porém dados completos da máxima absoluta, 39°,4 (Novembro). valores acima de 39° ocorrendo na primavera (Set. a Nov). mas nunca superiores a 36° em Junho e Julho.

Pode-se afirmar que é

muito baixa a mínima absoluta (1°,2 — Junho), pois falta apenas o registro de Março. Temperaturas inferiores a 7°, ocorrem de Maio a Setembro, superando contudo 12° nos meses restantes. Foi assim de 38°,2 a amplitude absoluta em Salinas.

Claro está que permanecem quentes todos os dias (333), pois apenas 32 mais frescos ocorrem, distribuídos de Abril a Novembro.

Dias frescos	1	0	1	3	3	5	6	2	2	4	3	2	32
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano

Citaremos a série dos dias frescos:

Já as noites quentes são apenas uma em cada quatro, constituindo a maioria de Outubro a Dezembro, e praticamente não se verificando de Maio a Setembro, como podemos concluir da tabela, que indica 271 noites frescas.

Noites frescas	19	20	23	18	28	30	31	30	26	16	14	16	271
Noites quentes	12	8	8	12	3	0	0	1	4	15	16	15	94
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano

É pequena a velocidade dos ventos, sob média 1,2, e que pouco oscila, com extremos 0,9 e 1,5, respectivamente Dezembro e Setembro.

De Novembro a Junho o vento estará sempre mais fraco, não tendo sido registradas ventanias.

Temos ainda céu apenas nublado, sob média anual 5,9, os extremos ocorrendo

em 7,3 — Dezembro e 4,1 — Agosto, com amplitude desse modo 3,2. O período de maior cobertura decorre entre Novembro e Abril, acima de 6,0, notando-se que superam 7,0 o primeiro mês e o imediato — Dezembro.

Já a fase mais limpa se reduz a Agosto e Setembro, com 4,1 e 4,6.

Há contudo um acentuado número de dias encobertos — 114, com índices 15-16 em

Novembro-Dezembro, e acima de 10 mensalmente no período Outubro a Março. Mesmo na fase restante do inverno, de Abril a Setembro ainda ocorrem 6-8 por mês. Já os dias claros são em

número menor, apenas 61,

distribuídos a taxas mensais médias de 4-5, elevadas para 8-9 em Agosto-Setembro e com redução até 2-3 em Novembro-Dezembro.

Cabe analisarmos agora a precipitação, muito reduzida, de apenas 745 mm, sob extremos, 156 em Dezembro e apenas 2 em Agosto. Os meses de Novembro a Janeiro registram acima de 100 mm, com os do período Abril a

Climas da Bahia e Minas

Setembro abaixo de 50 mm, no inverno caindo apenas 3-7-2 mm, de Junho a Agosto. Já a maior precipitação em 24 horas alcançou apenas 80 mm (Novembro), nem 40 tendo ocorrido de Maio a Agosto.

Chove apenas 79 dias em Salinas dos quais 23 ultrapassam 10 mm. As maiores taxas, de Novembro a Fevereiro alcançam 10-13 dias, e as menores de Junho a Setembro, 1-3, conforme a série mensal. 10 — 10 — 9 — 6 — 4 — 3 — 1 — 2 — 3 — 6 — 12 — 13 = 79.

Troveja 40 dias por ano, com maior frequência, 5-7, nos meses de Novembro a Março, e menor 1-3 nos restantes, excetuando o inverno — Junho a Agosto com 0, com 0.

São 57 os nevoeiros, mais escassos, 1-2 por mês, de Agosto a Outubro, e mais frequentes, 6-8 no período Janeiro a Junho.

Já o orvalho reassume frequências elevadas, com 115, sob taxas 13-15 de Dezembro a Maio, reduzidas para 1-4 de Julho a Outubro.

Tem assim Salinas um clima quente de dia, com máximas elevadas, mas noites em sua maioria frescas. Extremos acentuados, salvo quanto à mínima, e céu apenas nublado. Chove pouco, e troveja ainda menos, notando-se porém certa frequência de nevoeiros. São comuns os dias encobertos, e raros os claros. Clima portanto de aspectos desfavoráveis.

GRÃO MOGOL — 16° 40' S — 42° 49' W — 930 ms. — Clima Awg'.

Já é bem mais reduzida que nas anteriores, devido à altitude, a temperatura média, sob valor anual 21°6. Oscilam os índices mensais entre os extremos de 23°4 — Janeiro e 18°3 — Julho, portanto 5°1. Não há indícios do regime continental, e sim do Tropical, tanto que a fase mais quente corresponde ao verão. Desde Set-

tembro as temperaturas ultrapassam 22°, e a partir de Janeiro 23°, voltando a 22° em Abril. Nos meses de inverno descem abaixo de 20°, a saber: 19°0 — 18,3 — 20,0 — Junho, Julho, Agosto, enquanto Maio te mainda 20°2,

Nota-se contudo uma pequena onda secundária, típica do regime continental, com máximo Outubro e mínimo Novembro, de amplitude 0°4.

As máximas são relativamente baixas, com média 26°3 e extremos 28°2 — Janeiro ou 22°9 — Julho, sob amplitude 3°4.

Tornam-se mais acentuadas desde Setembro, quando superam 27°, assim se conservando até Março, para sobrepujarem 28° no verão, em Janeiro—Fevereiro. Há contudo uma onda secundária de amplitude 1°0, máximo outubro (27°9), e mínimo Novembro (26°9). Maio já é mais fresco à tarde (24°7), mas apenas em Junho e Julho as máximas permanecem abaixo de 24° (23°7 — 22°9), pois Agosto acarreta 25°4.

São também baixas as mínimas, de média 15°7, sob extremos 17°9 — Fevereiro, e 12°2 — Julho, com amplitude 5°7, correspondendo aliás a uma só onda. Como sempre, as temperaturas da madrugada sofrem ascensão gradativa do inverno (quan-

do Junho-Julho-Agosto registram 13°1 — 12°2 — 13°0) até o verão. Desde Outubro as mínimas superam 16°, e de Dezembro a Março 17°, caindo em Maio para 14°7.

A amplitude diária é fraca em geral, com 10°6 de média, ficando contida entre os extremos 9°7 — Dezembro e 12°3 — Agosto. Conserva-se em torno a 10° de Novembro a Maio, só Agosto e Setembro superando 12°.

A máxima absoluta foi discreta, apenas 35°2 — Outubro, e valores acima de 34° ocorrem de Setembro a Fevereiro, mas sempre aquém dos 33° de Maio a Agosto, notando-se que em Junho e Julho 30°8 foi a maior máxima registrada.

A mínima absoluta também razoável, 5°8 — Julho, valores aquém de 10° podendo se verificar de Maio a Setembro; apenas de Dezembro a Abril o termómetro fica sempre acima de 11°. Janeiro tendo registrado 10°4.

Em conclusão, atingiu 29°4 a amplitude absoluta.

Há apenas um terço de dias frescos, pois os quentes somam 236, dominando nas contagens de Setembro até Abril; enquanto isso, os primeiros constituem à regra, rando-se aos demais nos meses de transição, Maio e Agosto, conforme a tabela.

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Dias quentes	28	25	27	22	13	7	6	16	23	25	21	23	236
Dias frescos	3	3	4	8	18	23	25	15	7	6	9	8	129

O total de 129 dias frescos constitui um índice favorável do clima, notando-se quanto às noites, que apenas 1 quente costuma ocorrer, e no mês de Janeiro, resultando em 364 noites frescas.

São fortes os ventos sob a média 2,3m.p.s., oscilando entre 2,8 Setembro e 2,0 Maio. A fase mais ventilada transcorre de Julho a Dezembro, e a mais calma de Março a Junho. Quanto às ventanias, apenas 2, distri-

buidas em Dezembro e Janeiro (1 cada mês) foram observadas.

A umidade se conserva apenas regular, sob média 74,9%, e oscila 10% entre os extremos 78,4 — Maio ou Dezembro, e 67,9 — Setembro. Transcorre quase toda uniforme, acima de 75%, a fase Novembro a Julho, sendo somente mais seca, pouco abaixo de 70%, a de Agosto-Setembro.

Climas da Bahia e Minas

Também reduzida a cobertura, sob média 6,0, e valores extremos 7,4 — Dezembro e 4,4 — Agosto, de amplitude 3,0. A nebulosidade supera 6,0 de Outubro a Abril, subindo além de 7,0 em Novembro — Dezembro. Torna-se mais fraca, abaixo de 5,0 nos meses de Agosto-Setembro. Há contudo uma taxa acentuada de dias encobertos, com 125, ou seja uma cada três. Variam de 12-18 às frequências mensais de Outubro até Março, com o último valor em Dezembro, descendo a taxas 6-9 de Abril a Julho, e 4-7 em Agosto — Setembro.

Já os dias claros são poucos, apenas 45, distribuídos por todos os meses, sob taxas 2-4 e que só em Agosto ou Setembro sobem a 8-7 respectivamente.

Vejamos assim a precipitação. Totaliza 1178mm, e oscila de 244 — Dezembro a 10mm — Junho. Novembro e Dezembro registram acima de 200 mm, conservando-se os valores de Janeiro a Março acima de 100. Nos meses restantes, a seca é pronunciada, com Maio a Setembro sob alturas inferiores a 30mm, e sobretudo no inverno: 10 — 11 — 12mm (Junho, Julho, Agosto).

Quanto à maior altura em 24 horas atingiu 136mm (Dezembro), índices acima de 70 podendo se verificar de Setembro a Abril, ou superando 100 entre Novembro a Janeiro, mas limitadas a 20mm em Junho e Julho.

É acentuada porém a frequência dos dias chuvosos 101, dos quais 36 ultrapassam 10mm. Superam 10 dias as taxas correspondentes ao período Novembro — Março, limitando-se a 3-5 de Maio a Agosto, como vemos na série: 12 — 11 — 12 — 7 — 5 — 3 — 5 — 3 — 4 — 8 — 15 — 16 = 101.

Continuam pouco frequentes as trovoadas, apenas 37, com taxas mensais 4-6 durante o período Outubro a Março, reduzidas para 0-1 no de Maio a Setembro.

Ainda mais escassos os nevoeiros, somente 15 por ano, sob contagens de 1 nos meses do inverno, ou melhor, Maio a Outubro, elevada para 1-2 nos restantes.

Por fim, também raro o orvalho, 25 dias cada ano, distribuídos sob índices mensais 3-6 no período Março a Julho, com declínio para 1 nos outros meses.

Grão Mogol é assim quente de dia, mas não excessivamente, e fresco sempre à noite, com céu nublado e umidade regular. Geralmente ventilado, não acolhe acentuados extremos de temperatura, enquanto chove com frequência, mas num total reduzido.

Raros fenômenos, dias em grande parte cobertos, compõem um clima satisfatório para a latitude.

ARASSUAHY — 16° 54'S
41° 59' W — 272 ms. — clima Awg'.

A menor altitude torna mais quente o clima, sob média anual 24°3. Devido aos extremos 25°9 — Fevereiro e 21°0 — Julho, é de 4°9 a amplitude anual, a segunda ondulação se apresentando fraca, com o máximo de Outubro e a queda em Novembro, mas amplitude apenas 0°4.

Permanece mais quente, acima de 25°, a fase Outubro a Março, podendo-se incluir Abril com 24°9.

Aliás Janeiro-Fevereiro e Março têm valor idêntico; 25°9.

O período mais fresco, abaixo de 22°, corresponde ao início do inverno, pois nos meses de Junho — Julho — Agosto, temos 21°5 — 21°0 — 22°5.

As máximas são elevadas, sob média 31,0, e oscilam de 32°8 — Fevereiro a 27°9 — Julho, portanto 4°9.

Há um pequeno máximo na primavera — (Outubro 32°1) com queda em Novembro para 31°0, daí resultando amplitude 1°1. O pe-

riodo Setembro — Dezembro já é quente à tarde, acima de 31° (com Outubro 32°1, como vimos), e o verão ainda mais aquecido, sob média 32°7 para Janeiro, Fevereiro e Março. O outono traz declínio a 29°3 em Maio, podendo-se dizer que, deste mês ao de Agosto as máximas permanecem na média abaixo de 30°, chegando em Junho a 29°1 e Julho 27°9.

As mínimas são apenas regulares, sob normal 16°9 e oscilam 6°4 entre 19°2 — Dezembro e 12°8 — Julho. Há porém uma só onda, notando-se que o período mais fresco é naturalmente o do inverno com Junho-Julho e Agosto abaixo de 14° (temperatura 13°2 — 12°8 — 13°4). O aumento segue rápido até Outubro (18°4), e de Novembro a Março as madrugadas se conservam em média com 19°1, declinando em abril até 15,5° no mês de maio, apresenta-se contudo mais elevada que em Grão Mogol, e devido à menor altitude, a amplitude diária, de média 14°2 e extremos 12°0 — Novembro ou 16°7 — Agosto. Mantém-se a mesma em torno a 12° em Novembro e Dezembro, e 13°7 de Janeiro a Abril, para ultrapassar 15° no período Junho a Setembro, ou mesmo 16° em Agosto, como vimos.

É acentuada a máxima absoluta, de 40°8 (Dezembro), valores acima de 40° tendo ocorrido de Outubro a Fevereiro. E superiores a 38° em todos os meses, exceto Junho e Julho, de limite 36°.

Foi porém notável a mínima absoluta, de 1°8 (Julho) os meses de inverno trazendo registos inferiores a 4°, com o período Abril a Outubro abaixo de 10°. Superam sempre 11° as mínimas dos meses de Novembro a Março. Temos desse modo acentuada amplitude absoluta, de 39,0.

Transcorrem quentes todos os dias em Arassuahy (346), raros mais frescos ocorrendo, sob taxas men-

Climas da Bahia e Minas

sais 2-3, no período Junho a Dezembro, e 5 em Julho, tudo somando 19 dias.

As noites porém são quase tôdas frescas (305), pois apenas 60 quentes têm lugar sob taxas 8-9 de Outubro a Março, nenhuma ocorrendo no inverno. Eis a série das noites quentes: 9 — 8 — 9 — 4 — 1 — 0 — 0 — 0 — 2 — 8 — 9 — 10 = 60.

Constata-se fraca velocidade dos ventos, de média 1,2, contida entre limites 1,0 e 1,5, sendo ligeiramente mais ventilado o período Julho a Outubro, de 1,3 a 1,5, pois os meses restantes conservam média 1,1. Normalmente, apenas 2 ventanias ocorrem, em Janeiro e Fevereiro.

A umidade não é muito elevada, com média 71,7, e fraca amplitude, apenas 11%, entre 75,9 — Dezembro e 64,4 — Setembro. Mais úmido, acima de 74%, o período Dezembro a Maio, e poderíamos incluir Novembro, com 73,4. Mais sêca, abaixo de 67%, a fase de Agosto a Outubro.

A nebulosidade permanece bastante reduzida, sob média 5,3, e amplitude 2,6, dados os extremos de 6,5 — Novembro e 3,9 — Agosto. O período mais nublado decorre de Outubro a Maio, acima de 5,0 com 6,5 e 6,3 em Novembro-Dezembro. O mais limpo, abaixo de 5,0, compreende os meses de Junho a Setembro, este último e o de Agosto sob 4,0 e 3,9, como vimos.

Há poucos dias encobertos e ainda menos claros. Os primeiros somam 68, e se concentram sob taxas 7-11 de Outubro a Fevereiro, 4-6 no outono, e 2-3 de Junho a Setembro, com Novembro e Dezembro mais cobertos (11 dias cada).

Já os claros, apenas 43, conservam taxas ínfimas, de 1-2 no período Novembro a Abril, elevadas para 3-4 nos meses de inverno e 8-9 em Agosto e Setembro. É bem reduzida a precipitação, de apenas 819mm, contida entre 165 — Dezembro e 4mm

— Junho. Recolhem acima de 100mm os meses de Novembro a Fevereiro, mas abaixo de 50 os de Abril a Setembro, com 8-4-7-8 em Maio — Junho — Julho — Agosto.

Foi contudo de 104mm a maior altura observada em 24hs, já no período Maio a Setembro nenhuma chuva diária tendo ultrapassado 40mm. Também muito escassos os dias de chuva, apenas 68, dos quais 25 superam 10mm. As maiores freqüências, ainda mais de 8 a 12 dias, ocorrem de Novembro a Março, com apenas 1-2 na fase Junho a Setembro: 9 — 8 — 8 — 5 — 3 — 1 — 2 — 1 — 2 — 6 — 12 — 11 = 68.

Há somente 31 trovoadas, concentraças de Outubro a Março, sob taxas 3-7, enquanto de Maio a Agosto nenhuma se verifica. Também raros os nevoeiros, 28, mais freqüentes apenas de Março a Julho, sob taxas 3-5, e mais raros, com 1-2, de Agosto a Fevereiro.

Por fim, o orvalho é pouco freqüente, 11 dias por ano, ou 1-2 cada mês, não ocorrendo aliás de Agosto a Outubro. Tem Arassuahy portanto um clima bastante quente de dia, mas fresco à noite. Extremos de temperatura pronunciados, de 2º a 41º, e céu apenas nublado, com umidade regular. Poucos dias claros ou cobertos, chuva escassa, e ventos fracos, resultam em condições desconfortáveis.

FORTALEZA — (hoje Pedra-Azul) 16º 00'S — 41º 17' W — 627 ms — clima Awg'.

A altitude confere a esta localidade uma temperatura média de 22º,2, com extremos 24,1 — Janeiro e 18,5 — Julho, sob amplitude 5,6. A segunda onda fica limitada a um patamar de 23º,1 em Outubro — Novembro. Transcorre mais quente, acima de 23º, o período Outubro a Março, com máxima em Janeiro e Fevereiro. Abaixo de 21º temos somente os meses de Maio a Julho, pois Agosto e Setembro já superam tal limite, notando-se

aliás 19,4 em Junho e 18,5 Julho.

São elevadas as máximas, de média 28º,4, e extremos 30º,6 Janeiro e 24,9 — Julho, com amplitude 5,7. Nota-se uma fraca ondulação, de Novembro — (28,7) a Dezembro (29,6), com amplitude 0,9. As tardes vão se tornando mais quentes desde Outubro, mantidas até Dezembro abaixo de 30º, mas superando tal índice de Janeiro a Março. Declinam a seguir, permanecendo no inverno aquém de 27º, com 26,1 — 24,9 — 26,6 de Junho a Agosto.

As mínimas não se apresenta muito baixas, sob média 17,6, e amplitude 5,6, dados os extremos de 19,6 — Fevereiro e 14,0 — Julho. São naturalmente mais reduzidas no inverno, de Junho a Agosto, com 14,6 — 14,0 — 14,8 elevando-se bastante já em Outubro, (18,6) para permanecerem de Novembro a Março acima de 19º. Abril, com 18,6, antecede as mínimas já sensíveis de Maio 16,5.

Temos 10,7 para a amplitude diária, que oscila pouco, entre 9,5 — Novembro e 11,7 — Agosto. Mas se conserva em torno a 10 — 11º, nos diversos meses, com ligeiro reforço em Agosto e Setembro. A máxima absoluta é relativamente elevada para o nível da estação: 38,6 — Outubro, valores acima de 36º tendo lugar de Setembro a Março, mas limitados a 33º em Junho e Julho.

Quanto à mínima absoluta desceu a 5º,4 (julho). Índices abaixo de 7º, tendo se verificado de Maio a Agosto, e no entanto só acima de 12º no período Dezembro a Abril.

Resultou da comparação uma amplitude absoluta de 28º,3. São praticamente quentes quase todos os dias em Pedra Azul, no total de 303, apenas de Maio a Novembro alguns mais frescos tendo lugar, com maiores freqüências em Junho (10)

e Julho (17). Transcreveremos a série anual dos últimos, no total de 62: 1 — 0 — 1 — 2 — 7 — 10 — 17 — 8 — 5 — 4 — 5 — 2 = 62.

Quanto às noites quentes são poucas, ocorrendo única-

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Noites quentes	11	12	11	5	1	0	0	0	1	6	10	12	69
Noites frescas	20	16	20	25	30	30	31	31	29	25	20	19	296

mente de Novembro a Março, sob taxas de 10-12. Nos meses restantes permanecem por assim dizer frescas todas as noites (296).

Ventos em geral fracos, sob média de 1,5 mps. e variações entre os limites 1,2 e 1,9. A fase mais calma decorre de Novembro a Junho, notando-se maiores velocidades de Julho a Outubro.

Sopram porém só 8 ventanias, sob taxa mensal 1 de Julho a Março, não ocorrendo o fenômeno de Abril a Junho.

A humidade relativa é regular, com média 73,3, e oscila entre os extremos de 67,8 — Setembro e 76,7 — Maio, sob amplitude 9%. Conserva-se mais elevada, acima de 73% de Novembro a Julho, com os meses de Abril a Julho superando 75%. Mas declina durante a primavera abaixo de 70%, com 67,8 — 67,9 em Setembro e Outubro.

A nebulosidade, em média 6,5, apresenta estabilidade nos valores, o que faz supor defeito de observação. Com efeito, é apenas de 1,4 a amplitude anual, obtida entre os extremos 7,2 — Novembro e 5,8 — Agosto.

Tal oscilação parece bem inferior à das estações próximas, como Salinas. De qualquer modo, temos maior cobertura, acima de 7,0, em Novembro e Dezembro, seguida de índices estáveis, em torno a 6,4, até Julho, e que declinam para 5,8 em Agosto ou 5,9 — Setembro, Outubro trazendo 6,5.

Os dias encobertos somam 121, sob taxas 19-11 de outubro a Maio, com 15,14 para Novembro-Dezembro. Mesmo no período sêco, porém ainda 7-9 dias ocorrem de Junho a

Setembro, o que parece confirmar a nebulosidade média de 6,5, então observada.

Os dias claros são bem poucos, aliás só 16, distribuídos em taxas 1-2 por todos os meses, a última corres-

pondendo à primavera, Agosto-Outubro.

A insolação registra o mí-

nimo típico do sudeste baiano, com total de 2047 horas, os índices mensais oscilando de 196 horas (Março) a 134 — Novembro.

É mais insolado o verão, sob exposições acima de 180 horas até Março, seguido da primavera, superando 170 em Agosto e Setembro. Os meses de Maio a Julho, ou Novembro e Dezembro, têm menos de 160 horas.

Chove pouco em Pedra Azul, apenas 916 mm, com extremos 168.

Desafio à Pecuária Brasileira

O economista gaúcho José Bernardo de Medeiros Neto conseguiu um verdadeiro milagre no setor da literatura agropecuária brasileira: transformar o seu trabalho sob o título acima num "best-seller", segundo se informa na imprensa do país.

O seu livro, impresso em Pôrto Alegre, é um panorama completo da grande atividade rural do Brasil, e, a par dos comentários a respeito do que existe, oferece remédios para a melhora e progresso, da criação, devendo as autoridades responsáveis lêr com atenção o Sr. Medeiros Neto.

É o autor advogado do Banco do Brasil em Uruguaiana. Esta condição o põe a par não só das necessidades da pecuária, de que Uruguaiana é região exponencial, como das medidas, que preconiza, principalmente de crédito que devem ser postos em prática, para o desenvolvimento pecuário, em favor do país.

Recebemos um exemplar do trabalho e o lemos com o maior interesse. Porque no Brasil, já é não muito comum escrever-se sob os assuntos do campo, mas muito mais difícil ainda, é encontrar leitores para êles. Pois, a nosso ver, o jovem de Uruguaiana, que vai cursar a Escola Superior de Guerra, conseguiu o milagre com o seu "Desafio", entrando vitoriosamente num campo quase que hostil aos trabalhos de observação, de pensamento e de pesquisa.

Agradecido pela carinhosa dedicatória.

LMP.

RESUMO HISTÓRICO

CONSIDERAÇÕES

A estrutura agropastoril do Brasil, desde o seu regime de propriedade da terra e seus meios de exploração, principalmente em certas regiões (centro e nordeste), impediu de certo modo o seu desenvolvimento econômico, reduzindo em consequência, os padrões de vida de sua população, especialmente a que habita o nosso meio rural e que se dedica ao amanhã da terra e ao pastoreio do gado.

O problema dos países subdesenvolvidos como o Brasil, se resume antes de mais nada, na pobreza de suas populações rurais.

É preciso notar, porém, que esse fenômeno não se processa somente nesses países, mas afeta também outros que já atingiram alto nível de desenvolvimento econômico.

Cerca de 60%, ou seja, um bilhão e trezentos milhões de habitantes, da população total do mundo, depende da agricultura e da indústria pastoril.

A última guerra, em sua fúria devastadora destruiu tudo o que existia em muitos países, deixando atrás de si a miséria e a fome.

O Brasil, embora estando longe do teatro em que se desenrolaram esses acontecimentos também sofreu as consequências desse fenômeno.

País possuidor de grandes riquezas é olhado por todo o mundo como uma região de inestimáveis recursos, capaz de atender solicitações daqueles povos, cuja falta de viveres já atingiu limites extremos.

Mas a nossa estrutura econômica e financeira está em franca desorganização, sendo que na parte relativa à produção de alguns alimentos é a mais grave possível, pois em certas e determinadas ocasiões há falta de inúmeros produtos, e o que podemos adquirir é por um preço excessivo.

País subdesenvolvido, com poucos produtos para exportar, com uma precária situação na sua balança de pagamentos, com uma constante crise de divisas, com uma política de desestímulo à inversão de capitais estrangeiros, não adotamos até hoje uma linha de ação e coerência na solução dos nossos problemas de ordem econômica.

A redução da exportação do nosso principal produto que é o café, criou condições que se refletem em nossa balança comercial de duas formas:

— Em primeiro lugar, a queda da receita das divisas estrangeiras, afetou diretamente os setores dependentes das importações; em segundo lugar, a redução geral da atividade global de negócios causada pela diminuição do poder aquisitivo dos mercados cafeeiros.

A segunda repercussão, entretanto, foi em grande parte anulada em virtude da política oficial adquirida os estoques de café que não podem ser vendidos no estrangeiro.

Será essa uma política certa do Governo?

Só os economistas poderão responder, já que o problema é complexo e de difícil solução.

Inúmeras são as crises que periodicamente afetam o País, que estrangulam o nosso desenvolvimento econômico, que desvalorizam cada vez mais e de modo vertiginoso a nossa fraca moeda, que empobrecem o nosso povo e, que muitas vezes põe em grande risco a nossa segurança, criando crises psico-sociais, sem falar nas crises políticas que de vez em quando assolam o País.

Com grandes possibilidades nos campos mineral, vegetal e animal, o Brasil, entretanto, não possui ainda uma economia forte, dependendo a nossa balança comercial de uma série de fatores, inclusive o desequilíbrio da nossa produção, que não é constante em todas as regiões do Brasil.

Poucos são os produtos destinados à exportação, e dentre os mais importantes devemos citar o café, o algodão, o cacau, a cera de carnaúba, o babaçu, a banana, a laranja e o fumo.

Com relação aos produtos de origem animal, o que produzimos muitas vezes não chega para o abastecimento de nossa população, sendo que os poucos que exportamos, em sua maioria enlatados, representam uma gota d'água no oceano das nossas exportações.

É certo, que após a II Guerra Mundial, o nosso rebanho bovino foi recuperado, depois do grande tesfrute que sofreu em virtude da exportação desordenada que foi feita para os países da Europa.

ECONOMIA AGROPECUÁRIA DO NORDESTE

O Brasil não é um País propriamente subdesenvolvido, como muitos acreditam. Ele é complexo, com uma série de problemas, cuja solução depende de inúmeros fatores que estão ligados a cada uma de suas regiões. Haja visto o problema das secas do Nordeste.

A economia agropecuária do Nordeste vem sendo estudada há longos anos, sendo que no governo EPITÁCIO PESSOA esses estudos foram intensificados com os trabalhos de açudagem ali iniciados.

Para muita gente o nordeste é um peso morto na economia nacional, para outros é uma região do País que se fosse olhada com certa atenção pelo Governo Federal, poderia constuir uma parcela de grande importância na nossa balança comercial.

Com exceção dos seus produtos extrativos, pouco produz na parte relativa à agricultura de subsistência; trabalha e vive com uma série de fatores que lhe são adversos, seu povo sofre periodicamente o flagelo da seca, o que obriga uma parte de sua população a se retirar para outras zonas à cata dos meios de trabalho.

Nenhum aspecto, a nosso ver, assume maior importância no êxodo rural, do que o uso inadequado da terra na produção agropastoril, muito principalmente em países, cuja economia repousa nas atividades da população que vive no campo, como ocorre no Brasil.

Dai porque o Serviço Social Rural, criado em 23 de setembro de 1955, destinado a prestar serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida de suas populações, teria como principal missão a fixação do homem à terra, proporcionando-se a instrução profissional para a agricultura, a fim de que esta possibilite um índice elevado de produtividade, já porque o mau aproveitamento da terra, muito principalmente em países tropicais, tem sido fator preponderante de êxodo e pauperismo de suas populações.

O Brasil, País de grande extensão territorial e grandes reservas de terras inaproveitáveis, necessita antes de mais nada de um levantamento de

DA AGRICULTURA BRASILEIRA

GERAIS

seus recursos naturais, para dêsse modo traçar com segurança as diretrizes de sua política agrária.

Já sentimos a necessidade de uma vigorosa política que estude todos os problemas relacionados com a exploração do nosso solo, principalmente na parte relativa à fertilidade natural da terra e à queda cada vez mais acentuada de sua produtividade na nossa agricultura, do qual tem resultado inúmeros prejuízos para o patrimônio da Nação, trazendo como consequência, a migração da população rural em busca de melhores condições de vida.

É preciso, por isso, desenvolver a economia agropecuária do Nordeste, entrosá-la dentro do apregoado plano do desenvolvimento econômico que o Governo Federal se propõe executar.

Não interessa ao Brasil que se acentue cada vez mais o desnível entre a *formidável* riqueza do Sul e a pobreza do Nordeste.

Até hoje os problemas do Nordeste não foram bem estudados, embora diversas comissões de importância, como por exemplo, a Mista Brasil-Estados Unidos ali estivessem para estudá-los, nada deixando entretanto de prático, de útil, de objetivo, quanto às possibilidades de seus recursos ou à deficiência da região.

A falta de crédito para o Nordeste tem sido, no nosso modo de entender, uma das causas do grande atraso que ali se nota na sua agricultura e indústria pastoril.

A REFORMA AGRÁRIA

O Brasil como os demais países do mundo, também apresenta o problema do mal-estar social.

País novo, com um sistema de colonização mal orientado e que lhe foi imposto pelas circunstâncias do momento, tem vivido até então da exploração desordenada de suas riquezas naturais.

Dêsse modo, se deteve por séculos na exploração da agricultura e da indústria agropastoril mal orientada, com um regime onde imperavam os grandes latifúndios, oriundos de concessões de grandes áreas de terras, num verdadeiro regime de feudalismo.

Os problemas relacionados com a exploração da terra vêm de há muito merecendo a atenção de todos os governos que se sucederam em nosso País, entretanto, essa atenção só veio a se transformar em realidade por medidas objetivas nos últimos anos, através de inúmeras iniciativas, tais como conferências, seminários, semanas ruralistas, em que os problemas agrícolas eram focalizados a fim de se pesquisar o padrão de vida de nossas populações rurais.

Tais iniciativas, todavia, tiveram mero cunho regional, restringindo-se a pequenas áreas, não fornecendo dêsse modo uma visão do panorama agropastoril.

A primeira pesquisa de padrão de vida, foi realizada por ERNEST WAGEMANN, e seus resultados estão no livro de sua autoria "A colonização alemã no Espírito Santo", em que foram feitas apreciações do padrão de vida das populações por ele estudadas, de origem teuta.

A colonização de origem européia no sul do País, muito contribuiu para o progresso da agricultura e da pecuária naquela região; haja visto o Rio Grande do Sul, com os seus excelentes re-

banhos bovino, ovino e suíno e sua produção de cereais.

A cifra de sua produção agrícola e pecuária revela índices ponderáveis da economia nacional.

Como se vê muito se tem escrito, muito se tem opinado sobre as condições de vida do nosso homem rural.

A vida rural brasileira, constitui tema fácil, e se multiplicam as versões e teses, umas acertadas e plausíveis e outras totalmente absurdas, afastadas de nossas realidades.

A Comissão Nacional de Política Agrária, em face do acúmulo e do conflito de conceitos sobre as condições atuais de nossa vida rural, deliberou realizar amplo inquérito em todos os municípios do País, com a colaboração do IBGE, de modo a testar os principais ângulos sociais e econômicos, restabelecendo a verdade em alguns pontos e trazendo ao conhecimento do governo números capazes de elucidar diversos e prementes problemas entre os quais os melhores processos para efetivar a assistência social nos centros agropastoris.

O inquérito promovido localizou os grandes setores da população campestre, identificando, principalmente, a realidade, no que se refere à habitação, à alimentação, à saúde, ao vestuário e às rendas ou economias, elementos indispensáveis à aferição do nível de vida, resultante da "condição econômica de existência do indivíduo e da família, especialmente com referência às classes populares, apreciada mediante inúmeros índices que traduzem os montantes dos salários, a altura e variedade dos consumos, a proporção e extensão da habitação".

Ainda últimamente o "IV Congresso Internacional Católico de Vida Rural" realizado no Chile, tratou das reformas agrárias executadas em várias nações da Europa, Ásia e América e sobre os trabalhos de cooperação entre a Igreja e o Estado.

Sua Santidade o Papa Pio XII, em mensagem que em seu nome dirigiu ao arcebispo de Santiago do Chile insistiu na necessidade de serem criadas condições de elevação material, moral e social dos trabalhadores do campo, sem que se atente contra o direito natural da propriedade, mesmo se em certos casos não puder ser excluída a necessidade de intervenção do estado para a distribuição equitativa de terras, que deve ser feita no plano da realidade das várias nações ou regiões aplicando-lhes as mais oportunas regras de acordo com as leis que ali imperam.

Considera o Sumo Pontífice, a necessidade de estender aos trabalhadores dos campos as leis sociais aplicadas aos trabalhadores da indústria, a fim de que seja evitado o êxodo das populações rurais e, como consequência, o despovoamento do nosso interior.

Dessa forma se chega à conclusão de que há necessidade de se estudar os problemas relacionados com a agricultura, a fim de que as condições de vida dos que vivem no interior sejam melhoradas.

Com relação à reforma agrária, ela deve estabelecer-se no País por etapas, através de um Código Rural que contenha alguns princípios e normas de caráter geral, que indiquem um verdadeiro planejamento, destinado a intervir nas propriedades agropecuárias dos particulares.

A reforma agrária que no momento se tem em mira apresentar ao governo, deve em princípio, abordar o problema em suas linhas gerais, não devendo entrar em detalhes ou minudências normativas.

O que temos que fazer é estudar o problema de acôrdo com as condições da vida rural brasileira, embora êle hoje seja um problema Universal.

No número dos problemas econômicos sociais, a reforma agrária está sempre colocada em primeiro plano.

Mas o problema é complexo e não pode ser pôsto em equação, para a solução final, sem um estudo completo do nosso meio rural.

Quando se fala em reforma agrária, ou melhor, política agrária, que seria o título que melhor caberia ao trabalho da ADESG pensa-se logo na divisão da terra nos moldes do que foi feito na URSS e no México.

Essas reformas foram realizadas, revolucionariamente, de acôrdo com regimes que dominavam aqueles países.

Mas o problema no Brasil tem que ser encarado sob outros aspectos tais como, o jurídico, o social, o político, o financeiro, o geográfico, o de saúde e o educacional.

Dêsse modo êle se nos apresenta de uma forma muito complexa principalmente se levarmos em conta, a nossa atual conjuntura política.

Ninguém desconhece a necessidade que o Brasil tem de modificar a sua política agrária, que torne mais racional a posse da terra; é necessário, porém, completá-las com um estatuto que já devíamos possuir há muito tempo, que tenha como objetivo a fixação do homem ao meio rural.

Na organização rural de um País, um dos pontos altos é, sem dúvida, a existência de um Código Rural, que discipline as atividades do campo, a exemplo do que foi feito para as atividades do trabalho, do comércio e da indústria, pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Seguramente 80% da população do Brasil vive na zona Rural, onde se encontram as nossas fontes de vida.

As condições do trabalho aí se desenvolvem sem normas garantidoras que atendam aos costumes das suas populações.

Vemos na própria América do Sul países como Argentina e Uruguai, possuírem códigos pelos quais são estabelecidos as regras que garantem as atividades rurais.

Entre nós, o primeiro projeto de Reforma Agrária, apresentado ao Congresso foi o de autoria do ilustre ruralista JOAQUIM LUIZ OSÓRIO, que, estudando a vida rural no Rio Grande do Sul, e as recomendações dos Congressos Rurais daquele Estado, como Deputado Federal, apresentou projeto de Código Rural, que serviu de base para um outro, mais tarde apresentado pelo Deputado BORGES MEDEIROS.

Dentro dos princípios assegurados pela Constituição então vigente, êsses dois brasileiros, nos respectivos projetos ofereceram os meios eficazes para garantir as liberdades e corrigir os males que perturbam a vida rural, tornando-a mais tranqüila e suave.

Posteriormente, o consultor jurídico, do Ministério da Agricultura presidiu uma Comissão que elaborou um projeto de Código Rural, sendo que ultimamente foram apresentados três projetos, um do Deputado SYLVIO ECHENIQUE em 1951, outro do Deputado COUTINHO CAVALCANTI em 1954, um do Sr. NESTOR DUARTE em 1955, havendo também um ante-projeto de AFRÂNIO DE CARVALHO.

Êsses documentos estão enfileirados em um volume relativo aos problemas da Reforma Agrária.

Dêsse modo chega-se a conclusão de que há necessidade de se codificarem tôdas as leis que regem a nossa vida rural, e que se ampare por meio de um serviço social-rural, o nosso abando-

nado homem do campo, que tem sido o pioneiro da grandeza do nosso País.

O crescimento extraordinário das populações em relação ao crescimento dos meios de subsistência, poderá levar o mundo à miséria e à fome, trazendo graves conseqüências para a nossa estrutura social.

Devemos evitar essa hecatombe, explorando as riquezas do solo, de modo racional, a fim de tirar dele o máximo de rendimento.

Atualmente há uma crise de alimentos, em certas cidades do Brasil.

Periódicamente as secas que assolam o Nordeste, trazem grandes distúrbios àquela região, aumentando o êxodo das populações rurais, que em grandes levadas caminham em direção às grandes cidades, à cata de melhores condições de vida, a procura de melhores salários, dificultando dêsse modo, ainda mais, a situação dos que ali habitam.

A crise é profunda e tem suas raízes em fenômenos de ordem social.

É preciso resolvê-la de qualquer modo, de qualquer forma e com a maior rapidez possível.

E só vemos uma solução: lançar o governo as suas vistas para o nosso meio rural, onde enormes áreas de terras devolutas poderiam ser aproveitadas para a formação de estabelecimentos agropastoris, com uma orientação técnica traçada pelo governo e uma colonização adequada a cada região.

Os problemas aí estão desafiando a argúcia, a competência e a ação dos homens de governo.

O momento atual está a exigir de todos nós um movimento intenso de trabalho, fora da nossa emperrada burocracia e propaganda literária, pois os ensinamentos das questões relacionadas com a vida rural do País só devem ser dados pela demonstração e exemplos práticos no próprio campo.

Não devemos perder tempo. Precisamos de ferramentas, enxadas, pás, foices, ceifadeiras, arados, tratores, etc., para o amanho da terra.

Necessitamos também de bovinos, muaras e eqüinos para o movimento dos aparelhos e das viaturas.

Como as dificuldades de transporte se acentuam cada vez mais, devemos fazer as culturas e a criação dos animais o mais próximo possível dos grandes centros de consumo.

Precisamos também de sanear os nossos campos, levando ao lavrador uma assistência médica constante, a fim de que êle possa ter um índice de saúde capaz de lhe proporcionar a resistência necessária aos trabalhos de campo.

Os problemas da terra relacionados com o bem-estar das populações rurais têm sido demasiadamente debatidos por iniciativa das entidades de classes e com o apoio das entidades governamentais, dentro dos princípios constitucionais vigentes que estabeleceram a organização da vida rural, através do decreto-lei 8.227 de 24 de outubro de 1955 e a lei 2.613, de 23 de setembro de 1955, que criou o Serviço Social Rural.

Não há dúvida nenhuma de que o Brasil precisa retirar do seu solo seus próprios recursos, criando novas fontes de vida em regiões tidas como decadentes ou subdesenvolvidas, proporcionando-lhes novos elementos de expansão.

No momento atual carecemos de uma soma apreciável de produção a fim de fazer face às necessidades da vida nacional.

O aumento da produtividade nos setores agrícolas e pecuário, com uma colonização bem organizada, bem assim uma assistência técnica e financeira, representará a mais segura orientação para o problema do abastecimento aos grandes centros populosos.

DIVERSOS CICLOS DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Logo após o seu descobrimento, a administração do Brasil sofreu várias modificações e vicissitudes.

tudes durante o domínio espanhol, é a seguir sob o governo dos reis da dinastia de Bragança.

Por duas vezes se dividiu a Colônia em dois governos (em 1573 e 1607); em ambas não se obteve proveito da medida posta em prática e a unificação se refez.

Por longo tempo as capitânicas do norte tiveram governo à parte, com o nome de Estado do Maranhão, criado em 1621.

Isso trouxe grandes transtornos à formação da vida rural, não havendo nenhuma orientação no sentido de se organizar a agricultura e a indústria pastoril.

Na época da invasão européia, começo do século XVI os indígenas do Brasil, estavam na estacção inferior da escala em que sociólogos e etnógrafos classificam os povos, de acordo com os processos econômicos, geneonômicos e demonômicos da evolução social.

Características desta fase; organização familiar dentro do parentesco organizado; a família porém não é mais centro de polarização, gravita em torno do vínculo social; em muitos casos, o poder e o prestígio patriarcalis cedem aos dois chefes da tribo.

Do ponto de vista econômico, já se deixou a fase exclusivamente venatória para se explorarem as fontes artificiais de alimentação, isto é, a agricultura e a pecuária.

Que espécie de agricultura entretanto poderiam praticar os índios?

A pergunta vem da ignorância mais ou menos generalizada da distribuição natural das espécies vegetais às diversas partes do Globo; e do conceito mediante o qual os índios viveriam da economia proprietária até os europeus lhes trazerem as espécies hoje cultivadas.

A agricultura no dizer de muitos historiadores saiu de três grandes regiões sem nenhuma comunicação umas com as outras: a China, o Sudoeste da Ásia e a América intertropical.

Antes de Colombo e de Cabral já se cultivava na América do Sul, o fumo, o algodão, o milho, a mandioca que alimentava as populações indígenas antes do descobrimento, como continua a alimentá-las hoje, a batata doce e a batatinha, imprópriamente chamada de inglesa, as abóbora e o arroz que se inclui entre os presentes oferecidos pelos indígenas baianos aos componentes da frota de Cabral.

Escrever sobre a história agrícola deste País, não é fácil, pois a falta de elementos é quase completa.

É preciso fazer um trabalho de pesquisa de elementos, lendo inúmeros volumes, para se escrever alguma coisa sobre a história da agricultura brasileira.

Haja visto a cultura do café, onde se encontram as mais desbaratadas publicações, com versões inaceitáveis, onde os autores se contradizem.

Nos primeiros tempos que se seguiram ao descobrimento do Brasil, o principal artigo obtido no País em condições de se tornar uma fonte de riqueza foi o Pau Brasil (Ibirapitanga), objeto de diversas concessões feitas pelo governo a traficantes que vinham mercadejar com a população indígena que também lhes fornecia aves de linda plumagem e outros pequenos animais que eram objeto de comércio na Europa por preços elevados.

Como se vê, economicamente, o Brasil nasceu com uma indústria extrativa; a exploração do Pau Brasil e a caça de animais vivos, passando em seguida a uma agricultura pouco desenvolvida, com a plantação do algodão, cana-de-açúcar e fumo.

A pecuária também teve grande importância porque os bovinos, eqüinos e muars, constituíam então os únicos meios de transporte terrestre.

Logo em seguida veio o período da mineração (ouro, diamantes, etc.).

Mais tarde o Brasil retornou à agricultura (café, algodão e a indústria extrativa — borracha, castanha), até o advento das máquinas a vapor ou seja o ciclo industrial em que ainda hoje vivemos.

CICLO DO PAU BRASIL — período pré-colonial

A colonização pressupõe a fixação do homem à terra, povoamento, aparelhamento material, saneamento, enfim trabalho organizado.

Mas nada disso existiu nesse período.

Extraía-se e embarcava-se tudo o que a natureza produzia, especialmente madeiras, aprisionavam-se índios e animais, que eram vendidos na Europa, por bom preço.

A esse efêmero período da exploração do Pau Brasil, seguiu-se, no tempo das Capitânicas e do Governo Geral o ciclo da cana-de-açúcar, produto que, trazido para o nosso País se aclimatou com facilidade, e assegurou o êxito da colonização.

CICLO DO AÇÚCAR

Segundo LUIZ AMARAL, no seu livro História da Agricultura Brasileira, tomo II, o Brasil exportou de 1500 a 1822, mercadorias no total de 536 milhões de Libras esterlinas.

Nesse total de valores, a que produção cabe o maior contingente?

Ao Ouro? responder-se-á: não; o ouro contribuiu apenas com 170 milhões.

O café só começou no fim e, na nossa balança comercial, pesava menos que o arroz, o algodão, o fumo, as madeiras, os couros, e apenas um pouco mais que o cacáu.

Sua exportação no período colonial não passou de 4 milhões no total.

Houve do descobrimento à Independência, um produto que sozinho, rendeu mais do que todos os outros reunidos, incluindo-se os da mineração: o açúcar do qual exportamos 300 milhões de libras esterlinas.

Foi a cana-de-açúcar que iniciou a primeira marcha para o oeste, pois que na época do descobrimento do Brasil, a Europa modificava o seu regime de alimentação, substituindo os produtos de origem animal pelos de origem vegetal.

Generalizava-se ao mesmo tempo o uso do café, do chá e do chocolate.

O açúcar era então o artigo de maior valor comercial naquele continente, onde entretanto, não se podia cultivar a cana, pois o produto similar que ali existia era o extraído da beterraba, originário da Ásia, onde era cultivado desde as épocas mais remotas.

Numa Conferência realizada em Montevideu, disse AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO o seguinte:

"O que importa acentuar porém, é que quando Portugal descobriu o Brasil, já era senhor do comércio internacional do açúcar".

GILENIO DE CARLE, autor de "O açúcar na formação econômica do Brasil", diz que — "é de justiça salientar que a orientação de Portugal — uma vez apercebido do valor do açúcar —, facilitou a obra de renascimento e fortalecimento dessa lavoura".

O açúcar era ainda na velha Europa um artigo de difícil aquisição por sua escassez e seu elevado preço.

O fracasso de quase todas as capitânicas devido a vasta extensão territorial, incapacidade dos donatários e falta de recursos materiais, tornaram-nas precárias, não possuindo também os donatários os meios indispensáveis para combater a pirataria estrangeira e a hostilidade dos silvícolas.

Com a cultura da cana-de-açúcar instalou-se a colonização do Brasil propriamente dita.

Nascem cidades, abrem-se caminhos, forma-se uma unidade política brasileira, determinada pela solidariedade econômica.

Nasce uma aristocracia rural, com as casas grandes do litoral Pernambucano, Baiano e Fluminense.

Cada engenho, dado o numeroso pessoal que seu funcionamento exige, vem a ser um aglomerado social, com grandes residências senhoriais, dominando o conjunto de construções, as residências de feitores e assalariados as senzalas da escravatura, etc.

Não raro uma população se forma nas imediações, dando origem a uma vila, a uma futura cidade.

Os colonizadores passaram a importar escravos da África em grande escala, iniciando-se outras culturas, como por exemplo, a do fumo.

Há três pontos de solidificação da nacionalidade:

O primeiro seria São Vicente; o segundo Salvador e o terceiro Pernambuco.

Para muitos a escravidão foi o grande mal causado pela exploração da cana-de-açúcar no Brasil, prejudicando em parte a obra da catequese.

O desenvolvimento econômico do Brasil, deve-se em parte às instalações agrícolas, com o trabalho dos escravos, no litoral do País, depois a aventura das Entradas, tangendo-se a "gadaria a frente".

CICLO PASTORIL

No século XVI, logo após o seu descobrimento, chegaram ao Brasil as primeiras levas de bovinos trazidos pelos colonos portugueses, podendo-se afirmar que foi dessa época em diante que se fundaram as primeiras propriedades pastoris, bem assim as chamadas "feiras de gado", denominadas então "CURRAIS DEL REI".

Dentre as diversas espécies domésticas que aqui aportaram, os bovinos figuram sempre em primeiro lugar, constituindo a sua criação e exploração um negócio lucrativo para aqueles que a ela se dedicavam.

A pecuária no Brasil data, portanto, da época de sua colonização, com o estabelecimento dos primeiros currais, onde o gado era criado sem nenhum critério ou orientação zootécnica.

Diz uma crônica escrita por MIGUEL AYRES MALDONADO, no "Roteiro dos Sete Capitães", que o primeiro curral foi levantado no dia 8 de dezembro de 1563, pelo capitão JOÃO CASTILHO, em terras que lhe foram cedidas pelo capitão MIGUEL DA SILVA RISCADO por achar aquelas mais próprias que a do seu quinhão. Logo em seguida foi ali construída uma choupana de palha para o curralheiro ou vaqueiro que era o índio VALÉRIO ARUSSANGA, nela ficando um touro, uma vaca, e três novilhas.

Segundo nos conta a história, o gado deve ter vindo da ilha de San Tomé trazido por MARTIN AFONSO DE SOUZA, pisando a primeira vez a terra brasileira na Capitania de São Vicente depois de 1532, sendo que na mesma época foi introduzido na Bahia, segundo o que afirmou VICENTE SALVADOR na sua História do Brasil.

Nos primeiros tempos os rebanhos eram exícuos, minguados, sem nenhuma característica racial, e muito valeu a habilidade no modo de tratá-los e a providência dos Jesuítas que não permitiu que esse gado fosse consumido para não acabar, se expande na campina sem limite da terra, características, desenvolve-se e constitui a chamada raça curralheira também chamado "pé duro" Brasil. Nos Estados do Norte e Nordeste do bovinos foi se fazendo aos poucos, não diretamente do litoral, mas pelo interior.

Em Minas a penetração se fez descendo o mesmo, das regiões setentrionais do Nordeste conquistado pelos primitivos criadores sempre pela zona do campo, pelas margens do Rio São Francisco até as margens do Parnaíba, onde São Francisco em estado selvagem por Anhangüera.

A importância do criador de gado é decisiva no desenvolvimento econômico do Brasil, tanto no

Norte como no Sul, foi o fator da nossa expansão e o grande integrador da unidade nacional brasileira; foram os caminhos lentos do gado que abriram as povoações, entrelaçaram os brasileiros do norte com os do sul, vadaram os rios, desvirginaram regiões desoladas.

Conduzindo boiadas os nossos sertanistas, rompem as nossas terras virgens e plantam currais aqui, ali e acolá, que se constituíram mais tarde nas grandiosas fazendas brasileiras, exemplo vivo da tenacidade e da bravura dos nossos sertanejos.

A pecuária constitui, portanto, um dos grandes esteios em que se alicerça a grandeza da Nação, constituindo uma das suas maiores fontes de renda.

CICLO DO ALGODÃO

Diversos historiadores inserem em seus trabalhos inúmeras informações sobre o cultivo do algodão em nosso País, desde o tempo do seu descobrimento.

VICENTE SALVADOR, um dos primeiros historiadores brasileiros — refere que os libusteiros franceses negociavam com os índios pernambucanos que lhes vendiam "muito algodão em rama e fiado e rédes feitas em que dormiam", e também fios do mesmo tecido.

Assim, logo no começo do século do descobrimento, já havia entre os indígenas a indústria da fiação, para o consumo interno e para a exportação — o que muitos não admitem.

Os indígenas já usavam o algodão para certas peças de sua reduzida indumentária, para a confecção de tochas incendiárias, muitas vezes expedidas nas pontas das flexas, dirigidas contra os acampamentos inimigos.

Os índios brasileiros portanto conheciam não só a cultura do algodão, como também a sua tecelagem.

A confecção de rédes, maravilhas de arte dos indígenas, ainda existe no norte e no nordeste, demonstrando características tipicamente indígenas.

GABRIEL SOARES DE SOUZA referindo-se aos Tapuiás do interior da Bahia, observa que esses silvícolas andavam com os cabelos "enastrados com fitas de algodão", as mulheres demais cingiam-se com franjas do mesmo vegetal, cujos cadilhos eram tão longos que bastavam para "cobrirem suas vergonhas".

Com relação ainda ao ciclo do algodão, assim se expressa MOACIR M. F. SILVA: "Desde o período colonial, a cultura do algodão, em alguns estados do Norte, e especialmente nos do Nordeste, tem sido um dos esteios em que se alicerça a economia daquelas regiões".

Ultimamente, assinala-se um novo ciclo do algodão, no adiantado estado de São Paulo.

Neste, assume aspecto meramente mercantil, sem influência marcante no ambiente social daquele estado.

No Nordeste o problema é diferente. Assim o diz LIMEIRA TEJO (Brejos e Carrascais do Nordeste, São Paulo) — "Só mesmo o algodão tem sido essa força para civilizar a caatinga.

Nos intervalos dos seus maiores momentos comerciais, sofrendo inúmeras crises, é, ainda o ouro branco que sustenta toda uma economia de uma sociedade de pequenos produtores.

Foram ainda suas cotações quase fabulosas, durante a safra 1922 e 1923 que levaram a civilização do motor a explosão para esse mundo, provocando um aperfeiçoamento considerável da maquinária de beneficiamento, fazendo crescer cidades da noite para o dia, estabelecendo, enfim, as condições para uma industrialização que progride a passos largos, abrindo os horizontes para uma definitiva e real ocupação econômica de desertos".

CICLO DA MINERAÇÃO

Na última fase do período Colonial, o ciclo da mineração embora não beneficiando todo o País.

senão as zonas onde o bandeirante encontrou o ouro e o diamante, passou a constituir a maior sedução e a mais copiosa fonte de riqueza, que se drenou para a metrópole no século XVIII, permitindo à Corte, o fausto, em que viveu.

A indústria extrativa mineral constituiu uma das mais antigas indústrias exploradas em nossa Pátria, constituindo a principal preocupação dos habitantes da terra, que tinham sempre as vistas voltadas para as fabulosas riquezas do subsolo brasileiro, principalmente o ouro, do qual o Brasil foi um dos maiores produtores.

Do ciclo da mineração decorreram conseqüências da maior importância para a Colônia, concorrendo grandemente para o povoamento do Sul do País e a mudança da Capital.

O ouro por sua abundância influiu poderosamente no exterior e no próprio País, pois esse metal era remetido para a Inglaterra em forma de pagamento das importações feitas, cobrindo assim os déficits colossais de nossa balança comercial.

O ouro fixou definitivamente, as populações do interior, civilizando em época remota uma extensa zona que sem ele muito teria tardado a se civilizar.

Mais da metade das cidades e vilas do interior brasileiro têm origem nos trabalhos da mineração.

O ouro existe em quase todos os Estados do Brasil, mas as jazidas que possuímos estão em grande parte por explorar, sendo que as mais importantes se encontram no Estado de Minas Gerais.

Os diamantes, cujas jazidas são conhecidas pelo nome de "Garimpo", são encontrados no Brasil, principalmente nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia.

Atualmente a mais importante região produtora de diamante é a do Rio das Graças, afluente do Araguaia, em Mato Grosso, onde ele é encontrado com abundância.

A exploração de diamante começou com a descoberta das jazidas de Hiviturui e depois das de Tejuco, em Diamantina.

Este ciclo junto com o do ouro denominou-se ciclo da mineração, e não se pode ainda considerá-lo; deslocou-se apenas para Oeste, onde tem suas maiores fontes de exploração no Rio das Garças e no Rio Claro, e outras regiões do centro e norte do País.

Sob o ponto de vista da civilização brasileira, a contribuição das minas foi insuperável e inestimável.

Elas fizeram do Rio de Janeiro a cidade mais importante do Brasil, determinando o deslocamento da primazia econômica da Bahia para o Sul, tornando um fator de transcendente importância no processo da manutenção da unidade política nacional.

CICLO DO CAFÉ

O café exerceu, e ainda exerce uma grande influência na formação nacional e na vida econômica do País.

Essa cultura surgiu em larga escala, pode-se dizer, no século XVIII nos arredores do Rio de Janeiro.

A história do nosso desenvolvimento econômico se confunde com a história da implantação e da expansão da cultura cafeeira.

Ainda hoje é o café a mola mestra de nossa estrutura econômica, não sendo difícil prever, que por longo tempo manterá essa supremacia.

No número dos produtos que constituem a nossa exportação quer agrícola, extrativa ou mineral, o café se mantém de modo absoluto e em primeiro lugar, como nossa maior e melhor fonte de divisas que variam sempre de 30% a 70%.

Trazido do norte há mais de 2 séculos o café veio expandir-se nas zonas leste-sul, dando a origem ao maior empreendimento agrícola que o ho-

mem já realizou, sobre a zona tropical, e monocultura jamais cobriu área geográfica contínua tão extensa.

Assim teve início o ciclo do café que ainda hoje perdura.

Alguns historiadores afirmam que o café foi introduzido no País em 1727 pelo Comandante ou Sargento-Mor Francisco Palheta, quando em visita ao Governador do Pará.

Segundo outros, o Governador de Caiena, por intermédio de um francês chamado Mogues conseguiu uma libra de sementes de café dos cafezais introduzidos pelos holandeses em Surinam e plautou-as ao redor de sua residência.

Em 1727, então, é que Francisco Palheta indo a Caiena em Missão oficial, conseguiu trazer um punhado dos afamados grãos, além de algumas mudinhas que foram plantadas em Belém do Pará onde se desenvolveram de modo satisfatório.

No ano seguinte foi também iniciada sua plantação no Estado do Maranhão.

Disseminando-se pelo País o café passou para os Estados vizinhos até que em 1770 foi atingir a Bahia.

Em 1774 foram trazidos para o Rio de Janeiro algumas mudas, pelo desembargador João Alberto Castelo Branco, que foram plantadas no Convento dos Barbadinhos e mais tarde nas florestas da Tijuca.

Alguns documentos históricos demonstraram que em 1731 já passava café brasileiro pela alfândega de Lisboa.

Luiz Amaral em sua "História Geral da Agricultura Brasileira" diz o seguinte:

"Não sabemos positivamente quem o transportou para o Brasil, é melhor começar assim, repetindo Paulo Pôrto Alegre mais uma vez".

Não compreendemos também que emigrado em pequenas mudinhas, da Martinica, em 1723 já em 1727 tivesse podido ser o café transportado da Guiana Francesa para o Pará.

Hoje a cultura do café se desenvolve em grande escala nos Estados do norte, na Bahia, Espírito Santo, sendo que na Bahia ele foi monocultura, tendo mais tarde cedido lugar à cultura do cacau.

Do ponto de vista histórico o estado cafeeiro mais importante foi o Rio de Janeiro, tendo essa cultura se desenvolvido às margens do fertilíssimo Vale do Paraíba, e mais tarde chegado até Jundiá, Campinas, Ribeirão Preto, ao noroeste de São Paulo e já agora aos sertões do norte do Paraná, hoje um dos grandes estados produtores de café.

Em São Paulo essa cultura deve ter sido iniciado em 1790.

Como se vê, essa grande riqueza da Nação, surgiu em larga escala, pode-se dizer, no início do século XVIII nas proximidades do Rio de Janeiro, compreendendo, dois subciclos bem característicos, o do café escravajista ou subciclo fluminense que se desenvolveu no Império, através da bacia do Paraíba, espraiando-se nas vizinhas províncias de Minas Gerais e São Paulo; e o café capitalista ou subciclo paulista, desenvolvendo-se na República, em marcha para São Paulo alcançando o Vale do Paranapanema.

A lavoura cafeeira na bacia do Paraíba, considerada sob o ponto de vista da sociologia brasileira, representa uma verdadeira transposição para o Sul do Brasil, da grande civilização agrária, que o norte do País conheceu com a cana-de-açúcar.

CICLO DO CACAU

O descobrimento do Brasil e como conseqüência, a sua colonização, coincidiram com os grandes progressos agrícolas iniciados na Europa, tais como a invenção da semeadeira mecânica na Alemanha, a rotação agrária na Itália e os cultivos alternados na Lombardia.

A indústria do chocolate na Lombardia também foi acontecimento da mesma época, do qual

o Brasil foi o principal beneficiário, como o maior fornecedor de matéria-prima.

Segundo nos conta ainda Luiz Amaral em seu livro "História Geral da Agricultura Brasileira", quando se industrializava na Europa o cacau, se descobria o país de onde ele era nativo, onde, segundo La Condamine, os índios usavam as sementes desse produto como moeda corrente, fornecendo por muitos anos os maiores suprimentos aos mercados consumidores do mundo.

No Brasil o cacau começou a ser cultivado desde os meados do século XVIII, tendo em 1749, cerca de 7.000 árvores plantadas.

A Bahia, onde o cacauzeiro foi introduzido em 1836, é o maior centro de produção e exportação do País, e o segundo produtor do mundo.

No Pará onde é cultivado desde os tempos coloniais, chegando a ser a principal lavoura da região, perdeu por completo a importância que alcançara, ficando relegado a um plano secundário.

Basta dizer aqui que a sua exportação chegou a alcançar em 1898, 7.529 toneladas ao passo que ultimamente o Pará está exportando cerca de 2.000 toneladas e o Amazonas muito menos ainda.

A importância econômica do cacau data de mais de 4 séculos.

Atualmente seu valor procede do ótimo alimento dinamogênico e dos produtos que dele se obtêm, tais como o chocolate, a manteiga de cacau, a teobromina e o vinho de cacau.

O Brasil ocupa o 2.º lugar na produção e exploração mundial, apenas superado pela Costa do Ouro.

Embora já existissem 700 mil cacauzeiros plantados na Amazônia em 1749, só depois que as primeiras mudas foram transportadas para o sul

da Bahia, é que esse produto passou a ter importância na economia nacional.

Atualmente cerca de 98% da safra cacauzeira do Brasil, provém do Estado da Bahia, que produz safra valiosa e superior a 2 milhões de sacas por ano, procedentes da cultura aprimorada de 200 milhões de cacauzeiros.

CICLO DA BORRACHA

A borracha, é no Brasil uma fonte inesgotável de produção espontânea, principalmente na região Amazônica, onde se destaca principalmente a seringueira (*hevea brasiliensis*).

Desde os meados do século XVIII até o começo do atual, houve uma atividade febril em toda região Amazônica na extração e preparo do latex da seringueira.

A grande valorização do produto e a facilidade do processo primitivo de sua obtenção, à golpes de machadinha, atraiu numerosos forasteiros, especialmente levadas de nordestinos, retirantes das secas.

A economia destrutiva foi a base exclusiva da vida comercial amazônica.

O ouro negro, se construiu Belém e Manaus, desorganizou e destruiu a vida dos núcleos agrícolas do interior, extinguindo as culturas de algodão, açúcar, feijão, mandioca e as pequenas indústrias que se vinham formando no fim do regime imperial.

Foi a valorização da borracha a causa, e com ela se encerra o ciclo da policultura e das indústrias, e começa o ciclo fatal do ouro negro.

Quanto ao povoamento a fase dos seringais trouxe esse fato paradoxal: numa região em que a natureza se concentra para resistir, o homem se dispersou para agredi-la.

PUBLICISTA BRASILEIRO DISTINGUIDO NO EXTERIOR

Nosso colaborador FÁBIO LUZ FILHO de há muito escreve em revistas estrangeiras e, tem livros publicados fora do Brasil. A "REVUE des ETUDES COOPERATIVES" de Paris, fundada por CHARLES GIDE e BERNARD LAVERGNE, tem projeção mundial e já publicou há tempos longos artigos daquele nosso ilustre patricio. No seu último número (2.º trimestre de 1970), publica monografia de sua autoria sob o título "Les origines du Meuvent cooperatif brésilien et ses caractéristiques actuelles" (24 páginas in-8.º) e à qual dá grande destaque, de vez que a publica na primeira página. O conceito mundial que possui aquela Revista, de que são diretores conhecidos publicistas como BERNARD LAVERGE, GEORGÉ LASSENE PAUL LAMBERT, ANDRÉ HIRSCHFELD, e tc., etc., constitui uma consagração muito justa ao nosso velho e querido com-
rheiro.

Notícias e Informações

CITROS

São Paulo já alcança 70% da produção nacional de citros, com cerca de 40 milhões de caixas E, em importância econômica, a décima cultura do Estado, desenvolvida, principalmente, nas regiões de Limeira, Sorocaba, Bebedouro e certas faixas do litoral. A área ocupada, hoje, com citros atinge a 160 mil hectares, havendo a previsão de subir a 190 mil hectares aproximadamente, com um plantio de mais 6 milhões de mudas.

TRATORES PARA A AGRICULTURA

Em seu décimo ano de existência, a indústria nacional de tratores espera vender 12.000 unidades em 1970, sem contar tratores hortícolas e de esteiras. Esse número representará uma expansão da ordem de 30% sobre as vendas do ano passado, e os fabricantes do setor atribuem parte do mérito aos recursos colocados pelas autoridades, para o financiamento de insumos e implementos agrícolas, além dos estímulos fiscais. Todavia, os industriais lembram que, no aspecto da mecanização, a agricultura brasileira apenas ensaia os primeiros passos. A indústria de tratores já fabricou cerca de 80 mil unidades, e a relação área cultivada/trator evoluiu de 2.280 hectares em 1950 para 452 em 1960, mas na comparação com outros países o Brasil ocupa posição de nenhum destaque. Mesmo na América Latina, pelo que se pode ver pelo quadro abaixo, países como a Argentina e a Venezuela ocupam 2,5 e 3 vezes mais tratores que o Brasil:

Tratores por 1.000 hectares de área cultivada

País	Ano	Índice/tratores
Suíça	1963	156
Nova Zelândia	1963	156
Alemanha Ocidental	1964	132
Inglaterra	1963	52
Suécia	1963	51
Estados Unidos	1963	25
Itália	1964	25
Israel	1963	23
Argentina	1960	6
URSS	1963	6
Venezuela	1961	5
Brasil	1960	2

CURSO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Teve início na 2ª quinzena de setembro último, o I Curso de Aperfeiçoamento de Defensivos Agrícolas promovido pelo Instituto Biológico com a participação de peritos internacionais do Projeto de Expansão dos Trabalhos sobre Pesticidas da FAO.

Técnicos especialistas de nível universitário, de diversos pontos do país, participam do curso, contando-se entre eles três professores assistentes de Faculdade de Agronomia. As aulas estão sendo ministradas nos laboratórios e campos experimentais do Instituto Biológico, estendendo-se até novembro.

O curso programado é de grande importância para nosso meio tecnológico no setor defensivos agrícolas, implicando não somente no combate eficaz a pragas e doenças de plantas e animais, como também, no seu uso correto para evitar danos à saúde do homem.

FRUTICULTURA EM CLIMA TEMPERADO

Os municípios de São Joaquim e Bom Jardim da Serra, SC, lançaram em caráter oficial, o projeto de fruticultura de clima temperado. A cerimônia contou do plantio de mudas de maçãs pelas autoridades presentes, na Estação Experimental de Fruticultura, daquela primeira cidade catarinense. O projeto vem sendo, assim, desenvolvido nas regiões do Vale do Rio do Peixe e Planalto Central.

ÁGUA PARA O GADO

Damos, abaixo, para governo dos criadores e interessados nas coisas do campo, a quantidade de água que deverá ser fornecido ao gado por cabeça e por dia:

Vacas leiteiras	— de 50 a 90 litros;
Porcos	— de 15 a 25 litros;
Equinos	— de 25 a 50 litros;
Equinos	— de 25 a 50 litros;

I FEIRA NACIONAL NELORE

Foi realizado em São Paulo no Parque de Água Branca, a I Feira Nacional de Nelore.

O objetivo foi de mostrar as altas qualidades do gado Nelore, como o animal que mais se adapta aos meios ambientes do Brasil e capaz de produzir mais carne em menos tempo.

CASTANHA

O Departamento de Economia Rural pretende estabelecer padrões-piloto para a castanha, a fim de melhorar o produto de exportação, a exemplo do que ocorreu com o algodão que teve um estudo para selecionar padrões perfeitos para proliferação nos plantios.

DIA DA APICULTURA

Visando a atingir, no mínimo uma produção de 40 mil toneladas de mel por ano, em São Paulo, foi instituído por sugestão do Secretário da Agricultura, o Dia da Apicultura, a ser comemorado no terceiro domingo do mês de outubro.

COTONICULTURA

O Banco do Desenvolvimento de Minas lançou em Montes Claros, um programa de ajuda à cotonicultura no Estado. 85 milhões de cruzeiros serão aplicados na recuperação das lavouras, com a introdução de novas técnicas de preparo do terreno, plantio e colheita.

A cotonicultura mineira passa por séria crise, principalmente no Norte do Estado.

FESTA DA BANANA

Nos dias 30 de outubro e 1º de novembro será realizada, em Casimiro de Abreu a IV Festa da Banana, juntamente com o II Exposição Agropecuária do município.

FESTA DA ARVORE

Com o plantio de árvore no Jardim Botânico, que contou com a presença do Ministro da Agricultura, do Secretário de Ciência e Tecnologia da Guanabara e do Presidente do IBDF foi comemorado o Dia da Árvore.

Em associação ao programa, as escolas da Guanabara desenvolveram diferentes atividades internas que compreenderam desde o plantio de mudas, exposições de flores e plantas ornamentais; exibição de filmes, concursos

de redação etc., com o apoio da Secretaria de Educação.

PROTEÇÃO À FAUNA E A FLORA

Será criado no Estado do Rio de Janeiro o primeiro Parque Estadual, visando à proteção da fauna e flora, que se implantará na região de Desengano, comum aos municípios de Santa Maria Madalena, São Fidélis e Campos.

Está sendo ultimado a redação final de decreto que desapropriará na Região uma área de 25 mil alqueires para a implantação do Parque, o primeiro de uma série de quatro.

O Parque Estadual de Desengano terá também, características culturais, pois objetiva, além da proteção da flora e fauna, numa região de mata virgem, facilitar o estudo da Botânica.

PRAGA NA LAVOURA

ALGODOEIRA

Uma praga está dizimando as plantações de algodão em Frei Paulo, Pinhão, Carriri e Goira, principal zona algodoeira do Estado de Sergipe.

A praga é conhecida apenas como "a lagarta do algodão".

A agricultura algodoeira está sofrendo grandes prejuízos com a praga, as bases econômicas daqueles 4 municípios poderá atenuar em cheio a indústria têxtil, que utiliza o algodão como principal matéria-prima.

SEMENTES DE TRIGO

Alcançou 123 348 sacas a produção de sementes de trigo, na safra deste ano, em Santa Catarina, acusando um aumento da ordem de 115,6%.

AFTOSA

Enquanto o Instituto Biológico da Bahia promove pesquisas para identificar o vírus da aftosa que vem atacando suínos na periferia desta capital, o diretor do órgão, afirma que não existe o perigo de a doença contaminar os bovinos, especialmente vacas, devido à vacinação que, por lei é obrigatória de 4 em 4 meses.

Frizou o diretor que dificilmente a aftosa se transmite ao homem, já estando

os criadores de Salvador adotando as providências cabíveis para evitar que a doença se propague entre os demais suínos.

QUARENTENÁRIO PARA A PARAÍBA

A Sociedade Rural de Paraíba está reivindicando ao Ministério da Agricultura a instalação de uma estação de quarentena para bovinos que possibilite as exportações de gado do Nordeste para os países da América Latina.

O objetivo da Sociedade é dinamizar o comércio exportador de reprodutores zebuínos para atender aos pedidos formulados pelas Guianas, que pretende comprar zebu no Nordeste brasileiro.

PRORROGAÇÃO DO ICM PARA CARNE NO RIO GRANDE DO SUL

O Governo gaúcho decidiu prorrogar até 31 de dezembro a isenção do ICM que incide nas transações com carne verde e determinou que a base do cálculo do imposto nas exportações de capões em pé — para mercados estrangeiros — se faça sobre 2/3 do valor da operação. A decisão, expressa em decretos-leis, foi lançada simultaneamente com a isenção nas saídas para o exterior de reprodutores bovinos, suínos, ovinos e eqüinos.

II ENCONTRO DO BOI

Foram realizados nos dias 16 e 17 pp. em Montes Claros, o II Encontro do Boi, com a participação da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu — ABCZ.

Na reunião dos criadores foram discutidos os seguintes temas: produção e produtividade, englobando o melhoramento zootécnico; inseminação artificial; nutrição, manejo e precocidade do boi industrial.

Foram também debatidos, o confinamento, sanidade, cooperativismo, assistência técnica integrada, incentivos e estímulos fiscais, créditos e financiamentos; comercialização do sistema de pesagem do boi gordo, tipificação dos bois gordos, mercados e preços, tipificação de carcaças e cortes; industrialização — crédito e financia-

mento; exportação — porto de Vitória; tributação — pautas fiscais etc.

Cêrca de 2.100 animais foram apresentados na X Exposição de Animais e Produtos Derivados, de São José do Rio Preto.

A mostra incluiu 1.600 exemplares bovinos, de 21 raças, representando sete Estados brasileiros, constituindo-se na maior promoção dessa natureza, já realizadas ali.

REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária será acelerada em áreas operacionais selecionadas, sendo que as 3 primeiras são o Vale do Jaguaribe, no Ceará, a zona da Mata de Pernambuco e o Nordeste de Minas Gerais. Os recursos previstos para o período atingem Cr\$ 409,1 milhões.

FAUNA AMEAÇADA E EXTINÇÃO NO PLANALTO

Com a expansão da Capital da República, toda a sua fauna está ameaçada de extinção.

A medida adotada pelo IBDF foi proibir a caça em toda a área do Distrito Federal.

Os animais selvagens concentram-se atualmente no Parque Nacional de Brasília, onde o IBDF mantém rigorosa fiscalização, visando proteger a flora e a fauna da região.

EXPORTAÇÃO DE MILHO

O Brasil exportará êsse ano, cêrca de 1,3 milhão de toneladas de milho — recorde em toda a história da comercialização externa do produto. A produção é estimada em 12,5 milhões de toneladas.

FUMO EM FÔLHA

A exportação de fumo em fôlha, no valor de US\$ 30 milhões, que o Brasil exportará deverá alcançar cêrca de 50 mil toneladas.

Nos últimos anos, as exportações dessa matéria-prima têm se destacado na pauta dos produtos embarcados para o exterior o exterior, sendo que as perspectivas para o Brasil são das melhores possíveis.

SOJA AUMENTA COM IRRIGAÇÃO

O Ministro do Interior, informou que o município de Camaquã, no RS, utilizando em dois anos o sistema de cultivo irrigado de soja, obteve 3.800 sacas de produto por quadra, numa área de 2.500 hectares, enquanto a produção média no Estado no período tradicional é de 1.200 sacas por quadra.

A experiência foi orientada pelo Instituto Riograndense de arroz e pelo Departamento de Obras e Saneamento.

VENDIDA TÔDA A COTA DE AÇÚCAR DO BRASIL

O IAA informa que o Brasil já concluiu a venda de toda sua cota para o mercado livre mundial de açúcar para o ano de 1971, de 450 mil toneladas, devendo o embarque ter início em janeiro vindouro.

Caberá ao Brasil no próximo ano, com relação ao mercado livre mundial — do qual estão excluídos os Estados Unidos — apenas vender alguma cota de redistribuição de cotas.

Receberá o Brasil um pequeno prêmio por tonelada, pela rapidez com que efetuou as vendas relacionadas a 1971.

SEMINÁRIO DE IRRIGAÇÃO

Será realizado em Porto Alegre de 3 a 9 de novembro o II Seminário de Irrigação.

Tendo em vista a importância do conclave, que deverá contar com a participação de técnicos estrangeiros da FAO e de outros órgãos da ONU, além de altas autoridades federais o superintendente da SUDESUL, encarece o máximo de colaboração ao conclave, do qual se esperam resultados altamente benéficos à agropecuária e à economia nacional.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O ministro da Agricultura previu o aumento de 26 a 35% na produção agrícola global, no período de 1969 a 1973, durante a aula inaugural do Curso de Direito

Agrário e Política da Fundação Getúlio Vargas.

Disse o ministro que a ação governamental planejada no setor agropecuário tem como objetivo maior, situar a agricultura em sua devida condição de instrumento de suporte indispensável ao desenvolvimento do País.

SEMENTES

O Plano Nacional de Sementes utilizará até 1975 Cr\$ 180 milhões, que deverão corresponder a um incremento da produção, no ano-meta de 1970, avaliado em Cr\$ 800,7 milhões. O desenvolvimento da pecuária prevê a duplicação da produção de carnes por hectares, no período de dez anos, com aplicação de Cr\$ 315 milhões na Região Centro-Sul e Cr\$ 225 milhões na região Leste.

CLUBES 4-S

O Ministro da Agricultura presidiu o lançamento da campanha que incorpora os Clubes 4-S ao Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAF — e no seu discurso elogiou a atuação que os Clubes estão realizando no interior do País, congregando filhos de pequenos e médios lavradores.

Os Clubes 4-S — *Saber para Melhor Sentir e Saúde para Melhor Servir* — existem no Brasil há 15 anos e foram criados nos mesmos moldes dos que existem em outros países.

CULTURA DO LIMÃO

A cultura do limão, por um processo inédito no país, vai ser tentada em Planaltina, Goiás e consta do seguinte: a criação de um condomínio rural para o plantio e exploração econômica do limão-doce e do limão-galego.

Um especialista de renome que se encontra no Brasil desde há algum tempo, já conseguiu introduzir melhoramentos genéticos em um tipo de limão-galego, obtendo a qualidade que já foi denominada de BRASÍLIA V, cujas matrizes foram exportadas para os Estados Unidos.

O tipo de limão obtido é de dimensão média, casca fina e cor verde claro e de sumo mais abundante.

FERTILIZANTES PARA A LAVOURA CAFEIEIRA

O Presidente do IBC informou que entrou em execução o Programa de Incentivo ao uso de fertilizantes corretivos e defensivos na lavoura cafeeira.

O programa lançado pelo IBC foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, devendo ser aplicados recursos da ordem de Cr\$ 240 milhões no financiamento.

VI EXPOSIÇÃO DE CAVALOS

Será inaugurada a 22 de novembro pp. em Campos, a Semana do Cavalo e a VI Exposição Nacional de Equídeos.

A Exposição funcionará no parque da Fundação Rural de Campos, e terá a participação de outros países como Austria França e Espanha.

V EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA EM BRASÍLIA

Será realizado a 29 de outubro a solenidade de abertura da V Exposição Agrícola de Brasília.

A Exposição permanecerá aberta à visitação pública até o dia 31 de outubro, que está sendo promovida pela Secretaria de Agricultura e Produção que congregará cerca de 500 lavradores, apresentando os principais produtos hortigranjeiros da região.

Todos os agricultores e criadores que participarem da V Exposição Agrícola receberão diplomas.

INCRA VAI REVISAR IMPÓSTO

O Presidente do INCRA anunciou que será revisado o cadastro de terras as propriedades rurais, corrigindo-se possíveis distorções no lançamento do imposto rural.

Em recente conferência na Universidade Rural do Nordeste, em Campina Grande o presidente do INCRA reve-

lou existir mais de 4 milhões de propriedades das quais 75% são minifúndios, ocupando uma área sw 24,8% das terras exploráveis.

As empresas rurais representam apenas 1,4% dos imóveis cadastrados e 7,3% das terras exploráveis.

CURSO DE COOPERATIVISMO EM PELOTAS

O Ministério da Agricultura, através da Delegacia Regional do INCRA, promoverá em Pelotas o VI Curso para Dirigentes de Cooperativas. Quarenta e duas cooperativas estarão participando desse curso de produção, 6 de consumo e 2 de eletrificação rural.

Os municípios beneficiados são: Pelotas, Arroio Grande Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Camaquã, Tapes, Barra do Ribeiro, Guaíba, Santo Antonio e Osório.

Outros assuntos serão também abordados como: organização, administração, legislação, gerência, tributação (ICM), contabilidade, crédito, comercialização, mercado etc.

I ENCONTRO DO CAFÉ

O I Encontro do Café será realizado em Minas, na 2ª quinzena de novembro, em local ainda a ser designado.

Atualmente a zona da Mata é a que mais sofre com a erradicação de cafézais, e não foi beneficiada com financiamento para a plantação de novas lavouras dentro do Plano Nacional de Cafeicultura, devido à ferrugem.

FERRUGEM

Localizaram novo foco de ferrugem em cafézais em Nepomuceno, no sul de Minas Gerais. Também se localizaram outros mais a leste, um em Ouro Preto e Caratinga.

O IBC expediu resolução 504 limitando o consumo do café a leste da faixa de segurança à indústria do solúvel.

Há ferrugem em 300 municípios de Minas Gerais, em 49 do Estado do Rio de Janeiro e em todos os da Bahia e Espírito Santo.

SAFRA DO TRIGO

As primeiras movimentações da safra de trigo nacional deste ano foram iniciadas segundo informações do Ministério da Agricultura. Essas operações fazem parte do esquema que objetiva aperfeiçoar os sistemas de movimentação e armazenamento do produto.

Inicialmente foram embarcadas, por via férrea, nas áreas produtoras do Rio Grande do Sul e Paraná, 636 toneladas de trigo destinadas aos centros consumidores de São Paulo e Santa Catarina. Dêsse total, 541 toneladas procedentes das zonas produtoras paranaenses de Toledo e Candido Rondon, destinam-se a São Paulo. As restantes 95 toneladas produzidas em Santiago, RS, foram embarcadas para os moinhos de Herval d'Oeste, em Santa Catarina.

VERBA PARA A PECUÁRIA

A diretoria do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, reunida aprovou 14 projetos para o setor agrícola, sendo sete para a pecuária de corte, cinco para o reflorestamento, para a fruticultura e um para a cultura de algodão. O valor total dos financiamentos aprovados atinge a quase .. Cr\$ 1 milhão, dos quais .. Cr\$68 2.500,00 se destinam à pecuária de corte.

ELEVADA A SAFRA DE FEIJÃO

A segunda estimativa nacional de safra, efetuada pelo Ministério da Agricultura, revelou que a produção de feijão da Bahia experimentou uma elevação da ordem de 20% em relação a safra anterior, devendo este ano, ser produzidas 202.200 toneladas.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de julho e agosto de 1970.

ABASTECIMENTO — Boletins de Estoques — Obrigatoriedade.

A SUNAB alterou os artigos 1.º, 2.º e 3.º da Portaria n.º 21, de 1969 (BLA/69, p. 233), que passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Em todo o território nacional os atacadistas, cooperativas, representantes, consignatários, indústrias, depósitos, trapiches, silos, abatedouros, granjas, armazéns gerais e as organizações varejistas que importam diretamente seus produtos (varejões) ficam obrigados a fornecer, quando solicitados pelos Delegados Regionais da SUNAB, os boletins de estoque na forma dos modelos anexos, respeitadas as unidades de medidas, consignadas nos mesmos, e a indicação dos locais de armazenamento.

Art. 2.º — Os boletins de que trata o art. 1.º, inclusive a apresentação de declaração negativa, serão solicitados mediante ofício, que mencionará o prazo para entrega dos mesmos, nas respectivas Delegacias Regionais, e a duração da obrigatoriedade.

Art. 3.º — Fica a critério dos Delegados da SUNAB solicitar a apresentação de boletins de estoque de quaisquer produtos julgados necessários ao conhecimento das Delegacias.

Ficam os Delegados da SUNAB obrigados a pedir autorização à Superintendência quando desejarem efetuar as solicitações (MA-SUNAB — Portaria 39, de 5-8-70 — DO-II de 12-8-70 p. 2.125).

AÇÚCAR — Balança para Registro e Pesagem de Caldo — Obrigatoriedade

O IAA adiou até o início da safra de 1971/72 a exigência de instalação do modelo especial de balança automática e registradora para pesagem de caldo. Dentro de 30 dias contados do início da moagem na safra de 1971/72, cada usina de açúcar do País deverá comunicar ao IAA a instalação daquele equipamento, para verificação pelo Serviço Técnico Industrial, da Divisão de Assistência à Produção.

Na hipótese de a instalação da balança ainda não ter sido feita, devido a atraso na entrega do equipamento já encomendado, deverá a usina comprovar, perante o IAA, o motivo de força maior, apresentando documento hábil, firmado pelo fabricante, no qual fique justificada a demora ocorrida e evidenciando que o equipamento foi encomendado e se encontra em fase de produção para entrega dentro do prazo que será fixado no mesmo documento (MIC-IAA — Ato 21, de 24-7-70 — DO-II de 7-8-70, p. 2.102).

AÇÚCAR — Comercialização — Minas Gerais e Paraná

O IAA estabeleceu para os Estados de Minas Gerais e Paraná, na safra de 1970/71, as cotas básicas de comercialização do açúcar cristal, compreendendo o período de julho de 1970 a março de 1971, exceção feita para as usinas filiadas à Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool de São Paulo.

As cooperativas centralizadoras de vendas, a que estejam filiadas usinas de Minas Gerais e Paraná e as usinas não cooperadas dos mesmos Estados, poderão usar nos meses posteriores o saldo das cotas básicas de comercialização não utilizados em cada mês, inclusive os eventuais remanescentes de junho de 1970 (MIC-IAA — Ato 19, de 30-6-70 — DO-II de 14-7-70, p. 1.809).

AÇÚCAR — Cotas de Comercialização — Pernambuco e Alagoas.

O IAA reajustou as cota individual de comercialização mensal, para o período de junho a agosto de 1970, na safra de 1969/70, atribuídas à Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool de Pernambuco, à Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar de Alagoas e às usinas não cooperadas de Pernambuco e Alagoas. Ficam compensadas as antecipações de saídas verificadas até 31-5-70, em face de as novas cotas de comercialização, relativas ao último período da safra de 1969/70, terem sido calculadas proporcionalmente às produções efetivamente realizadas pelas usinas de Pernambuco e Alagoas e aos estoques individuais, apurados naquela data pela Divisão de Arrecadação e Fiscalização.

As cooperativas centralizadoras de vendas referidas, ficam obrigadas a comunicar ao IAA até o dia 15 de julho, de agosto e de setembro de 1970, através das Inspetorias Fiscais Regionais a que estiverem jurisdicionadas, o volume das saídas de açúcar cristal realizadas dentro da cota de comercialização do mês anterior.

Aplicam-se às cooperativas centralizadoras de vendas dos Estados de Pernambuco e Alagoas as normas e exigências contidas no art. 23 e seu parágrafo único da Resolução n.º 2.025, de 1969 — BLA/69, p. 311 (MIC-IAA — Ato 17, de 26-6-70 DO-II de 27-7-70, p. 1.933).

AÇÚCAR — Fornecimento de Cana — São Paulo — Pagamento

O IAA determinou que os fornecedores de cana participarão da retenção dos estoques de açúcar cristal, conseqüentes da fixação das cotas mensais de comercialização, e receberão, sob a forma de adiantamento, parcela do preço de cana proporcional aos fornecimentos feitos às usinas do Estado de São Paulo, durante a safra de 1970 e 1971, e ao financiamento deferido a essas usinas. O preço-base de Cr\$ 20,47 por tonelada de cana fornecida às usinas de São Paulo, da safra de 1970/71, será pago em duas parcelas, a primeira de Cr\$ 15,25 e a segunda de Cr\$ 5,22, respectivamente, nos períodos de 1-6 a 31-12-70 e de 1-1 a 30-6-71.

Até 15-2-71, o IAA baixará resolução fixando as normas para o pagamento da diferença entre o preço-base e o preço final da cana (MIC-IAA — Resolução n.º 2.041, de 25-6-70 DO-II de 14-7-70, p. 1.807).

AÇÚCAR — Plano de Defesa — Safra de 1970/71 — Estimativas — Revisão

O IAA atribuiu à Divisão de Assistência à Produção a tarefa de rever as estimativas de produção nos prazos estabelecidos no art. 12 da Resolução n.º 2.038, de 1970 (BLA/70, p. 470). Os levantamentos serão efetuados mediante preenchimento de formulário próprio pelos engenheiros agrônomos daquele órgão, considerando-se para tanto, as disponibilidades de canas próprias das usinas e as de fornecedores (MIC-IAA Ato 20, de 14-7-70 — DO-II de 5-8-70, p. 2.070).

AÇÚCAR USINAS DE, — Contribuição de Custeio do IAA — Não Computação — IPI

A "contribuição de custeio", devida ao IAA e cobrada pelas usinas nas vendas de açúcar e álcool, não

Legislação Agrícola

é computada no valor tributável do IPI, porque tem destinação própria e não compõe o preço do produto. Nesse sentido a Coordenação do Sistema de Tributação aprovou parecer (MF-CST — Parecer Normativo 105, de 7-7-70 — DO de 24-7-70, p. 5.524).

AÇÚCAR CRISTAL — Cotas de Comercialização — Rio de Janeiro e São Paulo — julho de 1970 a junho de 1971

O IAA fixou as cotas básicas de comercialização mensal do açúcar cristal para as usinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, abrangendo o período de julho de 1970 a junho de 1971. De acordo com a posição estatística e o comportamento do mercado, as cotas serão revistas pelo IAA em dezembro.

Continua em vigor, na safra de 1970/71, o regime de cotas compulsórias de suprimento de açúcar cristal do tipo standard, com polarização de 99,3.º, às refinarias autônomas na Guanabara, São Paulo e Paraná.

As cooperativas centralizadoras de vendas e as usinas não cooperadas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo ficam obrigadas a programar a sua produção, no sentido de terem disponíveis os contingentes de açúcar cristal do tipo standard, com polarização de 99,3.º, para cumprimento das cotas compulsórias de suprimento, que lhes são atribuídas na conformidade dos quadros aprovados.

A Divisão de Arrecadação e Fiscalização procederá mensalmente, a partir de 1-8-70, em cada refinaria, ao levantamento do volume de açúcar cristal do tipo standard, correspondente às cotas compulsórias recebidas no mês anterior, e da respectiva produção de açúcar refinado, para os efeitos do disposto nos art. 34 e 36 da Resolução n.º 2.038 de 1970 (ELA/70, p. 470).

Os estoques de açúcar cristal, remanescentes da safra de 1969/70, existentes em 1-7-70, em São Paulo, poderão ser comercializados nesse mês ou nos seguintes, a título de acréscimo às respectivas cotas básicas de comercialização, estabelecidas nos quadros aprovados (MIC-IAA — Ato 18, de 30-6-70 — DO-II de 27-7-70, p. 1.934).

AÇÚCAR DEMERARA — Exportação — Recife e Maceió — Acondicionamento

O IAA fixou as especificações do acondicionamento em sacaria de algodão, pelos produtores de Pernambuco e Alagoas, do açúcar demerara destinado à exportação a granel pelos portos de Recife e Maceió (MIC-IAA, — Ato 16, de 26-6-70 — DO-II de 14-7-70, p. 1.809).

AÇÚCAR REFINADO — Preços — Região Centro-Sul

O IAA fixou os preços de venda do açúcar refinado morfo extra, de tipos finos de produção direta das refinarias anexas às usinas situadas na Região-Sul.

Esses preços são considerados máximos não podendo sofrer qualquer alteração sem prévia autorização do Conselho Interministerial de Preços (MIC-IAA — Ato 15, de 3-6-70 — DO-II de 26-6-70 p. 1.612).

ÁLCOOL — Plano de Defesa — Safra 1979/71

O IAA aprovou o plano de defesa da produção de álcool da safra de 1970/71, estimada em 670 milhões de litros, sendo 332 milhões de álcool anidro e 338 milhões hidratado.

Os preços de venda de álcool de qualquer tipo e graduação, destinados ao consumo industrial, serão estabelecidos pelo Conselho Interministerial de Preços e constarão de ato a ser baixado pelo IAA.

O IAA assegurará ao produtor os seguintes preços finais, por litro de álcool anidro entregue para fins carburantes, dentro da estimativa de mistura para o ano-safra, indicada ao Conselho Nacional de Petróleo.

Esses preços vigorarão a partir de 1-5-70, data da entrada em vigência dos novos preços derivados de petróleo. Estabelecidas, também, normas sobre a distribuição de álcool industrial, industrialização do mel residual, exportações de mel residual e de álcool (MIC-IAA — Resolução 2.043, de 14-7-70 — DO-II de 5-8-70, p. 2.070).

ESTADOS	PREÇO INICIAL	PREÇO COMPLEMENTAR	PREÇO FINAL
São Paulo	0,30.70	0,40.30	0,35.00
Rio de Janeiro	0,29.90	0,40.30	0,34.20
Espirito Santo	0,29.90	0,40.30	0,33.30
Minas Gerais	0,29.00	0,40.30	0,33.30
Região Norte-Nordeste	0,30.70	0,40.30	0,35.00

ARROZ — Comissão Estadual de Sementes de — Criação — Rio Grande do Sul — Agricultura

O Ministério da Agricultura criou a Comissão Estadual de Sementes de Arroz no Rio Grande do Sul, a qual caberá organizar, orientar, coordenar e fiscalizar a produção de sementes de arroz, obedecendo a um sistema adaptado às condições do Estado. A execução dos trabalhos e a comercialização da semente serão realizadas pelos produtores através de suas associações de classe ou diretamente. Quando isso se tornar impossível, em caráter excepcional outros órgãos ou entida-

des poderão atuar supletivamente (MA-GB — Portaria 319, de 10-8-70 — DO de 17-8-70, p. 7.221).

BORRACHA QUÍMICA — Conjunto Petro-Químico Presidente Vargas

O Conselho Nacional da Borracha fixou os seguintes preços de venda, para o mercado interno, a partir de 4-7-70, da borracha química (sintética) de butadieno-estireno, fabricada pelo Conjunto Petroquímico Presidente Vargas: preços de fábrica, incluída a TORMB e excluído o ICM:

	SBR—1500	SBR—1700	SBR—1772	EPE—55
Preço TORMB	(CR\$/kg)	(CR\$/kg)	(CR\$/kg)	(CR\$/kg)
	2,36.46.0	1,96.41.5	2,02.53.3	3,08.73.1
	0,04.72.9	0,03.92.8	0,04.05.0	0,06.17.4
	2,41.18.9	2,02.34.3	2,06.58.3	3,14.90.5

A Petrobrás Química S. A. poderá estabelecer, com deságio, preços de venda de borracha fora das especificações acima sobre os quais incidirão a TORMB e o ICM.

Nessa hipótese, os preços correspondem ao produto no armazém do vendedor, não incluindo eventuais despesas de comercialização, que serão ajustadas entre o vendedor e o comprador (MIC-CNB — Resolução 6, de 23-7-70 — DO de 4-8-70, p. 6.826).

BORRACHA VEGETAL — Reajuste de Preço

O CNB reajustou em 20% o preço básico das borrachas vegetais nacionais silvestres, com vigência a partir de 15-7-70 (MIC-CNB — Resolução 4, de 3-7-70 — DO de 16-7-70, p. 5.298).

CAÇA AMADORISTA — Licença Anual — Concessão Pelas Delegacias Regionais do IBDF

O IBDF autorizou aos seus Delegados a receber, registrar e encaminhar para outras Delegacias da Autarquia os pedidos de concessão de licença anual para caçadores amadoristas, que serão, exclusivamente, remetidos em duas vias, através dos Clubes de Caça ou Tiro ao Voo legalmente registrados, a que pertençam os interessados (MI IBDF Portaria n.º 1.535, de 8-6-70 — DO-II de 19-6-70, p. 1.478).

CAFÉ — Consumo Interno — Preços

O IBC estabeleceu que as indústrias de torrefação e moagem poderão adquirir o café para consumo interno aos seguintes preços — por saca de 60,5 kg brutos (produto ensacado e posto no armazém do entreposto):

Grupo São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro — CRS 50,00;

Grupo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — CRS 50,50;

Grupo Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal — CRS 50,50;

Grupo Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará — CRS 50,70;

Grupo Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Acre e Território de Rondônia e Amapá — CRS 51,00.

No atacado e no varejo os preços máximos do café industrializado, torrado e moído serão de Cr\$ 2,10 e Cr- 2,30, respectivamente. Em todos os Estados, o IBC admitirá o pagamento dos cafés até 30 dias no período de 16-7-70 a 31-10-70, mediante apresentação de garantia bancária.

As vendas para consumo interno, referentes a novembro de 1970 e meses subsequentes, serão feitas mediante pronto pagamento (MIC-IBC — Comunicado 27, de 16-7-70 — DO-II de 24-7-70, p. 1.923).

CAFÉ — Preços de Garantia — Compra pelo IBC

O IBC fixou os preços de garantia para compra, a partir de 1-7-70, dos cafés das cotas despulpado E, comum da safra 1970/71, por saca de 60,5 quilos brutos, acondicionados em sacaria nova e entregues nos armazéns do interior, indicados pelo IBC com impostos pagos (MIC-IBC — Resolução 499, de 12-6-70 — DO-II de 24-6-70, p. 1.547).

CAFÉ — Exportação — Preços Mínimos de Registro no IBC

O IBC estabeleceu os preços mínimos de registro, a partir de 12 de junho, inclusive, de "declarações de vendas" relativas à exportação de café da safra 1970/71 e anteriores, verde em grão ou o correspondente em café torrado, com as respectivas datas de embarque. As cambiais representativas da exportação dos cafés acima, cujas operações forem devidamente registradas no IBC a partir de 12-6-70, inclusive e os embarques respectivos dessa data em diante serão adquiridos pelo Banco

do Brasil S. A. e demais Bancos autorizados, por preços fixados em cruzeiros, por saca de 60,5 quilos brutos de café verde em grão ou o equivalente em café torrado (MIC-IBC — Resolução 500, de 11-6-70 — DO-II de 24-6-70, p. 1.548).

CAFÉ — Exportação — Garantia de Preços — Prorrogação

Decidiu o IBC prorrogar até 30-9-70, o sistema de garantia de preços, concedida aos importadores, no exterior, sobre suas compras diretas de café, no Brasil, de que trata a Resolução 496, de 1970 (BLA/70, p. 446), e demais resoluções que disciplinam esse sistema.

A prorrogação abrangerá as operações já registradas ou que venham a ser registradas no IBC e cujos cafés forem embarcados até 30-9-70 (MIC-IBC — Resolução 501, de 12-6-70 — DO-II de 24-6-70, p. 1.548).

CAFÉ — Preço de Compra — Safra 1970/71

O IBC decidiu que serão aplicadas aos cafés da safra de 1970/71 as mesmas disposições referentes ao faturamento dos cafés da safra 1969/70, conforme determina a Resolução 467, de 1969 (BLA/69, p. 447). Os cafés despachados com a cláusula para venda ao IBC deverão ser encaminhados, exclusivamente, para os armazéns que forem indicados e sempre no sentido do interior para o porto (MIC-IBC — Resolução 502, de 2-7-70 — DO-II de 14-7-70, p. 1.811).

CARNE BOVINA — Classificação e Comercialização — Abastecimento — Espírito Santo

O Delegado da Superintendência Nacional do Abastecimento no Espírito Santo classificou a carne bovina para a venda ao consumidor e fixou as margens máximas de comercialização para o produto, sem osso e com osso, incidentes sobre os preços dos traseiros e dianteiros constantes da nota fiscal de transferência. Quando os açougues receberem carne de procedência diversa, as margens de comercialização incidirão sobre os preços da nota fiscal ou de transferência que apresentar menor valor.

Estabelecida, também, a classificação para venda da carne pelos atacadistas aos varejistas, devendo aqueles fazer constar das notas fiscais ou de transferência o preço e o peso do produto segundo a classificação aprovada (MA SUNAB-ES — Portaria 21, de 25-6-70 — DO-II de 8-7-70, p. 1.757).

CARNE BOVINA — Comercialização — Abastecimento — Fiscalização

A SUNAB estabeleceu em todo o País para os frigoríficos, matadouros, marchantes, entrepostos, cooperativas, distribuidoras, açougues e demais firmas atacadistas ou varejistas de carne bovina sujeitas às margens ou formas de comercialização do produto a obrigatoriedade de manterem nos respectivos estabelecimentos comerciais, à disposição da fiscalização, as notas fiscais de procedência — de venda ou transferência — correspondentes aos diversos tipos de carne bovina.

Em consequência, aos estabelecimentos mencionados não se aplicam as disposições do art. 8.º e seus parágrafos da Resolução 173, de 1964 que permitem a concessão do prazo de 5 ou 15 dias para o comerciante notificado apresentar a nota fiscal solicitada (MA-SUNAB — Portaria 27, de 16-6-70 — DO-II de 29-6-70, p. 1.619).

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL — Arrecadação — Pagamento e Lançamento Reforma Agrária

Por determinação do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a rede bancária arrecadadora dos tributos a cargo do INCRA fica autorizada a receber, sem multa, até 31-8-70, todas as guias com vencimento em 31-7-70. O contribuinte lançado a favor da CONTAG, pela mesma contribuição, em mais de uma guia, somente será cobrado, em uma delas cabendo ao órgão arrecadador cancelar o lançamento da contribuição nas demais.

O contribuinte ou a entidade sindical interessada que discordar do lançamento de contribuição sindical,

Legislação Agrícola

por não se enquadrar o devedor nos termos do Decreto-Lei 789, de 1969 (BLA/69, p. 586), apresentará recurso justificado ao Delegado Regional do Trabalho, para solução dentro de 15 dias, nos termos do art. 2.º do Decreto-lei 789 e art. 6.º da Portaria MTPS/MA 3.063, de 1970 (BLA/70, p. 71).

No julgamento dos recursos ou de retificação cadastral prevista no art. 3.º da Portaria MTPS/MA 3.063, de 1970, atender-se-á ao seguinte:

a) quando o proprietário possuir um ou mais imóveis contíguas, seu enquadramento terá por base a soma das respectivas áreas;

b) será enquadrado no plano da CNA o contribuinte que possuir mais de um imóvel rural, não contíguas.

No caso de provimento dos recursos, fica o órgão arrecadador autorizado a receber, sem multa, os tributos lançados, mediante exibição de certidão do despacho de acatamento, desde que efetuado o pagamento dentro de 30 dias da data da decisão (MA—INCR — Instrução 1, de 21-1-70 — DO-II de 31-1-70, p. 1.999).

CREDITO RURAL — Aplicações Prorrogação de Prazo

O Banco Central prorrogou até 5-9-70 o prazo, fixado em 3-8-70, para que os bancos comprovem as aplicações em operações de crédito rural, exigindo, em ambas as datas, o mapa a que se refere a Circular 129 (BLA/69, p. 662). Durante o mês de agosto as instituições financeiras poderão operar nos financiamentos de insumos modernos a agricultura — adubos fertilizantes e outros — e custeio integral sem qualquer limitação na pré-comercialização de café e comercialização de cana, até o limite de 10% de suas aplicações obrigatórias, mediante prévia comunicação a CECRI, na comercialização de gado, observadas as limitações das Cartas-Circulares 19 e 20, e em outras modalidades previstas no Manual do Crédito Rural (MCR), desde que o total das operações destinadas a comercialização não exceda de 50% das aplicações globais (MF—BCB — Circular 142, de 3-8-70 — DO-II de 7-8-70, p. 2.097).

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL — Estímulos Fiscais — Alteração

O Presidente do IBDF alterou os arts. 3.º, 6.º, 10.º e 16.º da Portaria 1.419, de 1969 (BLA/70, p. 416), que dispõe sobre incentivos fiscais ao desenvolvimento florestal — (MA—IBDF — Portaria 1.564, de 7-1-70 — DO-II de 17-7-70, p. 1.839).

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL — Fiscalização — Autos de Infração Provisório

O Presidente do IBDF resolveu instituir um novo sistema processual para a lavratura, tramitação e julgamento dos processos relativos a autos de infração (MA—IBDF — Portaria 1.551, de 19-6-70 — DO-II de 15-7-70, p. 1.814).

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL — Usinas de Preservação de Madeira Registro

O IBDF determinou o registro das usinas de preservação de madeiras, para que estas possam exercer os serviços de tratamento. O pedido deverá conter informações sobre a capacidade técnica da organização, acrescentando-se o histórico da firma, especificação do material tratado, planta detalhada das instalações, preservativo empregado, método, área total do imóvel e planta topográfica da situação, com escala e curva de nível. O registro tem validade por cinco anos e é obrigatoriamente renovado por igual período (MA—IBDF — Portaria 1.595 de 21-7-70 — DO-II de 7-8-70, p. 2.100).

FERRUGEM DO CAFEIEIRO — Erradicação — Agricultura

O Ministro da Agricultura aprovou uma série de medidas destinadas a preservar os cafeeiros da ação

da ferrugem causada por um fungo. Entre essas providências figura a interdição de todos os Municípios onde for constatada a ferrugem do cafeeiro, a determinação de uma faixa de segurança nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, para erradicar os cafeeiros atingidos pelo fungo, proibição de trânsito de mudas nessa faixa e instituição da Companhia de Erradicação da Ferrugem do Cafeeiro (MA—GB — Portaria 246, de 17-6-70 — DO de 19-6-70, p. 4.607).

LEITE — Abastecimento — Pernambuco — Preço

A SUNAB fixou, para vigorar em Pernambuco, o preço mínimo do leite in natura nas relações comerciais entre particulares e os preços máximos, para venda do produto.

Preço mínimo — litro de leite-cota entregue pelo produtor na plataforma da usina — Cr\$ 0,39.

Litro do leite-excesso — Cr\$ 0,39, aplicados os percentuais: janeiro — 60%; fevereiro — 65%; março — 70%; abril — 70%; maio — 70%; julho — agosto — setembro — outubro novembro — 65%; dezembro — 60%.

Preço mínimo para a indústria — leite — cota. 80% do preço mínimo bruto (Cr\$ 0,39). Leite-excesso: será o resultante da aplicação dos percentuais acima sobre o preço mínimo bruto de 80% de Cr\$ 0,39.

Materia gorda — índica superior a 3,1% — acréscimo de, no mínimo 0,5% de Cr\$ 0,39, por decimal de excesso de gordura, devendo constar na nota de compra ou recebimento de leite. Excluídas dessa obrigatoriedade as indústrias de iaticínios que não participam do fornecimento do leite para consumo in natura.

Preço do litro de leite tipo C — 3% de gordura:

a) engarrafado, mecânicamente, com fecho inviolável: da usina (beneficiamento) ao consumidor — Cr\$ 0,58;

b) acondicionado em sacos plásticos: da usina (beneficiamento) ao consumidor: Cr\$ 0,60.

As indústrias de leite em pó, de queijo e de manteiga ficam obrigadas a obedecer ao sistema de cota e excesso.

Proibido, a partir de 1-11-70, a comercialização do leite magro, com teor de gordura inferior a 3%. Até 31-10-70, o preço máximo desse leite será de Cr\$ 0,58 (MA—SUNAB — Portaria 33, de 15-7-70 — DO-II de 17-7-70, p. 1.837).

LEITE — Abastecimento — Preço

A SUNAB, fixou para a Cidade de Salvador o preço mínimo bruto do litro de leite para consumo in natura e direto (leite em pó), a vigorar nas relações entre particulares, e o preço máximo de venda do litro do mesmo produto ao consumidor.

O preço mínimo bruto do leite-cota, entregue pelo produtor na plataforma da usina de beneficiamento e distribuição ao varejista, é de Cr\$ 0,38.

O do leite-excesso, entregue pelo produtor na plataforma da usina de beneficiamento e distribuição, será o resultante da aplicação dos percentuais abaixo especificados sobre o preço mínimo bruto de Cr\$ 0,38.

Meses	Percentuais para o período junho/set.	Percentuais para o período set/dez.
Janeiro	60%	70%
Fevereiro ...	65%	65%
Março	70%	60%
Abril	70%	60%
Maio	70%	65%
Junho	—	70%
Julho	—	70%
Agosto	—	70%
Setembro ...	—	—
Outubro	70%	—
Novembro ...	65%	—
Dezembro ...	60%	—

O custo do transporte do leite até Salvador poderá ser deduzido do preço mínimo bruto fixado para o produtor.

Indústria — O preço mínimo bruto do leite-cota entregue pelo produtor na plataforma do conjunto industrial é fixado em 90% do preço do leite-cota para o consumo in natura (Cr\$ 0,38). O do leite-excesso será o resultante dos percentuais acima sobre 90% de Cr\$ 0,38.

Outras disposições — Sempre que o litro de leite-cota ou leite-excesso, adquirido do produtor, contiver o índice de gordura (matéria gorda) superior a 3,1%, seu preço mínimo bruto será acrescido de no mínimo 0,5% de Cr\$ 0,38 por decimal de excesso de gordura, devendo constar na nota de compra ou recebimento do leite do produtor. Estão excluídas dessa obrigatoriedade as indústrias específicas de queijo e manteiga.

Fixado o preço final do litro de leite, tipo C, pasteurizado, padronizado em 3% de gordura, engarrafado e acondicionado em sacos plásticos de Cr\$ 0,65.

Os preços fixados já incluem o ICM, taxas e serviços diversos que possam incidir sobre a comercialização do leite, ficando proibido o acréscimo de quaisquer outros. (MA-SUNAB — Portaria 35, de 24-7-70 — DO-II de 31-7-70, p. 1.997).

LEITE — Abastecimento — Tabelamento

A SUNAB fixou, para vigorar no Estado do Rio Grande do Sul, os preços mínimos do leite in natura e direto (leite em pó), para vigorar nas relações comerciais entre particulares, e as margens máximas de participação para a revenda do produto.

Preço mínimo — O preço bruto para o litro do leite-cota (média do fornecimento obtida nos meses de maio a agosto inclusive), entregue pelo produtor na plataforma da usina regional, é de Cr\$ 0,365. O do litro do leite-excesso (quantidade mensal que exceder a cota) entregue nas mesmas circunstâncias, será o resultante da aplicação dos percentuais abaixo especificados sobre o preço mínimo bruto de Cr\$ 0,365;

Meses	(%)
Janeiro	60
Fevereiro	65
Março	70
Abril	70
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agosto	—
Setembro	70
Outubro	70
Novembro	65
Dezembro	60

Preço mínimo para as indústrias — Quando entregue pelo produtor na plataforma do conjunto industrial, por litro: leite-cota — 90% de Cr\$ 0,365 (Cr\$ 0,338). Leite-excesso — determinado pela aplicação dos percentuais acima sobre 90% de Cr\$ 0,365 (0,338).

Matéria gorda — Sempre que o litro de leite-cota ou leite-excesso, adquirido do produtor, contiver índice de gordura (matéria gorda) superior a 3,1% seu preço mínimo bruto será acrescido de, no mínimo 0,5% de Cr\$ 0,365 por decimal de excesso de gordura, devendo constar na nota de compra ou recebimento de leite do produtor.

Estão excluídas da obrigatoriedade de pagar esse preço as indústrias específicas de queijo e manteiga.

..Limites e preços máximos: envoltório de vidro — As margens de participação na comercialização do leite in natura, tipo C, padronizado em 3% de gordura, em garrafa de litro, são as seguintes:

- a) 1 — A usina — Cr\$ 0,09
- 2 — Ao distribuidor — Cr\$ 0,033
- 3 — Ao varejista — Cr\$ 0,025
- 4 — Taxa de Fomento, Lei Estadual 5.961 — Cr\$ 0,005

b) Preço máximo ao consumidor, envasado em litro com tampa de alumínio: Cr\$ 0,52.

Leite padronizado em 2,5% de gordura, envasado em litro com tampa vermelha, preço máximo ao consumidor: Cr\$ 0,50.

Preço máximo: envoltório de plástico — Para o leite envasado em sacos plásticos (polietileno), mecanicamente, os preços máximos de venda ao consumidor deverão ser os seguintes:

a) leite padronizado em 3% de gordura, em sacos com letreiro de cor cinza: Cr\$ 0,34;

b) leite padronizado em 2,5% de gordura, em sacos com letreiros de cor vermelha, litro: Cr\$ 0,52; idem, meio litro: Cr\$ 0,28.

As margens de comercialização e o preço máximo de venda ao consumidor incluem todos os impostos, taxas ou serviços que possam incidir a comercialização ou industrialização do leite, sendo proibido qualquer acréscimo. Fica autorizada a comercialização do produto magro, com teor de gordura de 2,5%.

Os distribuidores que objetivarem comercializar tipos de leite e embalagens não previstas deverão submeter à SUNAB um estudo contendo o custo da produção e o preço de venda pretendido (MA-SUNAB — Portaria 28, de 24-6-70 — DO-II de 1-7-70, p. 1.645).

LEITE — Abastecimento Tabelamento — Fortaleza

A SUNAB fixou em Cr\$ 0,52 o preço mínimo bruto do litro do leite, entregue pelo produtor na plataforma da usina de beneficiamento que destinar a venda do produto à cidade de Fortaleza.

O produtor que destinar seu produto à usina de beneficiamento localizada fora de Fortaleza terá seu preço deduzido do valor correspondente ao transporte Usina-Fortaleza.

O preço mínimo bruto do litro de leite não destinado ao consumidor final em Fortaleza será de..... Cr\$ 0,42.

Caso o leite contenha índice superior a 3,1% será acrescido de, no mínimo, 0,5% de Cr\$ 0,52 por decimal de gordura, devendo esse acréscimo constar da nota de compra ou recebimento do produtor.

Fixadas também as seguintes margens de participação na comercialização do litro de leite in natura, tipo C, padronizado em 3% de gordura, em todo o Ceará:

- a) de usina ao varejista — Cr\$ 0,15;
- b) do varejista ao consumidor — Cr\$ 0,03.

Os preços fixados já incluem o ICM, taxas e serviços que possam incidir sobre a comercialização do leite, ficando proibido o acréscimo de qualquer outros (MA-SUNAB — Portaria 36, de 24-7-70 — DO-II de 31-7-70, p. 1.998).

MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS — Isenção — IPI

Arame farpado, máquinas e implementos agrícolas e tratores, quando fabricados no Brasil, ficam isentos do IPI até 31-12-74. A isenção também se aplica aos produtos de origem nacional destinados à instalação, ampliação ou reequipamento de empreendimentos industriais julgados de interesse nacional, quando o fornecimento resulte de coleta de preços entre produtores nacionais e estrangeiros, e feito contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis provenientes de financiamentos a longo prazo de instituições financeiras ou entidades governamentais estrangeiras.

A isenção dependerá de prévia declaração em cada caso, do Ministro da Fazenda e somente será reconhecida depois da aprovação pelos órgãos federais competentes do projeto em cuja implantação serão empregados os produtos.

Os fabricantes destes e daqueles equipamentos poderão ainda creditar-se do IPI relativo às matérias-

Legislação Agrícola

primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, utilizados na industrialização dos seus produtos.

A partir de 1-9-70 as alíquotas referentes aos produtos classificados nas posições 84-24 e 87-01 da tabela anexa ao regulamento do IPI, passarão a ser as seguintes:

84-24 — Máquinas, aparelhos e instrumentos agrícolas e hortícola para preparação e trabalho do solo e para o cultivo, inclusive rolos para preparar terrenos ou campos de esporte;

1 — Máquinas, aparelhos e instrumentos, inclusive rolos, desta posição — 5%;

2 — Partes e peças separadas, segundo a nota XIX-2 — 5%.

87-01 — Tratores, inclusive tratores guinchos — 5% (Decreto-lei 1.117, de 10-8-70 — DO 10-8-70, p. 6.953).

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS — Isenção — IPI — Relação

O Ministro da Fazenda relacionou os produtos classificados como máquinas e implementos agrícolas para efeito da isenção do IPI concedida a esses equipamentos, de produção nacional, na forma do Decreto-lei 1.117, de 1970, acima citado. A relação é feita por indicação nominal ou por referência à tabela anexa ao regulamento do IPI.

São os seguintes esses equipamentos:

- 1 — Silos completos para forragens e cereais;
- 2 — Secadores para café e cereais, classificados na Posição 84-17 da tabela anexa ao RIPI;
- 3 — Pulverizadores, nebulizadores e polvilhadeiras, de uso agrícola;
- 4 — Aparelhos e dispositivos mecânicos classificados na posição 84-21 da tabela anexa da RIPI, destinados a regular a dispersão ou orientação de jato de água inclusive simples móveis postos em movimento pela pressão de água, usados na irrigação da lavoura;
- 5 — Carregadores para serem acopladas a trator agrícola;
- 6 — Enxadas rotativas e plainas niveladoras de levantamento hidráulico de três pontos;
- 7 — Ordenhadeiras;
- 8 — Moto-serras portáteis de corrente com motor incorporado não elétrico, de uso agrícola;
- 9 — Vasilhame (latões) para transporte de leite;
- 10 — Veículos não automóveis e rebocues de uso agrícola classificados na posição 87-14, da tabela anexa ao RIPI;

11 — Os produtos classificados nas posições 82-01, 84-24, 84-26, 84-28 e 87-01, da tabela anexa ao RIPI (MF-GB — Portaria 211, de 10-8-70 — DO 10-8-70 p. 6.963).

PALMITO EM CONSERVA — Exportação — Preço A CACEX estabeleceu as seguintes bases mínimas de preço/FOB para a exportação de "palmito em conserva":

lata de 500 g	
lata de 1.000 g	0,25,00
caixa c/24 latas de 500 g	0,43,75
caixa c/48 latas de 500 g	6,00
caixa c/12 latas de 1.000 g	12,00
caixa c/24 latas de 1.000 g	5,25
	10,50

Os exportadores que não observarem as bases mínimas fixadas ficarão sujeitos ao imediato recolhimento das diferenças do preço, sem prejuízo das demais sanções.

O palmito a exportar em latas de 500 g e 1.000 g brutos deverá pesar, no mínimo, quando drenado, 250 g e 500 g líquidos (MF-CACEX — Comunicado 307, de 14-7-70 — DO-II de 21-7-70, p. 1.876).

PECUÁRIA — Empréstimos — Polígono das Sêcas — Agricultura

O Banco Central autorizou o Banco do Brasil, através do FUNAGRI, a conceder empréstimos especiais, até

o limite de Cr\$ 20 milhões, aos proprietários de terras destinadas ao cultivo agrícola e à criação de animais, situadas em zonas do Polígono das Sêcas, comprovadamente atingidas pela atual estiagem. Os financiamentos poderão contemplar os seguintes itens:

- a) destocamento e preparo de terras para plantio de lavouras e pastagens;
- b) construção e conservação de açudes e aguadas;
- c) formação, limpeza e restauração de pastagens;
- d) formação de culturas forrageiras;
- e) obras e serviços de conservação do solo e de outros recursos naturais e reflorestamento;
- f) implantação e tratamentos culturais de lavouras permanentes.

O empréstimo abrangerá até 80% do valor da avaliação dos bens oferecidos em garantia, e os juros serão de 5% ao ano, debitados semestralmente. O prazo de pagamento será de oito anos, inclusive três de carência, e o reembolso efetuado em cinco parcelas, a partir do término do prazo de carência, em prestações anuais crescentes de 10%, 15%, 20%, 25% e 30 por cento do valor do financiamento. Não terão direito a esses empréstimos especiais os proprietários rurais dedicados à exportação de cana-de-açúcar e cacau, bem assim os que se beneficiaram de composição de dívidas decorrentes de créditos destinados à erradicação de cafeeiros antieconômicos.

Além dos empréstimos, o Banco do Brasil S. A. poderá promover a composição de seus créditos oriundos de operações rurais, na região, observadas as condições estabelecidas acima, mediante a liquidação simultânea do principal mais os juros e demais acessórios devidos até a data do resgate da dívida anterior, podendo ainda ser incluídas as despesas cartorárias consequentes a operação, cabendo aos devedores no prazo de três meses, a contar de 25-6-70, a apresentação ao Banco do Brasil S. A. da proposta de composição.

Decorrido esse prazo, perderão o direito ao benefício (MF-BCB — Resolução 147, de 12-6-70 — DO-II de 25-6-70, p. 1.553).

PESCA — Camarão — Baía de Sepetiba — Aparelhos Permitidos

A SUDEPE determinou que a pesca de camarão em toda a área da Baía de Sepetiba somente será permitida com aparelhos providos de malhas mínimas de 25mm, medidas esticadas (ângulos opostos), obedecidas as determinações da Portaria n.º 167, de 1970 — BLA/70, p. 276 (MA-SUDEPE — Portaria 352, de 6-6-70 — DO-II de 2-7-70, p. 1.655).

PESCA — Importação e Aquisição de Barcos — Restrições

A SUDEPE baixou a Portaria 387, de 1970, estabelecendo que não fará recomendação a qualquer órgão oficial para a importação de barco de pesca, cujo contrato de encomenda ainda não tenha sido registrado. As aquisições de barcos de pesca, cuja contratação de compra tenha sido realizada durante a vigência dessa portaria, ficam excluídas das isenções de que trata o Decreto-lei 221, de 1967.

Para terem direito aos benefícios fiscais do Decreto-lei 221, os contratos de construção de barcos de pesca, encomendados a estaleiros nacionais, somente serão considerados válidos se tiverem sido registrados até 23-7-70.

Todas essas restrições, contudo, poderão ser reexaminadas pela SUDEPE, caso a empresa interessada apresente requerimento dentro de 10 dias a partir de 23-7-70 (MA-SUDEPE — Portaria 387, de 13-7-70 — DO-II de 23-7-70, p. 1.896).

PESCA — Piracema — Interdição — Açudes Públicos e Particulares

A SUDEPE proibiu a pesca das espécies de piracema nas águas represadas dos açudes públicos e particulares, logo que se inicie a estação das chuvas ou, quando não se verifique; a 1.º de fevereiro (MA-SUDEPE).

Portaria 250, de 29-4-70 — DO-II de 30-6-70, p. 1.627).
PESCADO INDUSTRIALIZADO — Produtos Importados
 — IPI — Isenções
 ALALC

Os produtos originários de países da ALALC — inclusive pescado — não terão tratamento mais favorável ao que se dispensa aos similares nacionais. Se estes últimos são isentos do IPI, os de outros países da área da ALALC também o serão (MF-CST — Pa.; recer Normativo 153, de 15-7-70 DO de 13-8-70 p. 7.110).

PINHO — Reajuste de Preço — Desenvolvimento Florestal

O IBDF reajustou o preço do pinho, em chapas ou placas compensadas, previstas no art. 4.º da Portaria 808, de 1969 (BLA/69, p. 267), para novos níveis mínimos, em US\$ e £ ou o equivalente em outras moedas, por metro cúbico, FOB.

Admitiu a concessão de bonificações sobre os preços fixados, segundo as quantidades discriminadas nos Contratos ou Pedidos, e o parcelamento de embarque das partidas negociadas com a concessão de bonificações.

Na exportação do pinho a comissão que poderá ser atribuída aos agentes vendedores é de até 5% sobre o valor, FOB da Fatura.

Os negócios ajustados pelos preços fixados poderão ser reconhecidos pelas condições que vigoravam anteriormente em qualquer uma das seguintes hipóteses: — amparados em Cartas de Crédito Irrevogável, abertas no exterior, ou em Guias de Exportação protocoladas, na CACEX, ou por esta concedidas, até 20-5-70, data em que a Portaria 1.431 foi publicada no DO (MA-IBDF — Portaria 1.583 de 8-7-70 — DO-II de 6-8-70, p. 2.083).

PLANTAS ORNAMENTAIS — Coleta, Comércio e Transporte — Autorização — Desenvolvimento Florestal

O IBDF baixou normas reguladoras para coleta, comércio, transporte e exportação de plantas ornamentais oriundas de florestas naturais.

Estas operações dependem de autorização prévia do próprio IBDF (MA-IBDF — Portaria 1.549, de 18-6-70 — DO-II de 10-7-70, p. 1.777).

SISAL — Preços Mínimos — Safra de 1970

O sisal da safra de 1970, produzido nos Estados constantes da tabela abaixo, terá a garantia oficial dos seguintes preços mínimos, por 200 quilos de fibra do produto, rebeneficiado, seco, do tipo 3, da classe longa:

ESTADOS	PREÇOS
Ceará	59,19
Rio Grande do Norte	60,98
Paraíba	60,66
Pernambuco	60,98
Alagoas	60,29
Sergipe	61,12
Bahia	59,90

A fibra de sisal deverá estar acondicionada em fardos com cerca de 200 quilos líquidos, à densidade mínima de 300 quilos por metro cúbico, livre e desembaraçada de qualquer ônus, posta no armazém e classificada de acordo com o Decreto n.º 46.794 de 1959.

Quando o produto objeto de financiamento ou aquisição estiver depositado nas praças de Salvador (BA), João Pessoa e Campina Grande (PB), aos preços mínimos fixados serão acrescidos as importâncias de Cr\$ 2,00, Cr\$ 1,60 e Cr\$ 1,00 respectivamente, por fardo.

Os níveis de preços correspondentes aos demais tipos e classes não especificados serão estabelecidos em instruções a serem baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção, observadas as mesmas condições fixadas para o tipo básico.

Os preços mínimos básicos são livres de quaisquer despesas adicionais impostos e taxas (Decreto 66.979, de 28-7-70 — DO de 28-7-70, p. 5.606).

SISAL, FIBRAS DE — IPI — Posição

As fibras de sisal, cardadas, penteadas ou em outro tratamento posterior estão enquadradas na posição 57.04, inciso 2, do regulamento do IPI, se os trabalhos a que é submetida não chegarem a configurar, tecnicamente, a cardação. Caso contrário, a classificação far-se-á na posição 57.04, inciso 1.

As fibras de sisal torcidas têm a posição 57.07 ou 59.04, conforme o peso (MF-CST — Pareceres Normativos 133 e 134, de 8-7-70 — DO de 6-8-70, p. 6.892).

TRIGO — Cotas dos Moinhos — Abastecimento — 2.º Semestre

A SUNAB manteve inalteradas as quantidades básicas de trigo, previstas, mas não asseguradas, para cada zona de consumo, de que trata o art. 1.º da Portaria 9, de 1970 (BLA/70 p. 185).

Fixou as cotas de trigo dos moinhos, conforme relação aprovada com base nas quais serão processadas as distribuições do cereal durante o segundo semestre de 1970, alterando as estabelecidas pelo art. 2.º da Portaria 9, de 1970 (MA-SUNAB Portaria 37, de 29-7-70 — DO-II de 13-8-70, p. 2.135).

ESTADO DA GUANABARA

FEIRAS-LIVRES — Funcionamento — Alteração — Abastecimento

O art. 13, do Decreto-lei 311, de 1970 (BLA/70, p. 264), que estabelece normas para o funcionamento das feiras-livres, está em vigor com a seguinte redação:

“Art. 13 — Além dos tributos estabelecidos na legislação específica, o feirante deverá pagar, mensalmente, a taxa de Limpeza de Logradouros no valor de 0,1 (um centavo) de UFEG em vigor, quando fizer até 3 feiras semanais, e 0,2 (dois décimos) para mais 3 feiras por semana.

Parágrafo único. Quando ocorrer fora do prazo determinado o pagamento a que se refere este artigo, a cobrança será feita em dobro”. (Decreto-Lei 397, de 18-6-70 — DO-GB de 24-6-70, p. 9.809).

FEIRAS-LIVRES — Horários — Abastecimento

Os feirantes deverão observar rigorosamente os seguintes horários nas suas atividades em feiras-livres:

- 1 — Início dos serviços de descarga e montagem dos tabuleiros — 5 horas;
- 2 — Início das vendas — 7 horas;
- 3 — Encerramento — 12 horas;
- 4 — Início da remoção dos tabuleiros — 12h15min;
- 5 — Término da remoção — 14 horas.

A violação dessas normas sujeitará o infrator às multas previstas no art. 12 do Decreto “E” 3.853, de 1970 (SUNAB — Ordem de Serviço “E” 3.853 de 10-7-70 — DO-GB de 20-7-70, p. 11.167).

FEIRAS-LIVRES — Venda de Pescado — Recolhimento de Detritos — Abastecimento

O Departamento de Abastecimento estabeleceu a obrigatoriedade do uso de sacos plásticos pelos feirantes que se dedicam à venda de pescado em tabuleiros ou em frígimóveis, para o recolhimento de vísceras e demais detritos provenientes da manipulação do pescado. Os infratores pagarão, a partir de 1-8-70, a multa de Cr\$ 50,00, prevista no item XXII do art. 12 do Decreto “E” 3.853, de 1970, e poderão ter impedida a venda do produto (SA-NAB — Ordem de Serviço “E” 26, de 9-7-70 — DO-GB de 20-7-70, p. 11.167).

MAMOIRO — Distribuição de Mudas — Agricultura

O Departamento de Agricultura, da Secretaria de Agricultura, baixou normas para distribuição gratuita

Legislação Agrícola

de mudas de mamoeiro (SA-DA — Ordem de Serviço "E" 3, 12-6-70 — DO-GB, de 10-7-70, p. 10.727).

PESCA — Instituição de Prêmios — Regulamentação

A Secretaria de Agricultura regulamentou o Decreto-Lei 324, de 1970, que institui prêmios aos pescadores que se distinguiram em suas atividades durante o ano (BLA/70, p. 319). Os prêmios serão entregues anualmente aos 29 dias do mês de junho.

Poderão concorrer os profissionais que vivam essencialmente da pesca; que estejam embarcados e tenham atividade na Guanabara no ano anterior ao do concurso. A comprovação far-se-á mediante registro do pescador na Colônia de Pesca ou Cooperativa e Cadereta-Matrícula da Capitania dos Portos. As colônias ou cooperativas farão as inscrições de seus associados no Departamento de Produção Animal (Divisão de Pesca) da Secretaria de Agricultura, através do preenchimento de impresso próprio.

O prazo de inscrição vai de 1-1 a 1-5 de cada ano (SA-GB — Portaria "E" 15, de 20-7-70, p. 11.665).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAFÉ — Mudas Entrada no Estado de São Paulo — Proibição

Regulamenta pelo Instituto Biológico da Secretaria da Agricultura, a entrada de mudas de café no Estado, sendo proibidas as entradas de mudas e quaisquer partes de cafeeiro, originário de localidades situadas a leste da faixa de segurança, estabelecida na Portaria 246, de 1970, do Ministério da Agricultura, bem como as mudas-partes vegetativas de cafeeiro vindas de localidades dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, situadas a oeste da referida faixa. As mercadorias que contrariarem estas disposições serão apreendidas e sumariamente destruídas, sem qualquer indenização.

Obrigatório o registro de todos os viveiros de mudas de cafeeiros, comerciais ou para uso próprio, sendo que as mudas provenientes de viveiros não registrados ou que transitarem em desacordo com a regulamentação serão apreendidas e destruídas, (SF-IBC — Portaria 62, de 17-7-70 — DO-SP de 21-7-70, p. 21).

INTERDIÇÃO — Município de Monte Castelo — Agricultura

O Instituto Biológico interditou o Município de Monte Castelo, para efeito de proibir em seu território:

a) a saída de material vegetativo (mudas, galhos, folhas, frutos, borbulhas etc), de plantas cítricas e gêneros afins;

b) o plantio de novos pomares e viveiros cítricos;

c) o trânsito de mudas cítricas destinadas ao plantio em outros municípios.

Determinou, ainda, a destruição de todos os viveiros cítricos existentes no Município, particulares ou comerciais, e tornou obrigatória às propriedades que já sofreram destruição de plantas cítricas a eliminação das rebrotas nascidas de sementes de frutos cítricos.

A comercialização de frutas cítricas obedecerá as disposições da Portaria 29, de 1970 — (BLA/70, p. 374) (SA-IB — Portaria 99, de 29-7-70 — DO-SP, de 31-7-70, p. 30).

INTERDIÇÃO — Município de São Miguel Arcanjo — Agricultura

O Instituto Biológico da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária resolveu interditar o Município de São Miguel Arcanjo, ficando proibidas, até segunda ordem, as saídas de mudas de qualquer espécie, assim como de solo, de seu território, como também as instalações de viveiros e o trânsito de mudas em complementação à Portaria 59, de 1970 (SA-CPA-IB — Portaria n.º 102, de 31-7-70 — DO-SP de 4-8-70, p. 26).

JUTA, SACOS FABRICADOS COM — Isenção — ICM

Ficam isentas do ICM as saídas de sacos fabricados com juta, promovidas pelos próprios fabricantes.

O benefício abrange a sacaria em cuja fabricação sejam empregadas também outras matérias-primas, contanto que a juta predomine. É obrigatório o estorno do crédito de imposto resultante das entradas de matérias-primas ou produtos utilizados no processo de industrialização de sacos de juta.

Aos adquirentes dessas mercadorias é assegurado o direito ao crédito fiscal integral do imposto incidente sobre a operação de que decorre a entrada dessas mercadorias em seus estabelecimentos (Decreto 52.475, de 29-6-70 — DO-SP de 30-6-70, p. 2).

LEITE CRU — Prorrogação de Prazo — ICM

A vigência do Decreto 52.066, de 1969 (BLA/70, p. 423), que dispõe sobre a incidência do ICM em operações com leite cru, foi prorrogada até 31-12-70 (Decreto 52.476, de 29-6-70 — DO-SP de 30-6-70, p. 2).

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

Setembro 1900

Vacinação anti-carbúnculosa, Dr. J. B. de Lacerda; **Produção e mercado da farinha de bananas**, S. C.; **Preparação do Cacau**, S. C.; **Moléstias cryptogâmicas da batata inglesa e seu tratamento**, H. Potel; **Cultura do milho**, Gustavo E. Utra; **Crônica agrícola**, Domingos Sérgio de Carvalho; **Variedades: Benefício à Agricultura.**

Outubro

O bicho da sêda, Constantino M. Panaynti; **Moléstia do cavalo, conhecida sob a denominação de mal de cadeiras**, S. C.; **Moléstias das Videiras**, Fritz Noack; **Cultura do Solo**, Dr. F. M. Draenert; **Crônica Agrícola**, Domingos Sérgio de Carvalho; **Variedades.**

INDUSTRIA METALURGICA N. S. DA APARECIDA S.A.

ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO:
Rua Líbero Badaró, 471 —
20.º and. - Tel. 32-9339
Caixa Postal: 8070



USINA EM SOROCABA:
E. F. S. - "DESVIO THOMAZ"
RUA JURUÁ Nº 113
TEL.: 2-0052 - C. POSTAL, 40

ENXADAS

"CORINGA"

Marca Registrada

LEGÍTIMAS

FORJADA É CALÇADA
COM AÇO CARBONO

DA MAIS ALTA QUALIDADE
TEMPERA GARANTIDA



REFERÊNCIA
N.º 3027 - C

TIPO:
RIO DE JANEIRO
MINAS GERAIS
ESPÍRITO SANTO
ESTREITA
CÔR AZUL

CORTE POLIDO

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO:

Avenida Rio Branco, 39 - 17.º andar, sala 1701 - Fone 223-3597

RAÇÕES



PARA PRODUÇÃO DE

LEITE e CARNE

GADOLUX 24

com 24 % de proteínas digestíveis
(30 % total) e 20.000 U. VIT. A
por quilo

GADOLUX 18

com 18 % de proteínas digestíveis
e 22 % total

Cia. Luz Stearica

Moinho da Luz

Rua Benedito Otoni, 23 e 24

Rio de Janeiro - GB

Tels.: 228-0489 - 228-3022 - 228-6063